

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

CISTER NO DOURO

DAS GRANJAS CISTERCIENSES ÀS QUINTAS DURIENSES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
CIÊNCIAS DA CULTURA

SOFIA ALEXANDRA RODRIGUES TEIXEIRA



Vila Real, 2010

Dissertação de Mestrado em Ciências da Cultura, apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro por Sofia Alexandra Rodrigues Teixeira, sob a orientação do Sr. Professor Doutor Fernando Moreira, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Cultura, de acordo com o disposto no nº 1, alínea b) do art.º 20º do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março da Lei Portuguesa.

À minha mãe pelo apoio

Ao meu irmão pelo encorajamento

Ao meu marido pela paciência

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação deve-se, em muito, ao estímulo, à ajuda e ao apoio daqueles que de uma forma ou de outra, contribuíram para a sua realização e aos quais importa dirigir as minhas palavras de sincero agradecimento.

- Ao meu pai por me amparar nos momentos difíceis, por me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar os caminhos nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

- À minha mãe e ao meu irmão, que sempre me deram amor e força, valorizando os meus potenciais.

- Ao meu marido, pelo amor, mimo e dedicação, que foram a minha constante fonte de encorajamento e de inspiração.

- À minha família, sempre presente, pelo apoio incondicional.

- Ao meu orientador, o Professor Doutor Fernando Moreira, de quem recebi sempre pronta colaboração, incentivo e total apoio científico e pelas críticas e sugestões relevantes feitas durante a orientação.

- À Dra. Taciana Fernandes, pelo carinho que sempre me manifestou e pela cedência da numerosa bibliografia, que me auxiliou na realização da pesquisa científica.

- Ao Dr. Artur Mergulhão, pela atenção e disponibilidade sempre demonstradas durante a realização deste trabalho.

- Aos meus amigos, por todos os bons momentos, que foram um verdadeiro ânimo para retomar sempre o trabalho com determinação reforçada.

- Aos colegas e professores do curso, em especial à vice-directora Professora Doutora Orquídea Ribeiro, que foram como uma família onde a discussão, a partilha de experiências, ideias e sorrisos preencheram de forma animosa a minha formação académica.
- A todas as pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a execução desta dissertação de Mestrado.

Índice

Resumo	1
Abstract	3
Introdução	5
CAPÍTULO I	
1. O Douro	8
1.1. A região.....	8
1.2. O rio.....	8
1.3. Os solos	10
1.4. Aspectos climáticos	11
CAPÍTULO II	
2. A Ordem de Cister	13
2.1. Fundação e princípios	13
2.2. A importância de S. Bernardo para o progresso da Ordem	14
2.3. A instalação da Ordem em Portugal e a sua chegada ao Douro	16
2.4. Receptividade e aceitação da Ordem	18
2.5. O monaquismo cisterciense.....	20
2.6. O mosteiro como lugar de acolhimento	23
2.7. A estética do mosteiro cisterciense como transmissora de uma mundividência	24
2.8. As propriedades rurais da Ordem - Formas de aquisição patrimonial por compra, doação ou escambos	27
2.9. O trabalho nos mosteiros e a sua organização	28
2.9.1. Os trabalhadores dos mosteiros – os conversos e a população rural	29
CAPÍTULO III	
3. Cister na região duriense	32
3.1. Os três principais mosteiros implantados na região	34
3.1.1. O nome dos mosteiros	34
3.1.2. O mosteiro de S. João de Tarouca e D. Afonso Henriques	34
3.1.3. O mosteiro de Santa Maria de Salzedas e D. Tereza Afonso	38
3.1.4. O mosteiro de S. Pedro das Águias e D. Tedon.....	40
3.2. As melhorias e as inovações introduzidas pelos monges destes três mosteiros na agricultura local.....	43
3.2.1. Inovações técnicas cistercienses	44
3.2.2. Transformação dos territórios incultos: baldios e maninhos	46

3.2.3.	Recursos naturais	46
3.2.4.	O sistema hidráulico cisterciense – o aproveitamento dos rios Aveleiras, Pinheiro e Torno	47
3.3.	Exploração dos domínios	49
3.3.1.	O couto	49
3.3.2.	As granjas.....	51
3.3.2.1.	Granjas do mosteiro de S. João de Tarouca.....	53
3.3.2.2.	Vestígios das granjas do mosteiro de S. João de Tarouca	54
3.3.2.3.	Granjas do mosteiro de Santa Maria de Salzedas	56
3.3.2.4.	Vestígios das granjas do mosteiro de Santa Maria de Salzedas	56
3.4.	O Topónimo granja	57
3.4.1.	Granja Nova	57
3.4.2.	Granja do Tedo	57
3.4.3.	Granjinha.....	58
3.4.4.	Granja.....	60
3.5.	Os aforamentos.....	60
3.6.	Vestígios dos troços viários cistercienses – os caminhos monásticos	61
3.6.1.	Torre e ponte murada da Ucanha	62
3.6.2.	Ponte sobre o rio Galhosa e Calçada do Cano.....	62
3.6.3.	Ponte românica de Mondim da Beira.....	62
3.6.4.	Troços de viação antiga na Granja do Tedo	62
3.7.	As delimitações das propriedades – os muros e os marcos monásticos	63

CAPÍTULO IV

4.	A importância do vinho na Idade Média e consequente produção por Cister	64
4.1.	A Regra de S. Bento e o vinho	65
4.2.	O negócio do vinho.....	67
4.3.	Os monges e o cultivo da vinha.....	67
4.3.1.	As vinhas	71
4.3.2.	As castas.....	72
4.3.3.	A elaboração do vinho monástico.....	72
4.3.4.	“O Vinho Cheirante de Lamego”	73
4.4.	As granjas cistercienses transformadas em quintas do Douro históricas	75
4.4.1.	Definição do termo quinta.....	75
4.4.2.	Quintas do domínio do mosteiro de S. João de Tarouca	76

4.4.2.1.	Quinta do Paço de Monsul.....	76
4.4.2.2.	Quinta de Mosteirô.....	78
4.4.3.	Quintas do domínio do mosteiro de Santa Maria de Salzedas	78
4.4.3.1.	Quinta do Convento ou da Tulha	78
4.4.3.2.	Quinta da Folgosa	80
4.4.3.3.	Quinta da Pacheca	80
4.4.4.	Quintas do domínio do mosteiro de S. Pedro das Águias	81
4.4.4.1.	Quinta da Avelreira	81
4.4.4.2.	Quinta das Herédias	83

CAPÍTULO V

5.	Os monges e o comércio do vinho	85
5.1.	Os monges e o aproveitamento do rio Douro para o escoamento do vinho	86

CAPÍTULO VI

6.	Outros sabores e saberes cistercienses do Douro	88
6.1.	Licor e compota de baga de sabugueiro	88
6.1.1.	Tradição monástica.....	88
6.2.	O biscoito de Salzedas	89
6.3.	O espumante do Varosa	89

CAPÍTULO VII

7.	A extinção da Ordem de Cister e a aquisição das suas propriedades por parte da aristocracia e da burguesia	90
	Conclusão	92
	Referências Bibliográficas	95
	Referências Electrónicas	101

ANEXOS

Resumo

A presente dissertação dedica-se ao estudo da Ordem de Cister, considerada como um dos movimentos religiosos mais importantes da espiritualidade da Europa Ocidental. Neste sentido, a minha investigação centra-se no desenvolvimento do movimento cisterciense em território nacional, nomeadamente na região do Douro, onde os monges brancos se estabeleceram, fundaram vários mosteiros e transmitiram uma espiritualidade marcante.

Os propósitos deste estudo consistem em dar a conhecer o significativo impacto da implantação de Cister nessa região, concluindo que a sua acção foi determinante na colonização e fixação das pessoas, na organização do espaço, no desenvolvimento económico, social e religioso das populações, bem como na melhoria da agricultura local, potenciando importantes realizações técnicas e económicas.

A Ordem de Cister foi introduzida em Portugal, no séc. XII, num momento em que ainda se encontrava na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação. É tradicionalmente apontado como primeira instalação o mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144), do qual irradiarão muitos outros mosteiros desta Ordem, tal como o de Santa Maria de Salzedas. Estes dois mosteiros em muito potenciaram a acção cisterciense na região do Douro, ao lado do Mosteiro de S. Pedro das Águias.

Por aqui, os monges brancos de Cister desenvolveram a cultura do sabugueiro, desbravaram os terrenos, construíram socalcos, introduziram novas técnicas de cultivo, proporcionaram o desenvolvimento da cultura da vinha no Douro, implementaram novas castas, inventaram o Vinho Cheirante de Lamego, (que mais tarde se passou a designar por Vinho do Porto), o *champagne* (que ainda hoje se produz na Murganheira) e fomentaram o comércio dos vinhos produzidos na região. Detinham um grande poder económico proveniente do enorme património que possuíam, desde coutos, passando pelas granjas, chegando às variadas quintas do Douro, das quais eram proprietários e que ainda hoje existem.

Infelizmente, o conhecimento mais profundo da obra notável dos monges de Cister no vale do Douro esbarra na escassez documental. No século XIX ficaram reduzidos a cinzas os enormes cartórios desses mosteiros e com eles desapareceu a possibilidade de hoje recuperarmos uma parte essencial não só da história desses cenóbios, mas também da região duriense na Idade Média.

Dos tempos em que a ordem se implantou e se estendeu, logo nos primórdios da nacionalidade, fica-nos a imagem de um sucesso empresarial que criou e dinamizou muitos dos núcleos populacionais da região, assumindo os princípios de uma estrutura organizativa sediada nestas encostas do vale do Douro, abertas às inovações, às relações com o litoral e com forte integração nos jogos de fluxo e troca.

Abstract

This dissertation is centered on the study of the Cistercian Order, considered one of the most important religious movements of spirituality in Western Europe. Thus, this research focuses on the development of the Cistercian movement in Portugal, namely in the Douro region, where the white monks settled themselves, founded several monasteries and transmitted a remarkable spirituality.

The purposes of this study consist in knowing the significant impact that the implementation of the Cister Order provoked in the region, concluding that it was decisive in the colonization and establishment of people, in the organization of space, in the economic social and religious development of the populations, as well as in the improvement of the local agriculture, enhancing important technical and economic achievements.

The Cistercian Order was introduced in Portugal in the 12th century, when the Order was still in its first phase of expansion and Portugal began to develop itself as a nation. The monastery of S. João de Tarouca (1143-1144) is traditionally appointed as the first monastery of the Order, from which radiated many other monasteries, such as the monastery of Santa Maria de Salzedas. These two monasteries boosted the Cistercian action in the Douro region, as well as the monastery of S. Pedro das Águias.

In this region, the Cistercian monks developed the culture of elderberry, cleared the land, built terraces, introduced new farming techniques, provided the development of vineyards in the Douro, implemented new varieties, invented the “Cheirante de Lamego” wine, (which later changed its name to Port), the *champagne* (which is produced in Murganheira) and encouraged the trade of wines produced in the region. They had great economic power deriving from their enormous wealth they had, since hunting grounds, granges, several farms in the Douro, which were their property and that still exist today.

Unfortunately, the deeper understanding of the remarkable work of the Cistercian monks in the Douro valley is blocked by the scarcity of available documents. In the 19th century, the huge registries of these monasteries were reduced to ashes and with them disappeared the possibility of recovering an essential part of the history of these monasteries, but also of the history of the Douro region in the Middle Ages.

From the time the Order was implemented and extended, at the beginning of the nationality, the dominant image was that of a successful business that created and stimulated many of the population centers in the region, assuming the principles of a organizational

structure settled on these slopes of the Douro valley, opened to innovations, to the relations with the coast and with a strong integration into the games of flux and exchange.

Introdução

O Douro constitui um exemplo distinto de uma paisagem representativa de uma cultura. A sua natureza geomorfológica e climática é adversa à fixação do homem, porém, a vinha e também o cultivo da oliveira e da amendoeira ao lado de outras frutas e cereais viabilizam uma actividade económica dinâmica, no entanto frágil aos caprichos da natureza, às variações dos mercados e do gosto e, mais recentemente, à escassez de mão-de-obra e consequentemente à viabilização pela mecanização dos trabalhos da vinha.

A vinha e o vinho sempre foram e serão, no Douro, o estímulo e a força de toda a dinâmica que acompanha e impulsiona as gentes desta região. Desde o séc. V que a procura dos vinhos mais encorpados e fortes catapultaram o “*Vinho Cheirante*” de Lamego, que viria a merecer mais tarde a designação de Vinho do Porto (<http://www.douro-turismo.pt/vinho-porto.php>).

A região vinhateira do Douro é uma das mais célebres regiões vitícolas históricas do mundo, cuja expansão na época medieval teve, sem dúvida, a marca empreendedora dos monges de Cister no cultivo da vinha em diversas quintas nas encostas do Douro¹ que ainda hoje subsistem. Historicamente a Ordem de Cister desempenhou um papel fundamental no quadro de afirmação dos vinhos do Douro aquando da sua instalação na região.

A relação que se tenta estabelecer entre o Douro e a Ordem de Cister pretende ser mais um passo na tarefa de reconhecimento e divulgação do trabalho dos cistercienses em prol do desenvolvimento desta região. Do conjunto de mosteiros aí situados, a selecção caiu no de S. João de Tarouca, no de Santa Maria de Salzedas e no de S. Pedro das Águias, não apenas por serem marcantes na história da região, mas também pelo estudo que proporcionam relativamente a algumas das suas propriedades designadas como granjas e quintas. A opção em favor destes três mosteiros cistercienses surgiu como resposta à necessidade de um melhor conhecimento de uma Ordem que, do início da primeira dinastia, se espalhou por todo o território e exerceu grande influência no Portugal Medieval² e no

¹ É curioso se pensarmos que as vinhas cultivadas pelos monges cistercienses ainda subsistem e fazem parte do Património Mundial que é hoje o “Alto Douro Vinhateiro”.

² Segundo Maur Cocheril, a Ordem de Cister não exerceu em nenhum outro país da Europa uma influência tão forte como em Portugal: “*Dix-hit monastères d’hommes, quatorze de femmes et deux ordres militaires, tel fut Cîteaux au Portugal. C’est la plus forte concentration de monastères masculins de tout l’ordre*”. (Cocheril 1971:1)

desenvolvimento da região duriense.

A Ordem foi fundada em 1098 por três abades, Alberico, Estevão Harding e Roberto de Molesmes, mas, para muitos, foi Bernardo de Claraval o pai da Ordem Cisterciense. Ao ingressar em Cister, encontrou um grupo de monges com um projecto bem determinado, mas enfraquecido. Tratava-se de um mosteiro reformado, como muitos do seu tempo, no qual se procurava viver a vocação monástica de uma forma mais autêntica, sem compromissos com o mundo, procurando só a Deus na pobreza, no despojamento, no trabalho das próprias mãos, no silêncio e na oração. São Bernardo teve um papel relevante na expansão e difusão da Ordem e da sua espiritualidade, no século XII.

Os cistercienses seguiram a Regra de São Bento, escrito que reflecte a sabedoria espiritual daquele que é considerado o patriarca dos monges do Ocidente e que viveu na Itália, no século VI.

Os membros da Ordem de Cister pregavam a favor das Cruzadas e tiveram uma grande influência política e religiosa na Idade Média. O pequeno núcleo de Cister desenvolveu-se rapidamente, chegando a ter uma grande influência na Igreja por toda a Europa e em Portugal inclusive, pouco tempo depois da sua fundação.

Fixada em Portugal desde o século XII, a Ordem de Cister acompanhou a formação do território e a afirmação política da primeira dinastia. Estendendo, progressivamente, os seus mosteiros nas regiões centro e norte graças à especial protecção régia, os monges brancos (como assim eram designados) contribuíram de forma decisiva para a colonização e desenvolvimento das vastas áreas que ocuparam, criando um estilo arquitectónico diferenciado, aplicando técnicas agrícolas inovadoras e intensivas e, sobretudo, uma grande disciplina de organização do espaço.

Ao longo dos séculos, os mosteiros foram alvo de variadas doações e com a riqueza obtida da exploração das terras conseguiram aumentar o seu património, comprando e alargando os seus territórios. Como alguns dos seus domínios se situavam no exterior dos limites do próprio couto, criaram-se então as chamadas granjas, cujo granjeio era orientado pelo abade do mosteiro. Tornaram-se assim possuidores de grandes quintas que lhes possibilitaram um poderio económico distinto e marcante.

Os religiosos cistercienses não só deixaram um legado impressionante de templos e abadias como também tradições fortes e duradouras no cultivo da vinha, que ainda hoje marcam o carácter da região duriense. Cister contribuiu também para o desenvolvimento do vale do Douro, pelo intercâmbio que estimulou na região, pondo-a em contacto com outras regiões europeias do ponto de vista cultural, técnico e económico.

Os monges cistercienses foram capazes de se adaptar às condições naturais e humanas de uma região específica. Deixaram para o Douro e para a História, exemplos maiores de eficácia administrativa, de desenvolvimento técnico agrícola, particularmente no aperfeiçoamento e expansão da vitivinicultura e vestígios patrimoniais de um valor histórico e artístico que contrasta com a tímida atenção “oficial” que lhes tem sido dedicada.

1. O Douro

1.1. A região

A região do Douro localiza-se no nordeste de Portugal, na bacia hidrográfica do rio Douro, rodeada de montanhas que lhe conferem características mesológicas e climáticas particulares. A região estende-se por uma área total de cerca de 250 000 ha, encontrando-se dividida em três sub-regiões (Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior), naturalmente distintas, não só por factores climáticos como também sócio – económicos.

Séculos de fadiga, labuta e suor humanos esventraram a terra, removeram o xisto maciço, moldaram os muros e os patamares de vinha onde foi possível arrimar as videiras e criar o néctar divino – o Vinho do Porto. Nas palavras de Orlando Ribeiro:

Em nenhum outro lugar de Portugal a paisagem natural foi tão profundamente transformada pelo homem e a terra de cultura tão artificialmente preparada. Ao matagal de sobreiros que foram certamente a árvore dominante da floresta clímax, sucedeu o desmonte, a surriba, a construção de geios, sustendo xisto esmagado a alvião, enriquecido com cabazadas de lodo dos nateiros do rio e estrume. Trabalho penosamente feito por homens duros da montanha próxima e imigrantes galegos (Ribeiro 1995:148).

A vinha que gera as castas do célebre Vinho do Porto é a causa e a razão maior de todo esse árduo trabalho. O vinho sempre foi e será, no Douro, o estímulo e a força de toda a dinâmica que comanda e impulsiona as gentes da região.

1.2. O rio

Enquanto via privilegiada na comunicação entre o interior e o litoral, o rio Douro teve uma grande importância ao longo da história da região. Nasce em Espanha, na província de Sória, nos picos da serra de Urbión, a 2200 metros de altitude. O rio vem desvendando o seu caminho até entrar em Portugal no extremo nordestino. Desde a nascente até à foz (Porto e Vila Nova de Gaia), o rio percorre uma extensão de 930 km, dos quais 323 são portugueses, banhando 25 municípios e as cidades de Miranda do Douro, Peso da Régua, Porto e Vila Nova de Gaia. Com uma proximidade directa do rio localizam-se, ainda, as cidades de Vila

Nova de Foz Côa, Vila Real e Lamego que, juntamente com o Peso da Régua, constituem o principal sistema urbano do Douro interior.

Em Miranda, entre fragas de granito intransponíveis, o Douro encontra território português para, finalmente, no Atlântico concluir o seu trajecto continental. Aí, na Foz, não é o rio das grandes fragas, mas sim a alma ribeirinha da arquitectura dramática do Porto.

Reza a tradição que terão existido brilhantes pedrinhas de ouro ao longo da sua corrente, que explicam a sua denominação.

Tendo em conta o seu elevado desnível foi levado a cabo o aproveitamento hidroeléctrico do seu caudal. Hoje, o rio estende-se em longos socacos de água. A imagem tranquila das albufeiras faz esquecer o rio violento de outros tempos. O desnível do rio favoreceu um dos grandes empreendimentos do Douro, a construção de barragens. Domou-se o rio selvagem que fazia temer e suplicar quem o subia. O desnível de 125 m que o rio apresenta entre o mar e Barca d'Alva é vencido por cinco eclusas que têm todas a mesma largura (12,10m), um comprimento ao longo do eixo longitudinal que se situa entre os 86 e os 92m. As eclusas são a do Pocinho (22m de desnível), a da Valeira (33m de desnível), a de Bagaúste (28m de desnível), a de Crestuma - Lever (14m de desnível) e a de Carrapatelo (35m de desnível). Menos agradáveis são os períodos de cheias.

A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro teve um papel activo na modelação da paisagem, com a destruição das cachoeiras e a proibição de construções particulares junto do rio Douro, o qual sofreu um alinhamento e uma regularização, que visava facilitar o escoamento dos produtos até ao Porto. O ponto mais alto desta modelação ocorreria em 1786, data em que se contratou o italiano José Maria Yola para demolir o Cachão da Valeira.

O rio Douro dragou muitas vidas e tornou alguns naufrágios célebres, como o do barco onde viajavam Dona Antónia Ferreira (que para a posteridade ficaria conhecida como “A Ferreirinha”) e o Barão de Forrester. Nos últimos trinta anos, as barragens vieram domar-lhe o ímpeto, uniformizando o seu curso ao longo das estações. Mas basta olhar as imagens acidentadas ou os desníveis das eclusas para perceber a agitação do Douro.

Com rápidos e violentos caudais, rochedos à superfície e leitos pedregosos, o Douro foi e será sempre de natureza extrema.

1.3. Os solos

A região duriense encontra-se na área da Meseta Ibérica³, tendo como características geológicas a natureza primitiva dos terrenos, os afloramentos de rochas eruptivas ácidas e de outras que sofrem intenso metamorfismo, para o que contribui, grandemente, a influência atmosférica.

Sob o ponto de vista geológico, os solos são predominantemente xistosos (do período Câmbrico e Pré-Câmbrico), donde emergem de vez em quando, e mais concretamente nos limites circundantes da região, rochas graníticas e raramente manchas calcárias.

Uma propriedade peculiar que os solos apresentam é a clivagem vertical dos xistos, que permite a penetração das raízes a grande profundidade, facultando-lhes assim a absorção da quantidade de água necessária para resistirem a verões quentes e secos e condicionam o microclima junto às cepas, quer pela reflexão de radiação solar, quer pela acumulação de calor durante o dia e sua cedência gradual à noite. Estes solos são particularmente difíceis de trabalhar e no Douro a dificuldade é agravada pela forte inclinação do terreno. Por outro lado, estes solos são benéficos para a longevidade das vinhas e permitem mostos mais concentrados de açúcar e cor.

Embora exista excesso de argila e de cascalho, proveniente da desagregação do xisto, um e outro equilibram-se, conferindo aos solos uma textura conveniente ao sistema radicular da videira. Relativamente à composição química, a maioria dos solos apresenta-se rica em potássio e pobre em matéria orgânica, azoto e cálcio.

Torna-se, então, pertinente a divisão dos solos em dois tipos:

I. Solos em que a influência do homem é bastante marcada, durante os trabalhos que antecedem a plantação da vinha, nomeadamente através de mobilizações profundas com desagregação forçada da rocha e consequente aprofundamento do perfil e modificações na morfologia original, acrescida da incorporação de fertilizantes.

³A Meseta Ibérica, um planalto com 650 m de altitude média, ocupa uma posição central, na Península Ibérica, sendo rodeada pelos Monte Cantábricos a Norte, os Montes Ibéricos a Leste e a Cordilheira Bética a Sul. A Cordilheira Central, como o seu nome indica, encontra-se no meio, separando este grande planalto na Meseta Setentrional (Norte) da Meseta Meridional (Sul). Devido a todo o relevo possuir uma orientação Noroeste - Sudoeste, a esmagadora maioria dos rios da Península correm de leste para oeste, para o Atlântico: o Douro, o Tejo, o Guadiana e o Guadalquivir são os exemplos de maior envergadura.

II. Solos em que a acção do homem é mais suave, onde o solo conservou o seu perfil original, com modificações apenas na camada superficial. Neste grupo distinguem-se três unidades principais:

- Leptossolos – Solo dominante na área não ocupada, sendo constituída por solos que têm como característica principal a presença de rocha dura a menos de 30 cm de profundidade.
- Cambissolos – Solos com espessura superior a 30 cm e em regra constituídos por uma sequência de horizontes.
- Fluviosolos – Solos derivados de depósitos aluvionares recentes, localizados em superfícies de deposição de sedimentos.

O esforço do homem na conversão dos solos inóspitos em vinhas, resultou na aplicação de três formas distintas de plantação: em socalcos, em patamares e ao alto. Os socalcos são frequentes em zonas cuja inclinação é elevada e assemelham-se a varandas separadas por muros de xisto grauváquico. Os patamares são constituídos por terraços construídos mecanicamente sem muros de suporte às terras, enquanto a plantação ao alto tem em conta a drenagem dos terrenos e o espaço necessário para a mecanização e movimentação das máquinas na vinha.

1.4. Aspectos climáticos

O vale do Douro é um enclave quente e seco, clima atlântico-mediterrânico, propício à cultura da vinha, da oliveira, da amendoeira e de frutos como a cereja, o figo, o pêssago, a laranja e a maçã. A região é única no mundo devido às suas características específicas, o que faz com que o vinho que aqui se produz seja ímpar. O clima é um dos factores preponderantes para a produção do cobiçado líquido.

As montanhas protegem dos ventos provenientes do Atlântico, assim como dos ventos frios do Norte e criam barreiras às massas de ar húmido vindas do Atlântico. A temperatura oscila em sentido ascendente quando se sobe o rio e descendente quando nos afastamos dele. Os invernos são particularmente rigorosos, com frequentes geadas e muitas vezes premiados com quedas de neve. Os verões têm características totalmente opostas, brindando-nos com temperaturas que sem qualquer razão particular ascendem facilmente os 40°C à sombra. Em

parceria com as elevadas temperaturas do verão, a secura desta estação está-lhe ligada de modo indissociável.

Falando de precipitação, também esta é característica desta região. Distribuída de modo assimétrico, vai flutuando ao longo do ano atingindo os seus maiores valores nos meses de Dezembro e Janeiro e os seus mais poucos valores nos meses de verão. Esta é cada vez menor à medida que nos aproximamos da fronteira espanhola.

2. A Ordem de Cister

2.1. Fundação e princípios

Cister fundou-se a 21 de Março de 1098, em Borgonha, por iniciativa de três monges da Ordem de Cluny: Alberico, Estevão Harding e Roberto de Molesmes (ver anexo, fig. 1).

Este último fundador aspirava por uma vida de interioridade e austeridade e procurou-a na solidão e recolhimento no ermo de Cister, a cerca de 15 km a sul de Dijon. Roberto resolveu abandonar o convento de Molesmes e juntamente com alguns confrades embrenhou-se nos matagais de Cister, fugindo assim à vivência monástica de Cluny que se abria às cidades, ao dinheiro e à economia de mercado.

Agarrando-se à regra de S. Bento, Roberto e os companheiros enveredaram por uma vida muito mais simples, como o modelo de vida dos Apóstolos, fugindo do mundo para uma maior contemplação. Pretendiam equilibrar a oração (aumentando o tempo da oração pessoal e contemplativa, sem deixar a oração litúrgica em comunidade) com o trabalho, vivendo do produto do trabalho das suas mãos, fugindo à tentação de viverem de dádivas, de terem escravos a trabalhar para si, de administrarem paróquias e outros benefícios eclesiásticos. Vestir-se-iam de burel rude, por tingir (daí a cor esbranquiçada dos mantos que lhes valeu o nome de monges brancos), não comeriam carnes, nem beberiam vinho, mas trabalhariam, cultivando as terras, apascentando os rebanhos, fabricando os instrumentos e construindo os seus mosteiros.

Roberto regressa a Molesmes por ordem do legado pontifício; Alberico morre em 1109 e Estevão Harding manifesta-se com um espírito artístico e letrado, ficando o ideal primitivo de Cister ameaçado e em perigo, como veio a acontecer um século depois com o regresso do sistema senhorial de doações.

Depois de um momento de crise por falta de novas vocações, a chegada, em 1112, de S. Bernardo (ver anexo, fig. 2) e um grupo de 30 companheiros ao Mosteiro de Cister vai dar novo alento à comunidade, salvando-a de um fim que se anunciava. Vai ser este o verdadeiro início da expansão cisterciense, atraindo novas vocações e restaurando o dinamismo da abadia borgonhesa.

O aumento do número de monges, noviços e conversos dará origem à criação de novas abadias da Ordem tendo-se fundado, nos anos seguintes, as quatro abadias-filha. Destas, Claraval, fundada em 1115 por S. Bernardo, protagonizará o maior movimento de expansão dos monges brancos, irradiando pouco depois para o território português.

2.2. A importância de S. Bernardo para o progresso da Ordem

S. Bernardo nasceu numa grande família nobre da Borgonha, no castelo de Fontaine-les-Dijon, em Dijon. Era o terceiro de sete filhos.

Em 1112, decide entrar na abadia de Cister, fundada em 1098 por São Roberto de Molesmes, como vimos anteriormente, e na qual Santo Estêvão Harding havia acabado de ser eleito Abade. Consegue convencer vários amigos, irmãos e parentes a ingressarem com ele na vida monástica, que acabara de escolher.

No ano da graça de 1115, Estêvão Harding envia o jovem à frente de um grupo de monges para fundar uma nova casa cisterciense no vale de Langres. A fundação é chamada “Vale Claro”, ou Clairvaux – Claraval e Bernardo é nomeado Abade desta nova abadia, e confirmado por Guilherme de Champeux, bispo de Châlons e célebre teólogo.

Os começos de Claraval não são fáceis. S. Bernardo impõe uma disciplina bastante rigorosa e busca formação nas Sagradas Escrituras e nos Padres da Igreja⁴.

S. Bernardo teve uma actividade eclesial admirável. Para além de dirigir os seus irmãos e fundar mais abadias, teve ainda a oportunidade de viajar por toda a Europa, ao ponto de apaziguar revoltas, (revolta popular em Milão, por exemplo), de acabar com cismas (cisma de Vítor IV), de pregar a Cruzada e, mesmo doente, vai a Metz estabelecer a paz entre esta mesma cidade e alguns fidalgos da região. Entretanto, vai redigindo obras de moral e teologia, de espiritualidade, sermões e orações, o que fez dele um autor místico que abre caminho à contemplação e ao amor de Deus.

Meditação e contemplação são palavras-chave, na opinião de S. Bernardo, para percorrer o itinerário da alma em direcção a Deus. O Santo aconselha que se medite e contemple, primeiro a Cristo Homem, para desta contemplação mais acessível se passar a meditar em Cristo segundo o Espírito, o Verbo de Deus. Mas esta passagem só se pode fazer por um desprendimento total de si mesmo.

Com o tempo, os monges de Cister desvirtuaram o seu modelo original de austeridade. O mosteiro tornou-se opulento; a degradação inicial dos seus propósitos e o consequente desvio aos princípios estabelecidos, motivaram Bernardo de Claraval e outros monges de Cister que o seguiram a propor a alteração da regra e fazer reviver a austeridade monástica. Os monges regressaram à vida austera, dedicaram-se à cópia de manuscritos, à

⁴ Ele tem uma predilecção quase exclusiva pelo Cântico dos Cânticos e por Santo Agostinho.

oração e ao trabalho agrícola. Era uma vida de constante comunidade no mais completo silêncio. Pela sua excelente organização, a Ordem de Cister era, à época, a única preparada para desenvolver uma política de fomento e arroteamento em terras despovoadas. A auto-suficiência era fundamental para a sobrevivência da comunidade. Aumentam as zonas povoadas⁵, fundam novas colónias e vivem num auxílio mútuo. Criam-se granjas e ricas quintas⁶ onde os monges, leigos e noviços desenvolvem as suas actividades, como oportunamente se analisará mais à frente nesta investigação.

São Bernardo fundou setenta e dois mosteiros, espalhados por toda Europa: trinta e cinco na França, catorze na Espanha, dez na Inglaterra e Irlanda, seis na Flandres, quatro na Itália, quatro na Dinamarca, dois na Suécia e um na Hungria, para além dos muitos outros que se filiaram à Ordem.

Em 1151, dois anos antes de sua morte, existiam quinhentas abadias cistercienses. (Bernardo morre em 1153 com 63 anos).

Estudos recentes dão como certo que São Bernardo esteja associado à independência de Portugal. Parece ter sido por sua mediação (ou pelo menos, por mediação da sua abadia) que o Papa enviou um legado à Península Ibérica, o qual reconheceu, senão a independência nacional, pelo menos o título de *dux* a Afonso Henriques e a submissão do novo país à Santa Sé, pelo pagamento de quatro onças de ouro anuais.

⁵ O desenvolvimento das povoações pode ser avaliado pelos forais concedidos pelo mosteiro.

⁶ Eram verdadeiras escolas agrícolas e industriais da época, conhecedores de segredos desse tempo, e foram chamados a resolver graves problemas de economia rural, tendo sido designados como “monges agrónomos”.

2.3. A instalação da Ordem em Portugal e a sua chegada ao Douro

É possível que os monges cistercienses, no momento das primeiras fundações, fossem chamados ao Condado Portucalense por D. Afonso Henriques, o qual conhecia a nova corrente espiritual e monástica que desabrochava na Europa Cristã.

A historiografia cisterciense pela mão de Frei Bernardo de Brito fala mesmo de uma série de cartas trocadas entre S. Bernardo e D. Afonso Henriques. Sendo ambos de filiação borgonhesa e tendo S. Bernardo boas relações com o Papa, era com a ajuda do Santo que D. Afonso Henriques pretendia internacionalizar o seu desejo de independência, arranjando apoios para a sua causa. No entanto, a historiografia moderna tem posto em causa a existência dessas cartas, considerando-as falsas.

Mas S. Bernardo ficou de algum modo ligado a Portugal, na sua qualidade de pregador da II Cruzada. Em 1147, os cruzados que viajavam por mar detiveram-se em Lisboa a pedido do nosso rei D. Afonso Henriques e ajudaram-no a conquistar a cidade aos mouros.

Terá sido da influência de S. Bernardo junto da Igreja e do Papado que D. Afonso Henriques beneficiou nas suas pretensões independentistas. É precisamente neste período compreendido entre finais de trinta e meados de quarenta do séc. XII, que Portugal alcança o reconhecimento de Leão para a sua almejada realidade política como nação independente.

A vinda dos monges de Cister para Portugal foi, por isso, uma experiência política e social. D. Afonso Henriques não tinha só um interesse puramente espiritual na instalação dos monges, mas também um interesse num projecto para conseguir o reconhecimento de outros estados para a causa da independência nacional, apoiando-se na nova Ordem e na influência de S. Bernardo sobre o Papa. Talvez por via disso, no caso das abadias durienses, apesar de diferentes, todas elas são de doações régias. É o rei que oferece uma série de terras da sua propriedade para aí se instalarem os monges de novo ou em substituição de comunidades anteriores. D. Afonso Henriques doou aos monges terras para o seu imprescindível sustento, para sua propriedade, crescimento e irradiação.

É difícil precisar a chegada dos monges de Cister ao território que é hoje Portugal. As origens são em regra difíceis de determinar e neste caso ainda mais, já que infelizmente os enormes cartórios cistercienses ficaram reduzidos a cinzas no incêndio do Seminário de Viseu em 1841. Nesse fogo, consumiu-se o conhecimento mais aprofundado desta obra notável dos monges de Cister no vale do Douro e a possibilidade de se recuperar o essencial da história do Douro na Idade Média.

Outra das dificuldades reside no facto de nas narrativas dos frades se encontrar por vezes o desejo de engrandecer a sua Ordem, distorcendo mesmo a verdade dos factos, como notou J.L. Vasconcelos: “...quando de mais a mais entre eles figuram patranheiros como Fr. Bernardo de Brito” (Vasconcelos 1993:62).

No meio de grandes controvérsias parece, no entanto, que o primeiro e o último mosteiro dos monges brancos em Portugal foram respectivamente os mosteiros de S. João de Tarouca e o mosteiro feminino de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, ambos na região duriense.

A primeira prova documental inequívoca refere S. João de Tarouca, em 1144, na carta de couto passada pela chancelaria régia, como Ordem Cisterciense.

Em seguida, na mesma zona e a poucos quilómetros fundou-se o mosteiro de Salzedas e juntou-se ao mundo cisterciense o antigo ermitério de S. Pedro das Águias.

A Ordem em muito contribuiu para todo o esforço levado a cabo na construção do Reino de Portugal e para a fixação das populações. O vale do Douro foi disto um exemplo acabado.

2.4. Receptividade e aceitação da Ordem

A aceitação de Cister no nosso país processou-se de forma rápida e progressiva, seguindo o processo evolutivo que irradiava do impacto da reforma de Claraval que se expandira, preferencialmente, para a Península Ibérica e à qual se processaram as primeiras ligações dos mosteiros da Ordem em Portugal.

Os nossos primeiros mosteiros cistercienses, como afirma Geraldo Dias, terão sido o resultado de reformas de antigos ermitérios que, rapidamente adoptam os costumes monásticos de Cister (Dias 2004:217), abandonando sem dificuldades as antigas tradições “(...) cujas origens eram provavelmente independentes de todas as correntes (...)” (Mattoso 1992:218).

Muitas destas antigas comunidades eremíticas tinham sido fundadas sob a observância beneditina, mas mostraram-se receptivas à nova forma de vida monástica dos cistercienses, com os quais se identificaram, pelas suas afinidades com os ideais cistercienses de isolamento, pobreza, trabalho da terra e comunhão profunda com a natureza, opondo-se ao luxo e ao fausto beneditinos (Marques 1998:33).

É importante realçar a ligação dos ermitérios com o aparecimento de Cister entre nós. Inicialmente estabeleceram-se importantes relações entre ambas as comunidades, uma vez que a partilha de alguns ideais de vivência religiosa facilitou a aproximação das duas correntes, sendo Cister, das reformas religiosas do século XII, a que mais se apoiou no movimento eremita.

A acção eremítica em Portugal surge durante o segundo quartel do século XII atingindo o seu auge entre 1130 e 1150 (Mattoso 1982:113-114) e instala-se em regiões cujos lugares na altura estavam em fase de repovoamento. A adopção de uma atitude radical no tipo de vida religiosa e a procura, por parte dos eremitas, de lugares desertos nas orlas de lugares habitados, baseia-se nos seus ideais de independência em relação às vivências mundanas, na sua inconformidade com a religião oficial e a não integração nos sistemas senhoriais. A sua génese assenta em princípios autónomos que, pela ausência de estruturas regulares, não se integram em instituições religiosas mais vastas nem se apresentam como igrejas paroquiais, o que não significava que não tivessem impressionado as sociedades contemporâneas (Mattoso 1982:71).

Pelo seu contributo na política de repovoamento, os eremitas desempenharam um importante papel no nosso território, suscitando o interesse dos poderes régios, o qual se nota, principalmente no reinado de D. Afonso Henriques que, sobretudo no início do seu governo,

parece ter demonstrado um interesse acentuado pelos eremitas aos quais confere alguns privilégios. Até mesmo as autoridades eclesiásticas procuravam tentar captar a atenção dos eremitas, obtendo assim mais igrejas, com o objectivo de engrandecer as rendas das suas dioceses. Muitas destas comunidades desapareceram ao longo dos tempos, outras modificaram a sua estrutura e transformaram-se em comunidades regulares, filiando-se nas ordens religiosas mais vigorosas da época, neste caso, na Ordem de Cister (Mattoso 2001:163).

A conversão de comunidades eremíticas é, ao mesmo tempo, acompanhada também pela reforma de antigos mosteiros beneditinos que substituem a observância beneditina cluniacense pela observância dos monges brancos, facilitada pelo facto de ambas as observâncias partilharem a mesma regra de base. Dos monges que adoptaram a regra de Cister, são sobretudo as comunidades beneditinas⁷ que adoptam a nova obediência, alterando significativamente a geografia do monaquismo português medieval.

Fica assim registada a ligação dos primeiros mosteiros cistercienses com mosteiros de regra beneditina que, segundo José Mattoso, tinham sido atingidos por falta de vitalidade, lutando pela recuperação do seu prestígio espiritual (Mattoso 1992:217). O mesmo autor refere que é notável o apoio da velha nobreza nacional, tornando-se benevolente para com os monges brancos na doação de bens e propriedades, facilitando assim a sua rápida expansão, a qual se deve mais a esse apoio da alta nobreza do que à confiança do rei.

Salienta ainda o autor que os valores cultivados pelos monges cistercienses, desde a sua liturgia despojada, o regresso à regra original, a estética arquitectónica, à instrução intelectual e aos trabalhos agrícolas “(...) eram valores e opções consonantes com os gastos e tendências da alta nobreza (...)” (Idem). No princípio do século XII, os monges de Cister tinham já um papel crucial na cultura e na espiritualidade dos nobres e do povo do Condado Portucalense.

⁷ No século XII, a adopção das comunidades beneditinas pela observância de Cister, nota-se somente em comunidades masculinas.

2.5. O monaquismo cisterciense

O monaquismo cisterciense procurou dar resposta a algumas das mais profundas aspirações da alma humana: a busca da perfeição e o desejo de contemplação. Para tal ser possível, foi necessária a *fuga mundi* ou *contemptus mundi*, em busca de uma união do espírito com Deus e o espaço propício é o mosteiro onde se vive em comunidade, tal como é referido nos Actos dos Apóstolos, em que todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum (Act 2, 44-45).

No caso dos monges cistercienses, a busca de Deus era permitida através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas à alma, procurando também atingir o Paraíso perdido. Fraternidade, pobreza, simplicidade e silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense. Os monges cistercienses de seu nada possuíam ou pelo menos assim era na sua génese: “o sustento dos monges da nossa Ordem deve provir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras, da criação de animais (...)” (Nascimento 1999:50).

Foi a vontade de alterar a situação pré-estabelecida que fez com que os cistercienses procurassem um regresso às origens da Regra de S. Bento, isenta das interpretações e desvios dos séculos transcorridos. O importante era a *fuga mundi* e o estabelecimento dos princípios do monaquismo, vivendo para atingir Deus e sonhando com um mundo melhor, com o Paraíso⁸. Esse Paraíso celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, o Paraíso na Terra e Cidade de Deus. Segundo Braunfels (1993:8), todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da *Civitas Dei*.

O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela. Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister. Frequentemente os cistercienses implantaram os seus mosteiros em vales, sendo para isso necessário proceder a profundas transformações no território, de modo a torná-los férteis e habitáveis. O espaço monástico pode-se constituir como um organismo territorial apropriando-se do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades e

⁸ Note-se que desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não ao regresso do Éden, mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste apresentada pelo Apocalipse de S. João e símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal.

cujo espaço arquitectónico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo. Tanto na sua vertente física como na vertente ideal este é o lugar construído pelos homens e ordenado segundo a vontade de Deus.

Os cistercienses tornaram os mais desertos e inóspitos locais em “paraísos”, criando no seu seio a cidade de Deus, utilizando para isso diversos recursos, dos quais se destaca, pela sua importância, a hidráulica cisterciense. Um mosteiro cisterciense deveria ser erigido o mais longe possível das zonas habitadas uma vez que o monge deveria viver em solidão. Assim, basta ler a descrição da chegada a Cister (1098), para se perceber a busca deste desiderato:

(...) depois de muitas canseiras e grandíssimas dificuldades que há que suportar por parte de quantos pretendem viver santamente em Cristo, conseguiram por fim ver realizado o seu desejo e chegaram a Cister. Era este local «o sítio de horror e vasta desolação», mas considerando aqueles soldados de Cristo que a dureza do lugar não estava em dissintonia com o rigor do seu propósito e do projecto que haviam concebido no seu espírito, como se aquele lugar lhes tivesse sido preparado pela vontade divina, tomaram-no em tanta maior estima quanto mais amor tinham pelo seu propósito (Nascimento 1999:49-50).

Este facto está presente não só na legislação cisterciense primitiva como também nos versos *Bernardus valles, colles Benedictus amabat, / Franciscus vicos, celebres Ignatius urbes*⁹ (Dias 2001:206). Pode-se comprovar a preferência por vales, especialmente aqueles que estavam próximos dos cursos de água, nas suas escolhas. Estes locais permitiam o acesso à água, bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana. Mas, também, era nos vales que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e terras para cultivo. O trabalho dos monges cistercienses juntamente com a sábia administração das terras e conhecimentos excepcionais sobre hidráulica transformaram os solos difíceis, mas bons, em bosques florescentes ou em terras de cultivo por excelência. Contudo, as modificações, entretanto operadas na sociedade e na economia, levaram a que os cistercienses modificassem a Regra, de modo a se adaptarem aos novos tempos, e assim, nas décadas iniciais do século XIII, os cistercienses também se tornaram arrendatários de terras.

⁹ Tradução livre: Bernardo amava os vales, Bento as colinas, Francisco as vilas, Inácio as grandes cidades.

Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal e dotado de todos os elementos necessários à subsistência, como refere a Regra de S. Bento:

Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas para dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas (Nascimento 1999:57)

para além do facto de que:

Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia. Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro, isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular. Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais (Nascimento 1999:57).

Para além de toda a sua carga simbólica o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar, pois o mosteiro é um local de habitação dos Homens, mas, também, de Deus. Para os cistercienses, a simplicidade das linhas, a pureza das formas, a luminosidade e o seu claro-escuro bastam por si só. A arquitectura e a arte cistercienses não têm como finalidade o deleite, pois nada deverá desviar a atenção de Deus. Desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e a busca de santidade. Para os defensores da via ascética e da pobreza, apenas através da libertação dos bens materiais e da dádiva, pode o Homem encontrar o amor espiritual e Deus. Para S. Bernardo nada deveria distrair o olhar e o espírito da ideia de Deus. S. Bernardo condenava a ornamentação e a beleza sumptuosa, não porque fosse insensível aos seus encantos, antes pelo contrário, precisamente por ser capaz de os sentir de modo a aperceber-se de que estes constituíam uma sedução invencível, logo um perigo irreconciliável com as exigências do sagrado (Panofsky 1989:92).

2.6. O mosteiro como lugar de acolhimento

(...) a vida interna do mosteiro e o seu papel assumem, em relação à sociedade, uma dimensão eminentemente de culto e de assistência e a parte reservada à liturgia no dia-a-dia monástico dilata-se (...) O próprio recrutamento monástico, que agora se realiza predominantemente (...) entre rapazes muito novos, encontra nos ofícios a sua motivação especificamente religiosa, porque a oferenda de um filho a um Deus (...) garante aos pais, de uma forma muito especial, uma presença amiga no «santo colégio» dos monges e, por conseguinte, uma relação privilegiada de oração e de sufrágios (Miccoli 1989:16).

Os mosteiros eram um centro de oração, de trabalho e cultura, administrados por um abade. Ao «instituir uma escola do Serviço do Senhor» (Regra de S. Bento), o mosteiro tornar-se-ia num foco de espiritualidade, a partir do qual se proporcionava o desenvolvimento do ensino e a produção manuscrita dos Textos Sagrados, que acolhia os filhos dos nobres que desejavam ingressar na vida religiosa, tornando-se clérigos.

Paralelamente, o mosteiro era um ponto de passagem de muitos peregrinos que, num acto de penitência para se punir dos pecados ou para pedir /pagar uma graça, percorriam (a pé) longas distâncias por toda a Europa até chegarem a um dos mais importantes centros de peregrinação da Europa medieval, como por exemplo Santiago de Compostela. Era nos mosteiros que o peregrino ou o conjunto de peregrinos podiam encontrar assistência aos males do corpo e do espírito (banhos, comida, cuidados médicos, assistência a moribundos).

Ao longo da peregrinação, as igrejas ou sés eram pontos de paragem obrigatória, onde o peregrino venerava as relíquias de um Santo, ao mesmo tempo que tinha “lições” de catequese e doutrina cristã através das esculturas, vitrais, frescos, retábulos, tímpanos e gárgulas, que proliferavam pela casa de Deus. O medo do inferno e a esperança de uma vida eterna guiavam o peregrino, numa atitude de penitência, que deveria ser permanente, ao longo de toda a sua vida.

Neste sentido, o mosteiro é uma cidade santa, pura de pecado e, por isso, uma antevisão terrena do Paraíso.

2.7. A estética do mosteiro cisterciense como transmissora de uma mundividência

O mosteiro de Cister nasceu em oposição à opulência atingida pelos mosteiros cluniacenses e alguns mosteiros beneditinos, como já foi referido anteriormente. Procurando a austeridade e simplicidade, a arte cisterciense remodelou os paradigmas românicos e utilizou, em certa medida, a estética gótica que começava a desenvolver-se. A reforma introduzida por Cister pretendia restaurar a Regra de S. Bento na sua pureza inicial, sendo a arquitectura uma manifestação da sua essência. A pureza desejada no modo de vida cisterciense devia coadunar-se com a pureza expressa pelo espaço arquitectónico, onde se desenrolaria a vivência diária dos monges.

O mosteiro é o campo onde o monge se dedica ao cultivo do espírito, um “atelier de oração”. Neste espaço, o monge procura atingir a santidade devendo a arquitectura contribuir para que esse objectivo seja alcançado.

Através da crítica ao luxo e aos excessos de ornamentação (*superfluitas*), às deformações e distorções fantásticas da arte românica (*curiositas*), aos excessos das proporções (*supervacuitas*), S. Bernardo abre caminho para uma estética de moderação ornamental (*moderatio*) onde a necessidade (*necessitas*) e a utilidade (*utilitas*) constituem os novos critérios estéticos (Viti 1995:31). Tudo o que é supérfluo, tudo o que pode distrair o monge do seu aperfeiçoamento espiritual e perturbar a procura incessante de Deus é proscrito do templo cisterciense. A partir de 1150, começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos, tendo por base o chamado “Plano Bernardino” (apesar de S. Bernardo nada ter escrito sobre este assunto), segundo referem os documentos primitivos da Ordem de Cister: “Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço” (Nascimento 1999:57), defendendo a simplicidade, a pobreza e a pureza. Assim, a Regra de São Bento dotou o mosteiro de um programa que, por sua vez, gerou a planimetria da sua arquitectura. O plano bernardino das igrejas era normalmente composto por planta de cruz latina, profundo sentido de ortogonalidade e alinhamentos baseados num módulo quadrangular tal como apresentou Honnecourt (2001:28) no seu caderno, onde desenhou um plano tipo de igreja com o título “esta é uma igreja feita de quadrados para a Ordem cisterciense”, no qual não representa a espessura das paredes, apontando para a existência de um plano ideal.

A igreja constitui-se como o mais importante elemento na implantação do mosteiro cisterciense. Deus é glorificado nessa pureza de que falam as paredes nuas da igreja, na excelente qualidade de execução dos edifícios, nas linhas arquitectónicas rectas, sóbrias e nobres, sem artifícios enganadores. O ar robusto e a estabilidade da construção são uma lição viva da força de Deus, que o monge deve tomar como exemplo no seu trabalho de aperfeiçoamento da alma.

Sendo a luz encarada como a mais estreita aproximação à forma pura, ou seja, ao divino, ela vem assumir um papel fundamental na igreja cisterciense. A luz branca, pura, que inunda criteriosamente o interior da igreja através dos vidros incolores, criando jogos contrastantes de claro-escuro, simboliza a presença de Deus, apelando aos monges a participar no Seu mistério. Assim, todos os dias, durante os ofícios, o monge experimenta o contacto com a perfeição.

A sonoridade joga aqui o outro papel essencial. Com um domínio da acústica sem precedentes, os construtores souberam dispor os seus limpos muros, colunas, arcos e abóbadas para que reflectissem uma sonoridade única, celebrando o primado da audição sobre a visão, tal como prescrevera S. Bernardo: *“Só o ouvido entende a verdade pois que percebe o Verbo”*.

O claustro, a nível formal, era o epicentro do espaço monástico. Três dos seus lados correspondem às funções essenciais: *spiritus* a Norte (igreja), a este a sacristia, sala do capítulo e salas de trabalho intelectual, o *corpus* a Sul (cozinha, calefactório, refeitório, latrinas) e o quarto lado do claustro, a Oeste, aberto aos Conversos (celeiro, dormitório, refeitório, latrinas). Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* surgindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito. Segundo Duby (1997:108-109)

À unidade genética, que é a da ordem, deve a arte cisterciense a sua própria unidade, que marca com um ar familiar as suas arquitecturas, (...). No entanto, os mosteiros não são cópias e a construção cisterciense não é monótona. Cada edifício ajusta-se à mesma «forma» exemplar. Mas é deixado espaço para alguma singularidade.

Mesmo quando as condicionantes do terreno o não permitiam, como é o caso de Alcobaça, os cistercienses adaptavam o plano, tendo sido nestas circunstâncias feita uma rotação na planimetria.

A espiritualidade bernardina é o grande segredo da originalidade da arquitectura cisterciense. S. Bernardo entendeu o impacto que o exterior (o mundo material) pode exercer no interior (mundo espiritual), e a relação perfeita existente entre a estética e espiritualidade. A filosofia que preside ao pensamento de Bernardo de Claraval é uma procura incessante do absoluto de Deus, uma insaciável necessidade de se elevar acima de si próprio para comungar de uma beleza que o ultrapassa, como já foi anteriormente referido.

S. Bernardo foi, de facto, construtor de matéria ao impulsionar a construção das arquitecturas de Cister, das quais muitas subsistem ainda hoje constituindo exemplares vivos ou simples marcas impregnadas do ideal cisterciense, mas, também, foi construtor de almas pois despoletou o florescimento de Cister enquanto um corpo que se traduz na Ordem, assim como dos cistercienses enquanto elementos desse mesmo corpo, e por conseguinte seus construtores. A igreja cisterciense primitiva é a imagem de Deus, na sua totalidade e perfeição. É a imagem da alma em harmonia consigo mesma, com o próximo e com Deus. É a imagem daquele que procura Deus com a simplicidade no coração.

2.8. As propriedades rurais da Ordem - Formas de aquisição patrimonial por compra, doação ou escambos

A escolha das terras para a prática da agricultura estava relacionada com o problema da dificuldade de transporte dos produtos. Normalmente eram escolhidos locais próximos de cursos de água ou estradas, que nem sempre eram os locais mais propícios para o cultivo.

Os mosteiros, depois de implantados, cresceram e prosperaram. O poderio económico e o vasto *dominium* que as abadias acumularam durante o período medieval tornaram-nas em poderosas casas cistercienses, com uma riqueza incomensurável no contexto português. As suas propriedades rurais espalharam-se pelo interior das Beiras e do Douro.

Nos finais do século XII, as comunidades cistercienses começaram a absorver os bens dos pequenos mosteiros familiares e dos eremitérios (Mattoso 1997:37). Os mosteiros, após a sua fundação, foram alvo de várias benesses. Receberam várias doações de terras por parte dos nobres e outros benfeitores, que os escolheram como local de repouso definitivo. Os mosteiros também aumentaram os seus territórios através de escambos, isto é, através de trocas com outros senhores. Ao longo dos tempos, o património dos mosteiros foi também aumentado devido às compras de bens fundiários que os abades foram fazendo.

Os terrenos dos mosteiros eram constituídos em primeiro lugar pelas cercas¹⁰, mas tinham também grandes casais, leiras, terras de sementeira, soutos e vinhas.

¹⁰ Uma cerca é uma estrutura auto-sustentável projectada para restringir ou prevenir o acesso ao interior de sua área.

2.9. O trabalho nos mosteiros e a sua organização

Desejando seguir na íntegra a Regra de São Bento, os monges de Cister estavam decididos a viver do trabalho de suas próprias mãos. Este propósito foi também necessário devido à época em que viviam. Estando ocupados os melhores terrenos, tinham de se contentar com as terras não cultivadas. Tais terras estavam localizadas geralmente em lugares isolados e ermos, como os cistercienses desejavam, mas que necessitavam de um trabalho árduo antes de serem utilizadas para a agricultura. Também os terrenos que os nobres doavam para uma fundação eram na maioria das vezes constituídos de bosques, pântanos ou de lugares que por diversos motivos não foram cultivados.

A economia geral da época era caracterizada por um período de transição. A economia curtense¹¹, na qual todos os produtos agrícolas e artesanais eram produzidos localmente e substancialmente autónoma, estava no fim. Desenvolvia-se agora uma economia totalmente diversa, caracterizada pelo comércio e pelo início da actividade industrial, a qual proporcionava o uso da moeda.

Os cistercienses inseriram-se de modo feliz nesta fase de transição. O sucesso da Ordem chega a ser admirável, e é devido a três factores principais. Em primeiro lugar a extensão do terreno. Para compensar o abandono, os nobres doavam-lhes grandes quantidades de terras. Depois de executar os melhoramentos, por exemplo, em terrenos pantanosos, o rendimento era muito grande e o excedente podia ser vendido. O segundo factor foi o ingresso no mosteiro de um grande número de irmãos conversos e o terceiro, um planeamento racional e uma administração eficiente. Deve-se ainda levar em conta outra consideração: o facto de renunciarem ao dízimo e rendas de todo género, comuns naquele tempo, tornara indispensável o trabalho manual mas, em compensação, também trazia uma certa vantagem, porque havendo renunciado às rendas feudais e eclesiásticas, parecia justo isentá-los do pagamento de impostos, contribuições de diversas espécies e dízimos, que pesavam sobremaneira na economia daquele tempo.

¹¹ Sistema económico que é a base da actividade agrícola da Europa na Alta Idade Média.

2.9.1. Os trabalhadores dos mosteiros – os conversos e a população rural

Homens de carga! Assim as bestas vão curvadas!

Que vida tão custosa! Que diabo!

E os cavadores pousam as enxadas,

E cospem nas calosas mãos gretadas,

Para que lhes escorregue o cabo.

Povo! No pano cru rasgado das camisas,

Uma bandeira penso que transluz!

Com ela sofres, bebes, agonizas:

Litrões de vinho, lançam-lhe divisas,

E os suspensórios traçam-lhe uma cruz!

(Verde 1986:72)

Para os monges de Cister, empenhados na liturgia e na *Lectio Divina*, no estudo e na cópia de códices, não restava muito tempo para se dedicarem aos trabalhos agrícolas e aos outros trabalhos indispensáveis para o funcionamento do mosteiro (cozinha, lavandaria, limpeza, artesanato para a fabricação e reparação dos adereços agrícolas, etc.), pois a agricultura, ao tempo, não só era muito onerosa, como exigia também os trabalhos pesados de melhoramento das novas terras para posterior plantio, pois o número de monges crescia.

Querendo de qualquer maneira viver exclusivamente do trabalho das próprias mãos e não de rendas como os outros mosteiros da época, encontrou-se uma forma de compromisso, já iniciado na Itália, estabelecendo o acolhimento dos "leigos de barba", isto é, os conversos, e de tratá-los durante toda a vida como tais, sem os direitos dos monges coristas. Sem serem clérigos, estes homens conviviam com os monges fazendo eles também votos de pobreza, castidade e obediência. Eram como semi-monges que apesar da sua dedicação ao trabalho, também tinham os seus momentos de oração e eram educados nos costumes cistercienses.

Gente humilde do povo entrava na Ordem muitas vezes para resolver problemas de pura subsistência. Na prática eram camponeses ou gente comum sem instrução, isto é, analfabetos, que tinham uma participação reduzida na Liturgia e dedicavam um tempo maior ao trabalho. Eram tratados como monges, excepto pelo facto de que não participavam da eleição do abade e não podiam receber encargos importantes. Dava-se-lhes uma instrução

religiosa, deviam observar o silêncio monástico, mas os jejuns eram mais leves e o repouso noturno maior.

Sem dúvida eram tratados melhor do que os camponeses e os servos dependentes dos senhores feudais e eram protegidos da pobreza, da carestia e da insegurança. Estes motivos materiais, aliados aos religiosos, explicam o grande sucesso desta instituição e o grande número de irmãos conversos, até ao século XIII, quando a mudança das condições económicas e sociais favoreceram o desenvolvimento das novas Ordens Mendicantes, a saber, os Franciscanos e Dominicanos.

Parte do êxito da Ordem deveu-se aos conversos. A sua missão era trabalhar, libertando os monges do trabalho manual, permitindo-lhes assim viver mais voltados para a oração e contemplação.

Os conversos viviam dentro do próprio mosteiro, mas à parte dos monges, na *domus conversorum*, ou fora do mosteiro em granjas onde trabalhavam. Cada vez mais os monges deixavam essas actividades de lado para se dedicar exclusivamente ao culto. Verifica-se, a partir da questão da divisão do trabalho, uma diferenciação entre monges e leigos, seja na proibição do contacto com “pessoas do século”, seja na própria divisão de tarefas entre monges e conversos nas abadias e na proibição de que estes se tornem monges, apesar da ênfase na sua igualdade de condições. É o que determina a Carta de Caridade, documento mais importante para a constituição da Ordem:

XX

Trabalhos reservados aos conversos

Esses trabalhos [a exploração dos rebanhos ou o cultivo da terra] devem ser feitos pelos conversos ou pelos operários (...) No que se refere especialmente aos conversos, com a permissão dos bispos, nós os tomamos sob nossa responsabilidade como coadjutores e companheiros, acolhendo-os da mesma maneira que acolhemos os monges. Para nós, eles são irmãos e participam de nossos bens tanto espirituais quanto materiais ao mesmo título que os monges.

XXI

Provação dos conversos

Quanto aos conversos que se dirigirem a nós, submetê-los-emos, durante um ano, a um regime de provação. Terminado esse ano, recebemos, no capítulo, a profissão daquele que desejar e merecer permanecer.

XXII

[proibição a um converso de se tornar monge]

Feita a profissão, não poderá no entanto jamais se tornar monge, mesmo que insista nesse pedido. Deve ficar [na vocação] para a qual foi chamado. Se, eventualmente, por instigação do diabo, receber em outro lugar, de algum bispo ou de algum abade, o hábito de monge, ou mesmo de cónego regular, nunca mais deverá [ser] aceito em nenhuma de nossas Igrejas.¹²

O trabalho estava também a cargo da população rural que a isso era obrigada por contratos rurais com os mosteiros e cada vez mais por assalariados que os monges contratavam para fazer os serviços.

Os monges de Santa Maria de Salzedas tinham de contratar, para os seus serviços, pessoas que viviam nos arredores do mosteiro, muito provavelmente no bairro medieval, que uns designam como sendo uma judiaria e que outros não consideram como tal.

Os monges tinham então a seu cargo directo as mais importantes actividades como a oração e a gestão dos domínios, dos seus bens e dos seus privilégios. O *ora et labora* alterava-se cada vez mais nos seus fundamentos e logo a partir do século XII. Era um *labora* mais intelectual do que manual.

No Arquivo Distrital de Viseu, na secção dos Fundos e Colecções Monásticas, referente ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas encontramos um erro histórico. Quando lemos “Os monges viviam do seu trabalho, cavando, lavrando, semeando e fazendo todos os demais serviços agrícolas”, chegamos à conclusão de que os monges apenas fizeram isto durante meio século. Durante sete séculos não o fizeram e por tudo o que anteriormente foi referido, não se pode afirmar que eles eram os únicos trabalhadores agrícolas das suas propriedades.

¹² Capítulo XIX da Carta de Caridade (1997). In: *Os Cistercienses: documentos primitivos*. Edição bilingue latim-português. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, p. 157

3. Cister na região duriense

Outros e mais outros, todos gigantes, vieram trazidos pela fama e, arquejando, dobrados sobre o chão, praguejando e gemendo, lacerando as mãos e os membros contra as lascas das ardósias, banhando a terra em suor e sangue, arrancando do xisto novos «veios», que ampararam com novos «socalcos»: e o que fora a montanha deserta, tornou-se um jardim suspenso... E bem depressa os deuses, que por serem feitos da luz do dia, são invisíveis, mas vêem tudo, deram com aquela fonte de ambrósia e vieram beber pela taça do Sol. (...) E foi assim que o Douro se tornou a melhor vinha e a melhor vergel de Portugal; que os homens roubaram aos deuses para a oferecer aos mortais de todo o mundo, a ambrósia divina; e que uma raça de gigantes ergueu o mais belo e doloroso monumento ao trabalho (...)

(Cortesão 1966:12,14)

A escolha da região do Douro, para a instalação dos monges em Portugal, pode ter a ver com os interesses do próprio D. Afonso Henriques como foi referido no capítulo anterior. Primeiro porque a região de Trás-os-Montes estava controlada pela família dos Braganções fiéis tanto à coroa portuguesa como à coroa leonesa; segundo porque a região entre Douro e Minho estava dominada pela ordem de Cluny; terceiro porque a região ao Sul do Douro tinha a lei imposta pelos bispos e pelo mosteiro de Santa Cruz.

Assim, os territórios à volta de Lamego ofereciam uma boa possibilidade de instalação dos monges de Cister. Para além disso, o facto de Egas Moniz ser um dos terratenentes mais importantes da região reforçou, sem dúvida, a escolha do lugar.

Fixando a nova Ordem em S. João de Tarouca, D. Afonso Henriques,

garantia assim o controlo absoluto sobre a nova abadia e um contacto directo, sem intermediários, com S. Bernardo e os principais poderes da Europa do séc. XII, num momento crucial para ele, envolvido na luta pela independência dos seus domínios face a Afonso VII, rei de Leão e Castela (Rodrigues 1999:93).

Para fundar ou reformar um mosteiro, a Ordem mandava alguns monges comprovar se o local era adequado ao modo de vida que preconizava. Era então elaborado um relatório que seria apresentado ao Capítulo Geral. No caso de ser aprovada, era escolhida uma casa-mãe que filiaría o novo mosteiro.

No caso dos mosteiros cistercienses do Douro parece tratar-se de reformulações de mosteiros anteriores tendo sido alguns mudados de localização para obedecerem à Regra que aconselhava que os mosteiros ficassem isolados do mundo.

Talvez por isso o mosteiro de Salzedas se tenha mudado para um local mais distante da via romana (Ucanha) com melhores terrenos agrícolas e recursos hídricos mais abundantes. Também o mosteiro de S. João de Tarouca parece ter tido uma primeira existência mais antiga como mosteiro/ ermitério de S. João de “Vellaria”, primeiramente beneditino, contrariando a lenda que o supõe *ex-novo*.

A origem de S. Pedro das Águias permanece envolta nas lendas. Primeiramente localizar-se-ia em S. Pedro Velho e a primeira menção como mosteiro cisterciense só aparece em 1205 nas *Actas dos Capítulos Gerais da Ordem*.

3.1. Os três principais mosteiros implantados na região

3.1.1. O nome dos mosteiros

Era norma e tradição da Ordem dedicar as suas comunidades à Virgem. No caso dos mosteiros portugueses, muitos deles mantêm as invocações anteriores à filiação cisterciense, aceitando os nomes de outrora, denotando bem “(...) o peso da tradição e os compromissos que a pré-existência monástica terá imposto à adopção do instituto cisterciense (...)” (Teixeira 1999:200-201).

A par destas invocações anteriores, quando da reforma das comunidades, estas adoptam também a toponímia dos próprios sítios onde se instalavam, como nos casos de S. João de Tarouca e S. Pedro das Águias, tomando assim a toponímia pré-existente e local. As outras casas, mantendo na mesma as designações dos locais ou territórios onde se implantam “(...) ficam pela norma convencional da entrega à Virgem Santa Maria” (Gomes 2000:53).

Assim, temos alguns exemplos como o mosteiro de Santa Maria de Salzedas, o mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa, o mosteiro de Santa Maria do Bouro, entre outros.

3.1.2. O mosteiro de S. João de Tarouca e D. Afonso Henriques

Pensa-se que os monges claravalenses tenham chegado ao vale do Varosa entre 1140 e 1144, ano em que terão reformado a comunidade de São João Baptista de Tarouca para a Ordem de Cister.

O espaço arquitectónico pré-existente revelou-se exíguo para albergar uma comunidade acrescida e inadequado face às exigências da nova *praxis*, pelo que, poucos anos após o seu estabelecimento naquele sítio, os religiosos iniciaram a construção do novo mosteiro¹³, sob a alçada do arquitecto João Froilaz.

¹³Tudo leva a crer que o primeiro mosteiro cisterciense a ser fundado em Portugal tenha sido o de S. João de Tarouca, tese que não está suportada por provas definitivas.

A fundação do mosteiro de S. João de Tarouca gira à volta de uma lenda. Reza a mesma que, a pedido do próprio D. Afonso Henriques, S. Bernardo tenha enviado oito monges, à frente dos quais vinha Frei Boemundo, com o objectivo de fundar a primeira comunidade neste território. Acolhidos na corte condal, D. Afonso Henriques outorgou-lhes carta de Couto e deu-lhes poder de se estabelecerem. Os monges ter-se-ão detido nas margens do Varosa, onde levantaram uma capela. Na noite de 25 de Abril, os monges viram descer uma luz milagrosa que se manifestou ali próximo (ver anexo, fig.3), durante uma semana. Logo se dirigiram à presença do rei para lhe pedir o local indicado para a construção do novo mosteiro. O rei concedeu-lhes o local e uma soma de dinheiro à qual se juntou também a doação de Egas Moniz.

Quando D. Afonso Henriques se dirigia a Trancoso para lutar contra os mouros invasores, passou por S. João de Tarouca. Pediu, então, para ser acompanhado por um monge. Frei Adalberto, sucessor de Boemundo, acompanhou o rei e conta-se que graças às suas orações e a uma missa celebrada durante a batalha, os portugueses conseguiram repelir os muçulmanos para terras do Sul.

De regresso a Trancoso, o próprio rei terá colocado a primeira pedra do mosteiro perante D. João Peculiar, (Bispo de Braga) e do Bispo de Lamego (ver anexo, fig. 4).

Lenda ou história, o facto é que a igreja foi fundada no ano de 1154, a 1 de Julho, vindo a ser consagrada 15 anos mais tarde, no dia 18 de Maio, facto marcado por uma cerimónia que contou com a presença de D. João Peculiar, Arcebispo de Braga, D. Pedro Sénior, Bispo do Porto, D. Mendo, Bispo de Lamego e D. Gonçalo, Bispo de Viseu.

Desde a sua fundação que o mosteiro contou, como já verificámos, com apoio régio, a protecção de casas nobres e o apoio de particulares através de doações constantes, o que permitiu o alargamento sistemático do seu património. A exploração económica das suas granjas levou ao inevitável enriquecimento da comunidade e engrandecimento do mosteiro, o que veio a reflectir-se, mais tarde, numa grande crise espiritual.

O mosteiro conquistou, desde logo, grande nomeada, e os abades eram pessoas da confiança dos reis e pontífices romanos. Para além de receber grande protecção e doações de fidalgos e privilégios reais, nos séculos XII a XV, foi panteão das melhores famílias do Norte de Portugal.

O outrora majestoso conjunto monástico implanta-se junto ao rio Varosa, sendo atravessado por dois afluentes (Aveleiras e Pinheiro), que se encontram cobertos por túneis em abóbada de berço quebrado (ver anexo, fig. 5).

O sítio da abadia tarouquense permitia o exercício de uma vida monástica regular adequada ao ideal da Ordem, que conjugava o rural com o espiritual: era isolado, longe dos tumultos do mundo, fértil para a prática agrícola, água em abundância e rico em pedra e madeira para a construção.

Conserva-se ainda todo o recinto envolvido pela cerca do convento, com as suas duas capelas em ruínas. A parte regular desenvolvia-se para norte, tendo desaparecido os dois claustros e os edifícios que ligavam a igreja ao imenso dormitório dos séculos XVI e XVIII, que se ergue do outro lado do ribeiro.

Orientada a Nascente, a igreja foi o primeiro espaço do complexo monástico a ser edificado, seguindo-lhe os lugares regulares. Por questões fisiográficas do local, com um desnível de Sul para Norte, e para facilitar o sistema hidráulico do mosteiro, a implantação dos edifícios regulares fez-se do lado setentrional da igreja. Nas suas formas simples e desornamentadas, na sua espacialidade e iluminação a igreja de S. João de Tarouca, embora considerada dentro do "românico cisterciense", anuncia já o advento da nova arquitectura gótica.

Uma inscrição da fachada do templo data de 1152 o início da construção e uma outra assinala a sua sagração, em 1169. Na fachada, refeita no séc. XVII, os contrafortes sublinham a disposição interna de três naves, apresentando no plano central uma grande rosácea e um portal com as armas da congregação e um nicho com a imagem de S. João Baptista, encimado pelas armas de Portugal.

Não obstante as várias vicissitudes históricas, o interior da igreja reflecte ainda muito do fascínio e do vigor assertivo das primeiras manifestações da arquitectura dos cistercienses no país. A sobriedade e a noção de clareza e de simetria perfeita mantêm-se praticamente indiferentes na identidade e no rigor dos seus valores e princípios correlativos.

Mais tarde, entre os finais do século XVI e meados do século XVIII, o mosteiro foi alvo de sucessivas campanhas de obras que vieram alterar profundamente a sua concepção primeva. Foi, também, durante este período que a igreja recebeu ambiência barroca como o novo equipamento artístico, de ostentação e excessiva decoração, felizmente, na sua grande maioria, ainda hoje possível de admirar. O objectivo deste novo movimento artístico era comover intensamente o espectador, daí que se tenha revestido, parcialmente, o corpo das naves com azulejaria, ainda no século XVII, complementada por pintura mural (no intradorso dos arcos torais das naves colaterais) que reproduz os motivos dos azulejos. Mais tarde, em 1718, as paredes dos braços do transepto e da capela-mor foram adornadas também com revestimento azulejar, sendo o tecto desta última decorado com pintura mural.

À face das capelas colaterais da cabeceira foram apostos altares em talha dourada. A capela-mor e os últimos três tramos das naves colaterais receberam, igualmente, altares em talha dourada. O corpo da igreja foi ainda valorizado com a construção do magnífico cadeiral dos monges (1729/30) e um grande candelabro (1792). O admirável cadeiral barroco do coro conserva-se ainda no local original, próprio das igrejas cistercienses, ocupando os tramos da nave central junto ao transepto. Os espaldares possuem representações pintadas de personagens ligadas à Ordem de Cister. Lateralmente, em plano elevado, conserva-se o órgão encomendado em 1766, em talha e com uma imagem de longas barbas que marcava o compasso com o movimento de braços e da boca. A dividir as naves, foram colocadas as balaustradas em madeira.

Actualmente, o templo apresenta o corpo nascente alterado com a ampliação do presbitério, na última década do século XVII, e a construção da sacristia nova, em 1710, adossada ao braço setentrional do transepto, que absorveu metade da área primitiva da capela colateral adjacente. A sacristia possui um revestimento em azulejo e mobiliário da época, com oito painéis pintados alusivos à vida de S. Bernardo.

A cabeceira foi ampliada no séc. XVII para receber um belo retábulo de talha dourada onde se encontram as imagens de S. Bento e S. Bernardo.

A arte renascentista está também presente no interior da igreja. Nos altares laterais conservam-se notáveis pinturas do séc. XVI de que se destaca o célebre quadro de S. Pedro, atribuído a Grão Vasco, aparentado com o da Sé de Viseu. Esta pintura funda um espírito novo, forjado de ideais novos e em forças criadoras. Os princípios orientadores são: a conquista de um espaço cénico, agora suportado por princípios matemáticos e pela perspectiva linear científica e a representação realista da natureza, animais e especialmente do Homem. As palavras-chave são: equilíbrio, harmonia e realismo.

No transepto Norte sobressai o enorme sarcófago de granito com uma imagem jacente e cenas de caça, com umas impressionantes 13 toneladas, pertencente a D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos, filho de bastardo de D. Dinis e autor do livro de linhagens, falecido em 1354.

No exterior, os alçados foram muito extirpados do seu prospecto medieval, com as renovações dos séculos XVII e XVIII. Durante estas campanhas de obras, substituiu-se o portal da frontaria, abriram-se as janelas superiores, refez-se a rosácea e aboliu-se a galilé. Os corpos das naves laterais, onde se alargaram ou rasgaram algumas janelas, foram levantados até encontrarem o beirado da nave central. Com os últimos trabalhos de restauro, efectuados nos anos trinta do século passado, procedeu-se à consolidação estática do

monumento, reconstruiu-se a capela do braço Sul do transepto, destruída por questões de “equilíbrio” reformista aquando das obras setecentistas da sacristia, procedeu-se ao apeamento dos altares barrocos que tinham sido colocados sob os arcos de acesso às antigas capelas colaterais e à reconstrução das mesmas, realizaram-se também trabalhos de conservação, nomeadamente o arranjo do telhado e a substituição do pavimento e libertou-se a igreja de algumas excrescências adventícias.

Mais recentemente, o IPPAR, para além da realização de trabalhos de conservação junto do equipamento artístico da igreja e sacristia, levou a cabo o restauro dos altares pertencentes às capelas colaterais e procedeu à sua aposição, entaipando-se, assim e novamente, o acesso às mesmas, o que devolveu à igreja a autenticidade estética do período barroco.

O que é possível observar à presente data, para além da igreja, são as paredes do dormitório, que se impõem pela sua grandiosidade, permitindo detectar a existência inicial de dois andares, ficando o plano superior destinado aos monges e o inferior aos conversos.

Junto deste, há toda uma série de divisões que corresponderiam a outras partes do convento e que estariam de algum modo ligadas, até ao espaço da igreja, como sejam: os refeitórios, a cozinha, a casa do capítulo, o *scriptorium* e os claustros, cuja localização seria anexa à igreja.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o convento entra num estado agónico e apenas se salva da ruína a igreja conventual.

S. João de Tarouca foi classificado em 1956 como Monumento Nacional (M.N.).

3.1.3. O mosteiro de Santa Maria de Salzedas e D. Tereza Afonso

Nas margens do rio Torno ou Galhosa encontramos outra das jóias cistercienses do Norte de Portugal, a abadia de Santa Maria de Salzedas (ver anexo, fig.6). Edifício de raiz românica, assistiu a obras góticas, renascentistas, maneiristas, barrocas e neoclássicas, evidenciando um sedutor emaranhado de estilos. Aproveitando, possivelmente, um templo alti-medieval, os monges beneditinos constroem no início do século XII, a igreja primitiva de Salzedas.

No ano de 1163, D. Afonso Henriques doa o Couto de Algeriz (depois chamado de Salzedas) a D. Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz, para que esta o oferecesse aos

cenobitas de Salzedas, dando, deste modo, início ao território do mosteiro tarouquense. Mais tarde, em 1196, a comunidade religiosa coloca-se sob a alçada dos monges de Cister e, no primeiro quartel do século XIII, assiste-se à conclusão e à sagração da igreja, que acontece mais concretamente no ano de 1225.

Junto à recepção, resiste a primitiva farmácia com tecto em caixotões pintados com as ervas profilácticas. Após passarmos a recepção, entramos no claustro datado dos finais do século XVI, arquitectonicamente diferente dessa centúria, com arcos de volta inteira, assentes em colunas de fuste liso, de abóbadas de ogiva. A seguir vemos a galeria superior fechada, com janelas encimadas por frontão triangular. Ao percorrermos as alas descobrimos o azulejo do século XVIII e acabamos por entrar na sala do capítulo, de planta quadrangular e abóbada de nervuras, revestida por silhares de azulejo padrão, com excelente acústica. O corredor dá acesso à sacristia com as paredes revestidas a azulejo e logo segue-se a entrada para a hospedaria que dava guarida aos peregrinos de Santiago. A sacristia de tecto abobadado com ogivas apoiadas em duas colunas de estilo *mudéjar*, tem um arcaz e contador e ao longo das alçadas cenas pintadas em quadros da vida de S. Bento e S. Bernardo.

A sacristia dá acesso à capela-mor e ao corpo da igreja do mosteiro. Desde logo, compreendemos a espacialidade cisterciense e a dimensão teológica da luz, como símbolo da vitalidade e glória de Deus. A capela-mor apresenta em cada alçada três grandes janelas, encimadas por concheado e cornija contracurvada, atribuindo ao espaço uma intensa luminosidade. Observamos, logo, o cadeiral em pau-santo, onde os frades assistiam à Eucaristia. O altar-mor é em talha de pau-santo marmoreada, ladeado por dois anjos tocheiros que iluminam o Santíssimo Sacramento.

Partindo da cabeceira entramos no transepto cuja estrutura medieval era de quatro absidiólos. Hoje, apenas no lado Norte encontramos um intacto, com arco em ogiva e profusamente siglado. Dos restantes ficaram-nos vestígios. As reformas dos sécs. XVI, XVII e XVIII destruíram a ábside e os absidiólos centrais e transformaram a igreja. Ainda no lado Norte, encontramos a porta dos mortos, entaipada, que dava acesso ao antigo cemitério e uma escada em caracol do séc. XII.

A nave central encontra-se dividida em cinco tramos, definidos por arcos torais. No centro existe uma abóbada de arestas. Na nave central podemos admirar o coro-alto, assente em arco em asa de cesto, sendo marcado por moldura de cantaria contracurvada e protegido por guarda de madeira. A igreja é constituída por três naves escalonadas e comunicantes, nas

laterais contemplam-se vários altares, onde se destaca um do período barroco do lado Norte, junto ao pórtico.

Debaixo do coro-alto encontramos uma cripta, com vários túmulos e a pia baptismal. Dos túmulos salientamos o de D. Teresa Afonso e os dos Coutinhos Gomes Marialva.

Relativamente à fachada há a referir que esta se apresenta inacabada, de estilo barroco e neoclássico, composta por três corpos separados por pilastras e com alçado de dois níveis. No corpo central observamos um óculo polilobado e os laterais ovais. As suas torres de lindos coruchéus e minaretes ficaram incompletas, devido às convulsões que as invasões napoleónicas espalharam no país.

3.1.4. O mosteiro de S. Pedro das Águias e D. Tedon

Do antigo mosteiro de São Pedro das Águias restou a sua igreja (ver anexo, fig. 7), pequeno templo de nave única e cabeceira rectangular, escondido numa alta falésia sobranceira ao Távora e protegido a ocidente por uma parede rochosa, guardado assim dos olhares de quem passa em Granjinha, a aldeia mais próxima, bem como da curiosidade daqueles que o tentam vislumbrar a partir do rio. Poderá causar espanto esta opção pela invisibilidade, mas os motivos por trás de uma tal localização explicam-se pela necessidade de segurança.

A construção da igreja é atribuída aos cavaleiros D. Tedon e D. Rausendo que, cerca de 991, teriam decidido ali fundar um mosteiro para abrigar alguns eremitas que haviam fugido de territórios dominados pelos muçulmanos.

A lenda das origens do mosteiro de S. Pedro das Águias conta a vida de um eremita, dois cavaleiros e os amores de um deles por uma princesa moura.

Em tempos longínquos, um eremita procurou refúgio nos rochedos sobre o rio Távora para se dedicar ao retiro espiritual. Cavou uma cova no saibro para se abrigar e por ali ficou. A fama da sua santidade era tão grande que uns anos depois se lhe juntaram uns monges beneditinos. Decidiram todos juntos formar uma comunidade com a Regra de S. Bento e construíram um conjunto de edificações monásticas, com uma ermida dedicada a S. Pedro das Águias.

Trezentos anos depois da invasão muçulmana, por volta do ano 991, terão aparecido dois nobres cavaleiros leoneses, descendentes do rei Ramiro de Leão, que decidiram estabelecer-se naquele local. Construíram uma fortificação – o castelo de Távora ou dos Cabris. Reconstruíram e melhoraram a velha ermida.

Um dia, um dos nobres cavaleiros, D. Tedon, estando em Lamego, viu a bela princesa Ardinga, filha do emir da cidade e logo se apaixonou.

Os dois mantiveram os seus amores secretamente. Uma noite, a princesa moura saiu do seu palácio e fugiu e direcção ao mosteiro de S. Pedro das Águias. Aí o abade a doutrinou para poder ser baptizada e casar com o nobre cavaleiro.

O emir ao saber da fuga da filha, preparou uma expedição ao mosteiro para a resgatar. Chegado ao mosteiro, viu a sua filha convertida ao cristianismo e logo ali a matou. Quando D. Tedon regressou de uma expedição militar e viu a sua amada morta, jurou que não mais se casaria, mantendo-se fiel ao seu amor para sempre.

Lenda ou realidade, o facto é que hoje encontramos um cenóbio composto por nave única rectangular (7m de comprimento, 5m de largura e 6,6m de altura) com capela-mor ou cabeceira (4m de comprimento, 3m de largura e 3,5m de altura). As paredes são em cantaria de granito e apresentam 1m de espessura. Tem 2 portais, um telhado de 2 águas e os tectos são em madeira.

As fachadas são percorridas por modilhões decorados com figuras humanas, animais, rolos, etc. O portal axial está orientado para Oeste. Possui um arco de volta perfeita com arquivoltas muito trabalhadas (boleadas) e assentes em colunelos capitelizados. O tímpano é sustido por duas colunas de cada lado com fustes lisos. Sobre os capitéis assenta um lintel com quatro esculturas zoomórficas nas extremidades. A imposta e o tímpano são decorados com cruz rosácea (vazada) e laçaria (nós de Salomão). Sob as figuras esfíngicas, maiores, a ornamentação é constituída por um friso serpentiforme. À esquerda, encontramos um arco de volta inteira num muro que se liga ao penhasco, com uma cruz em rosácea entrelaçada com elementos serpentiformes. A Norte, encontramos um portal na lateral esquerda com acesso a um adro. O portal lateral é composto por dois colunelos, capitéis esculpidos com ornatos vegetalistas, lintel e tímpano com Agnus Dei (Cordeiro de Deus crucífero) cercado também ele por elementos ornamentais serpentiformes, dupla arcaria, vazada e lavrada, de volta inteira, com figuras felinas de carácter apotropaico no arco do pórtico ligado por serpentinas. Na parte superior da porta lateral há uma inscrição em latim, onde se pode ler “Que Deus dos exércitos guarde a entrada e a saída deste templo.” No alçado Sul encontramos duas frestas, cachorrada e cornija. O alçado é composto por embasamento,

friso, fresta que centralmente se lhe sobrepõe e cornija rematada no topo por cruz. Existe um janelo aberto na parede através do qual se pode ver uma cruz rosácea na parede interior igual à do pórtico axial. A cornija está assente em cachorrada. As figuras sob o beiral do telhado são humanas e zoomórficas.

A articulação exterior/ interior é desnivelada. Interior de nave única, com acesso através de escadaria descendente em ambas as entradas. A capela-mor possui fenestração rectangular e nicho do lado da epístola, e janela cega do lado do evangelho. O arco triunfal é em ferradura e assenta em colunas de reduzidas dimensões e terminadas em capitéis esculpidos.

3.2. As melhorias e as inovações introduzidas pelos monges destes três mosteiros na agricultura local

O vinho de Natureza não é o vinho dos homens. Este último é fabricado com sabor, gosto, lutas e mercado; com sonhos, riqueza, coragem e pobreza; com arte e ciência, com técnica e sofrimento.

No Douro, que produz um vinho complexo, um vinho mais feito e mais “fabricado” do que os outros, os homens desbravaram o mato, subiram as encostas, aterraram e surribaram. Desfizeram a pedra, fabricaram a terra, levantaram muros, construíram milhares de quilómetros de socalcos, serra acima, vale adentro. Quebraram a rocha, cavaram a terra, soltaram os rios, procuraram a água e marcaram sítios para viver. Plantaram, enxertaram, podaram as vides, colheram as uvas, pisaram, trasfegaram, transportaram, fizeram o vinho. Conservaram, armazenaram, fizeram lotes, misturaram aguardente, envelheceram e apuraram. E o vinho fez uma região...

(Barreto 1993:10)

O *ora et labora* recupera o seu sentido original com que os monges cistercienses se dedicam ao trabalho manual com intervenção directa no campo e às tarefas físicas que a agricultura pressupõe.

Em que medida este trabalho braçal dos monges desenvolveu a agricultura medieval nesta região?

Com o predomínio feudal de produção, os proprietários da terra não participavam no trabalho. Recebiam do camponês uma parte da produção, não se interessando pelo desenvolvimento da agricultura.

Por outro lado, os extensos e numerosos senhorios que Egas Moniz de Ribadouro e seus dois irmãos Ermígio e Mendo adquiriram na região do Douro, foram depois divididos entre os seus numerosos filhos dando lugar a várias linhagens das quais a maior parte se extinguiu ou entrou em decadência.

Assim, as propriedades que se mantiveram durante séculos nas mãos dos seus donos foram as dos grandes mosteiros que nesta região pertenciam à Ordem de Cister.

Com os monges, o trabalho era intervencionado directamente por eles unindo o trabalho à posse da terra. Tal união irá produzir melhorias e inovações nas suas propriedades, por um lado devido ao conhecimento prático da terra e, por outro lado, à importante capacidade económica e de comunicação e ajuda mútua entre todos os mosteiros

da Ordem. Eles modificaram e especializaram o terreno, alteraram caminhos e cursos de água, intervieram no povoamento deslocando as populações.

Parecem estar assim, os monges cistercienses, no rol dos primeiros “inventores” do vinho do Porto, pelo menos aqueles que, apesar das austeras recomendações de S. Bento se deixaram seduzir pela gula: “Todos os bons vinhos têm dedo de Deus à nascença, ou antes a mão do frade” (Barreto 1993:12).

De facto, pertenciam sem dúvida aos mosteiros de Cister a Quinta de Ventozelo (Ervedosa), a Quinta dos Frades (Armamar), Mosteirô¹⁴, Paço de Monsul ou Tourais (Cambres) que são ainda hoje quintas com grande produção de bom vinho do Porto.

Os mosteiros, perante a procura de vinho, vão potenciar o plantio de vinhedos por todas as suas propriedades e raro é o documento de compra ou escambo em que não apareça a aquisição, por parte do mosteiro, de vinhas, cubas, lagares, adegas, ou qualquer outro elemento ligado à vitivinicultura. O interesse pelas vinhas está bem patente nos aforamentos.

3.2.1. Inovações técnicas cistercienses

Os monges cistercienses, de acordo com as capacidades agrícolas dos terrenos e fazendo uso de todos os seus conhecimentos de agronomia, contribuíram para tornar a agricultura desta região mais desenvolvida e produtiva.

Detentores de uma verdadeira cultura agrícola, os cistercienses sempre souberam que o aproveitamento dos terrenos e a intensidade dos cultivos resultam dos múltiplos factores que devem progredir em equilíbrio e desta forma conseguem adoptar o tipo de culturas mais produtivas em detrimento de outras. Não duvidamos da intenção dos monges brancos em pretender organizar os seus domínios e estabelecer planos bem definidos com vista ao aproveitamento de todo o território ocupado. Por sua orientação, decerto que os colonos e a restante população foram criadores de importantes explorações agrícolas implantadas em terrenos bem escolhidos pela sua qualidade e pela abundância ou não de água.

¹⁴ É curioso notar que o brasão que se encontra no frontispício da capela da Quinta de Mosteirô mostra as armas de S. Bernardo, santo nobre cisterciense e também as flores de lis já que o santo pertencia à Casa Real de França.

A generalização de culturas mais rentáveis, associadas a terras férteis, beneficiando da aplicação de novas técnicas agrícolas permitiram um trabalho mais intenso do solo. Desde as novas arroteias, a selecção de sementes a utilizar, a adubação das terras, às técnicas de regadio, os frades bernardos tornaram-se grandes divulgadores de novas práticas de cultivo e prodigalizaram os seus conhecimentos às gentes do Douro.

Os monges cistercienses foram os pioneiros do desbravamento e arroteamento de terras, da drenagem de pântanos, da construção de barragens e diques e percursos na utilização das novas energias (a madeira e a água), de que o Ocidente tinha tanta necessidade, estando como estava em plena expansão demográfica e urbana.

A água tinha um papel de destaque e era muito mais forte o seu simbolismo para a lavagem do que para beber ou cozinhar. Os monges lavavam as mãos antes das refeições, e todas as sextas-feiras o abade ou o prior lavavam os pés aos outros monges, como Cristo fizera aos apóstolos antes da última ceia. Por isso, habitualmente a canalização servia em primeiro lugar a enfermaria, depois a fonte do claustro e só depois a cozinha, onde nem sempre chegava nas melhores condições (o que aconselhava a que se fizesse cerveja com ela).

Os monges cistercienses experimentaram novas técnicas de exploração, porque colocavam, nas suas realizações temporais, a seriedade, a inteligência, a paixão que animavam as suas práticas de interiorização espiritual. Por isso, foram responsáveis por tecnologias agronómicas e industriais revolucionárias. Segundo Duby:

Monges e conversos, rendeiros do Senhor Deus, melhoraram as raças animais - e um testemunho disso é o progressivo aumento dos pergaminhos que eles fabricavam com a pele de animais jovens - conseguiram reconstituir a fertilidade das suas terras por meios menos toscos. Foram os campeões do adubo, das rotações fecundadoras; foram os campeões do trabalho da terra. Avisados acerca das melhores maneiras de atrelar os bois, aplicando ao solo dos campos, para melhor o revolver, o ferro...no século XIII, a Ordem de Cister colocou-se na vanguarda do desenvolvimento da metalurgia, [solicitando aos príncipes a doação das ferrarias mais ricas, domesticando a força das águas correntes para melhor bater o metal]. Cister, que erigiu as suas forjas com tanta majestade como os seus santuários (Duby 1976:124).

Desta forma, a cidade monástica prolongou-se para fora da muralha em propriedades e explorações, projecções essas que foram racionalmente acompanhadas e pensadas nos campos da contabilidade, dos cartulários, dos censuais. Por isso deram lugar a grandes

aperfeiçoamentos de modelos de gestão e traduziram-se em práticas avançadas de arquivística, de gestão contabilística, de recenseamento fundiário e de cadastro de terras.

3.2.2. Transformação dos territórios incultos: baldios e maninhos

O esforço colonizador pelo processo de atribuição de terras promovido pelos monges, apesar de muito ter contribuído para a expansão das propriedades e consequente alargamento das zonas aráveis, não esgotou a ocupação da terra por completo, verificando-se a existência de terrenos maninhos e baldios.

Muitas destas terras não cultivadas, também elas alvo de aforamento, mediante a obrigatoriedade do seu cultivo, com o decorrer do tempo foram sendo emprazadas e muitas delas transformadas em terrenos de cultura. Se o mosteiro aforava a terra “rota e por romper”, isto queria dizer que os colonos ou rendeiros, na sua condição de senhorio útil, poderiam dispor dela e sujeitá-la às benfeitorias, construindo casas, estruturas anexas e arroteá-las de modo que se tornasse agricultável, procedendo mesmo à feitura de pomares e olivais.

Se muitos destes terrenos, pelo processo de arroteamento, se transformaram em propriedades agrícolas, outros mantiveram-se como importantes reservas de pasto, mato e lenha, bens do mosteiro que os poderia aforar, se houvesse quem deles quisesse fazer prazo de vidas ou perpetuamente.

3.2.3. Recursos naturais

O carácter despovoado da região aquando da instalação dos monges significava que a maior parte da sua área era constituída por terrenos incultos onde abundavam carvalho, azinheiras, sobreiros e arbustos de várias espécies. Toda esta componente florestal representava um conjunto de bens naturais, cuja exploração terá permitido aos colonos o aproveitamento da lenha, da madeira para construção, do montado para pastagens dos animais e ainda a recolha de alguns frutos silvestres ou fungos para a sua alimentação.

Na exploração dos bens naturais, se a madeira foi de extrema importância pela sua utilização na construção, a água parece-nos ter sido o recurso mais bem explorado e que mais

contribuiu para o desenvolvimento das actividades praticadas nas propriedades da abadia, quer pela sua importância na utilização de culturas de regadio, quer pelo seu uso enquanto força motriz.

3.2.4. O sistema hidráulico cisterciense – o aproveitamento dos rios Aveleiras, Pinheiro e Torno

A água, como já referi, foi determinante e condicionante do comportamento do Homem e da Humanidade. Na Idade Média, o domínio e o controlo da água permitiu às comunidades monásticas em conjuntos edificados alcançarem um elevado grau de gestão, de poder e de condições de higiene e salubridade.

A estratificação da sociedade cisterciense e a hierarquização dos seus espaços, encontrava paralelo na gestão do seu sistema hidráulico, com a separação entre rios, levadas e condutas, com características físicas, caudais, controlos, riscos próprios e finalidades distintas.

Foi também como “força motriz” que a água teve um papel fundamental, causando na Idade Média talvez a primeira “Revolução Industrial”, na qual os cistercienses tiveram um papel importante, Revolução Industrial essa só comparável à do carvão no séc. XIX, à do petróleo no séc. XX e à informática do séc. XXI.

Sabe-se também que os cistercienses estiveram entre os primeiros a utilizar o martelo hidráulico. Não devemos cair no exagero de os ver como inventores de todas as técnicas. Muitas vezes limitaram-se a participar activamente no domínio das técnicas da água que se fez sentir no seu tempo. Deste modo, construíram longos canais para desviar cursos de água até às suas abadias. Mas as realizações hidráulicas dos monges brancos são muitas e mais variadas, desde construção de aquedutos, diques e barragens (mesmo em rios de média dimensão), edificação de cisternas eficazes para aproveitarem águas infiltradas e prevenir inundações, até às escolhas certeiras de localização dos próprios mosteiros, ocupando o único ponto com água num cenário de aridez, preocupando-se mesmo com a evacuação da água do interior de minas, etc.

Os cistercienses, ao moldarem as pedras, a água, a luz e os sítios, numa harmonia mística, espiritual e terrena, criaram espaços fundamentais à vida das suas comunidades. A ligação à água foi uma constante nos seus mosteiros, sendo frequente aparecer traduzida na própria denominação da abadia. S. João de Tarouca torna-se num exemplo interessante de constatação histórica de interacção continuada entre o homem, a água e o meio-ambiente. O

mosteiro está situado no ponto de união de duas linhas de água denominadas localmente de corgo da Cerca ou da Aveleira, que nasce em Vila Chã do Monte correndo de Sul para Norte, e corgo do Pinheiro, da Fraga ou da Frágua, correndo de Nordeste para Sudoeste, que aqui se unem formando a ribeira principal, a que a população chama simplesmente de Corgo, afluente do rio Varosa. A sua implantação correspondia a normas rígidas em termos biogeográficos, pedológicos e geomorfológicos, privilegiando o isolamento em relação a focos urbanos e elegendo espaços ermos e agricultáveis, por norma vales férteis, estando assim de acordo com os princípios de retiro espiritual e austeridade, dedicado ao trabalho da terra, como via privilegiada para uma vivência harmoniosa, dedicada à exaltação de Deus. A implantação no cruzamento de linhas de água entende-se, não como uma imposição espiritual, mas de uniformização arquitectónica, encarnação formal do espírito uno que preside à ordem cisterciense.

A construção na segunda metade do século XVI de abóbadas e aterro do consequente espaço interabóbadas, cobrindo o cruzamento das linhas de água, resultou na criação de uma plataforma artificial, permitindo a expansão dos edifícios para Este e Nordeste, ultrapassando o limite físico imposto pelo leito dos corgos. É com certeza a obra de maior impacto e que mais profundas alterações trouxe ao desenvolvimento arquitectónico do espaço monástico, que em consequência se desenvolveria de forma contínua para Norte.

Também os vários moinhos situados nas margens do rio Torno em Salzedas e do rio Varosa (Barosa), rodeados de vegetação e calma eram utilizados para moer os grãos dos cereais e gerar a farinha, utilizando a força das águas límpidas do rio, do qual os monges souberam tirar proveito.

Os engenhos e moinhos reflectiam a importância da transformação dos produtos agrícolas e florestais. Recordemos que o suporte económico da Ordem foi, sem dúvida, a gestão eficiente da estrutura agrícola.

3.3. Exploração dos domínios

E o vinho fez uma região, fez solares, as quintas e os casebres. Fez os lagares e os cardenhos; as pipas e os rabelos; os ricos e os pobres. Fez igrejas e os mosteiros que o vinho fez e que vinho fizeram.

(Barreto 1993:10-11)

A natureza do território implicou um concerto sobre o uso do solo. Coube aos monges avaliar as áreas de apetência agrícola, as terras destinadas ao pascigo e à colheita de matos para fertilização dos campos, os palcos florestais invioláveis e os tractos a arrotear, estabelecer a hierarquia e leque das culturas, empreender obras de requalificação agrícola...

O crescimento da Ordem de Cister fez com que os monges exercessem o monopólio dos meios de produção.

O estabelecimento de verdadeiras colónias rurais, administradas por um mestre ou grangeiro (Magister de Granja) permitem aos monges e leigos o incremento de rústicos trabalhos agrícolas.

No desenvolvimento agrícola cisterciense no Douro tomemos três grupos distintos de propriedades segundo o distanciamento em relação à abadia: os coutos, as granjas e os aforamentos, que com os seus olivais, vinhas, hortas e pomares transformaram-se em verdadeiras escolas e oficinas de onde, frequentemente, saíram hábeis colonos.

3.3.1. O couto

O couto era formado pelas propriedades circundantes ao mosteiro e era constituído essencialmente pelo território correspondente a uma primitiva doação régia ou senhorial, a partir da qual os mosteiros iniciavam a sua localização e expansão. A sua dependência dos monges era total, quer a nível espiritual, quer económico ou jurídico. Pela doação, os mosteiros tornavam-se os efectivos senhores desses territórios, ficando fora da alçada da jurisdição régia.

Dentro do couto os monges reservavam para si a abadia afastada de tudo e de todos.

Nessa zona ficavam, além da igreja, os espaços habitacionais, os celeiros e os terrenos cultivados com produtos de primeira necessidade.

Nesses territórios é onde se vai sentir a influência dos costumes cistercienses uma vez que era a partir deles que o mosteiro baseava a sua independência económica. Como territórios limítrofes dos mosteiros, os coutos monásticos reflectem a presença constante dos monges que, de acordo com as suas tendências, vão operar transformações que lhes permitem satisfazer as suas necessidades, modificando e alterando a fisionomia do couto com vista a uma exploração correcta e rentável, à boa maneira cisterciense.

Havia por vezes interesse em mais doações e até compras, como aconteceu no mosteiro de Salzedas, para unir mais couto tornando-o numa só propriedade economicamente mais produtiva.

O sistema das grandes propriedades de terra, então superado e em decadência, subdividia as grandes extensões feudais em unidades isoladas e independentes, onde os servos, deixados à própria sorte, não tinham como melhorar os sistemas de cultivo e quase não tinham o interesse, sendo explorados por inúmeros impostos e obrigações (a corveia¹⁵, por exemplo).

Numa época de grande crescimento da actividade agrícola, os monges de Cister, seguindo a Regra de São Bento que ditava que deveriam viver do trabalho das suas próprias mãos, encontravam cada vez mais dificuldade em encontrar terrenos livres para a expansão das suas actividades. Os melhores e mais próximos terrenos começavam a ficar ocupados e tornava-se cada vez mais pertinente a conquista de terras remotas e de inferiores qualidades.

A obtenção deste tipo de campos e a sua preparação para os fins que os monges pretendiam começou a ser chamada de "beneficiamento". Alvo de tal acção, estavam as terras localizadas em lugares remotos e ermos, zonas pantanosas e de mato que necessitavam de algum trabalho antes de estarem prontas para a agricultura.

¹⁵Trabalho compulsório que um servo deveria realizar nos campos do senhor feudal.

3.3.2. As granjas

Dada a significativa distância a que muitas das terras se encontravam do mosteiro tornou-se imperativo que os monges permanecessem no local pelo menos nas alturas de grande actividade. Foi assim que nasceram as granjas¹⁶ cistercienses, uma espécie de residências temporárias monásticas que albergavam os monges nos períodos de grande labuta, onde os irmãos conversos habitavam no período dos grandes trabalhos agrícolas e que uniam as vantagens do planeamento central com a autonomia local.

Inicialmente, as granjas destinavam-se à exploração por parte dos monges cistercienses que as cultivavam directamente, mas logo esse trabalho foi confiado aos irmãos conversos “[...] podemos possuir granjas que deverão ser confiadas à guarda e administração dos conversos” (Exórdio de Cister: Cap. XV.1.) Auxiliados e orientados pelos monges, já que eram os únicos que podiam viver fora do centro monástico, os conversos ficavam instalados a tempo permanente nas granjas, que já possuíam estruturas para esse efeito (Rodriguez 1999:149).

Mais tarde, com a escassez de irmãos conversos, a exploração das granjas far-se-á com recurso a mão-de-obra assalariada e, por vezes, são arrendados os terrenos a colonos ou mesmo entregues em aforamentos, passando da exploração directa a um controlo mais regulado por parte dos mosteiros (Teixeira 1999:238). Eram unidades de exploração e transformação de produtos agrícolas, compreendendo terras, casas e arrecadações, lagares de azeite e de vinhos e moinhos. Terá contribuído para esta evolução o facto de a abadia receber, através de doações, terras afastadas da sua sede, colocando problemas de deslocação da mão-de-obra dos monges e irmãos conversos e a própria dimensão que tomava o domínio impedia inclusivamente uma exploração directa de todas as terras.

¹⁶ A palavra «granja» é de origem franca e não foi introduzida entre nós antes de 1138-1139. O termo «granja», segundo Almeida Fernandes, terá começado a ser utilizado em Portugal aquando da entrada da Ordem de Cister em Portugal, tendo sido depois utilizado dentro do couto cisterciense de São Pedro das Águias, tratando-se, desse modo, de um topónimo de origem monástica referente ao latino «granu-», adaptado para a língua franca e que nomeia as quintas fundadas dentro dos coutos dos mosteiros de Cister. Tal como a incorporação dos conversos, as granjas foram o êxito económico dos monges brancos no Douro.

Implantadas em número significativo em diferentes áreas do território do Portugal nascente, as granjas acompanharam a evolução do reino, quase desde a sua fundação, durante cerca de sete séculos.

As granjas cistercienses, além do seu papel económico, desempenharam também um papel estruturante em termos de património arquitectónico e desenvolvimento urbanístico, especialmente na época da sua maior implantação, tendo em conta que a sua construção obedeceu, naturalmente, aos conceitos arquitectónicos estabelecidos no “Plano Cisterciense”, com adaptações necessárias às especificidades de cada granja, e que esses mesmos conceitos se projectaram nas povoações que foram nascendo nas suas proximidades, ou pelo seu próprio desenvolvimento.

Regra geral, as granjas localizavam-se fora do couto monástico nas cercanias do mosteiro, não muito afastadas do núcleo abacial, situando-se no máximo a cerca de um dia (ida e volta) de distância dos mosteiros. A maior parte era propriedades doadas, às quais se foram incorporando, por vezes, terras anexas formando espaços suficientemente grandes para receber as mesmas transformações e progressos que eram dados ao couto. A malha de distribuição das granjas em redor dos mosteiros revela que, além das características de fertilidade dos terrenos e, inicialmente, da muito escassa população, ou mesmo da sua ausência, de acordo com os princípios seguidos pela Ordem, eram tidos em conta factores de acessibilidade não só em termos de relevo do terreno, mas, também, em termos de distância para que não se dissipasse a autoridade dos mosteiros e, por isso, as vemos dispostas em arcos centrados nos mosteiros, com raios sucessivamente maiores.

Casos houve em que as granjas se localizavam a enormes distâncias dos respectivos mosteiros. Nestes casos a incorporação nos bens dos mosteiros devia-se, na sua maioria, a doações que lhes eram feitas.

Este tipo de propriedade poderia ter dimensões variáveis. Se muitas vezes era constituída por pequenos campos, outras vezes a granja podia ser de grandes dimensões. A granja, para ser habilitada como tal, havia de ter em conta vários factores, que iam desde a sua localização, ao tipo de cultura, as suas construções, recursos hídricos, etc. Regra geral, as granjas constituíam-se por explorações agrícolas situadas nas melhores terras da propriedade, nos terrenos agrícolas mais férteis, tendo em vista a sua elevada rentabilidade.

Almeida Fernandes e Maria do Céu Tereno (2004:81-82) admitem dois tipos de granjas: as granjas de tipo inferior e as de tipo superior. No entender de A. Fernandes, as granjas de tipo inferior eram propriedades que se destinavam à exploração agrícola, nas quais se encontravam apenas as estruturas necessárias a habitação e ao trabalho agrícola, ao passo

que as granjas de tipo superior seriam dotadas de cartas de povoação que teriam estado na génese de povoados apoiando a difusão do municipalismo. Desta maneira, este tipo de granjas, além das construções destinadas à habitação e à agricultura, seriam também dotadas de outras estruturas, nomeadamente de capela, necessárias às funções educativas, de tipo agrícola, cultural e moral, tornando-se centros de alguma vida intelectual.

De acordo com a sua localização, as granjas cistercienses tornaram-se unidades agropecuárias de exploração extensiva e especializada em produções específicas como as searas, pomares, vinhas, etc. Para esta especialização muito contribuiu o desenvolvimento de técnicas agrícolas de grande produtividade, que aliadas aos recursos humanos e materiais rentabilizaram fortemente as propriedades tornando-as verdadeiras “escolas agrícolas”, servindo de exemplo para agricultores vizinhos (Tereno 2004:82).

Mesmo que estas propriedades fossem arrendadas a colonos, os monges não deixariam de orientar a sua exploração agrícola, incentivando e promovendo a adequação das culturas aos tipos de terreno assim como outras acções que estivessem relacionadas com as actividades agrícolas. Além de todo esse auxílio prestado, os monges, mediante alguns tributos estabelecidos, facultariam ainda os meios de produção indispensáveis à exploração agrícola, tais como os lagares, pisões, moinhos, fornos e todas as ferramentas necessárias.

Pelo papel que desempenharam, assim como pela sua estrutura e organização, podemos considerar que as granjas cistercienses assumiram grande importância no desenvolvimento agrícola dos territórios que ocuparam, contribuindo enormemente para a dinamização da economia e do povoamento.

Vejamos os casos das granjas de S. João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas, não sendo possível referenciar qualquer granja de S. Pedro das Águias, devido à falta de informação que as identifique.

3.3.2.1. Granjas do mosteiro de S. João de Tarouca

As primeiras granjas fundadas, integradas no couto inicial e situadas muito próximo do mosteiro foram: a granja do Couto, cujo nome inicial era Souto Redondo, a granja de Brufe e a granja de S. Salvador, posteriormente conhecida como Quinta do Granjão, Alvéolos.

Antes de 1163 existiu a granja do Couto, a primeira fundada pelos monges, a de Arcas (freguesia de Sever), a de Almofala (freguesia de Almofala), a de Alvite (freguesia de

Alvite), a de Mosteirô (freguesia de Cambres – Sande), a de Santa Ovaia ou Santa Eulalia (Porto) e finalmente, a granja de Figueiró da Granja (concelho de Fornos de Algodres).

No período seguinte, entre 1163 e 1193 conheceram-se as seguintes granjas: a de Maçoeime (freguesia da Granja), a de Luzelos (freguesia do Colmeal), a de Palhacana (freguesia de Palhacana, concelho de Alenquer), a de Fradegafe (possivelmente Alfândega da Fé) de Nogueira (freguesia de S. Cipriano), a de Gradiz (freguesia de Gradiz) e a de Oliveira (freguesia de Oliveira, concelho de Mesão Frio).

Do período posterior a 1193, conhecem-se as seguintes granjas: a de Sever (concelho de Moimenta da Beira), a de S. Salvador, posteriormente designada como Quinta do Granjão, a de Brufe, a de Touça ou a de Nomão (concelho de Vila Nova de Foz Côa), a de Rio Frio (freguesia da Corujeira), a de Vide (freguesia de Vide entre Vinhas), a de S. Cosmado (freguesia de Aldeias), a de Covelinhas (concelho de Peso da Régua), a de Ermida, próxima de Sever do Vouga, a de Jarmelo (concelho da Guarda) e a de Aveiro¹⁷.

Como se observa, era bastante apreciável o número de granjas que, desde os primeiros tempos, pertenceram ao mosteiro de S. João de Tarouca.

3.3.2.2. Vestígios das granjas do Mosteiro de S. João de Tarouca

Em Mondim da Beira

A cerca de 2,5km a Norte de S. João de Tarouca, localiza-se Mondim da Beira onde se encontram vestígios de uma antiga granja mas com reduzido sucesso, existindo um edifício de grandes dimensões, no centro da localidade, que se presume ter sido o celeiro.

¹⁷ Informação recolhida nas actas do seminário *Tarouca e Cister – Homenagem a Leite de Vasconcelos (Actas de Novembro 2006)*

Em Alvite

A cerca de 4km do mosteiro, encontra-se Alvite. Foi das granjas mais antigas deste mosteiro, mas actualmente apenas alguns vestígios na toponímia recordam a existência da referida granja. No centro da localidade, numa rua de dimensões mais significativas que as suas circundantes designadas por Rua do Muro, existe ainda um troço de um muro bastante antigo, que permite admitir ter pertencido à antiga cerca da granja.

Em Leomil

A cerca de 4km, na estrada de Moimenta da Beira, situa-se a localidade de Leomil onde existiu uma granja desde o século XII. Nesta localidade encontra-se um conjunto em péssimo estado de conservação, que aparenta semelhanças com a edificações da Quinta do Granjão e que pode ter sido a evolução da primitiva granja.

O conjunto é constituído por um edifício de dois pisos, que aparenta ter sido a habitação, com composição arquitectónica mais cuidada do que o resto dos anexos que lhe estão próximos. No alçado principal rasgam-se vãos com ritmos bem definidos, que lembram os vãos do alçado que se considerou principal, da Quinta do Granjão. Tem-se acesso ao primeiro piso por uma escada coberta por alpendre que, uma vez mais, se assemelha ao acesso da referida Quinta.

Granjão

Hoje chama-se quinta, mas Granjão teve o seu núcleo inicial numa granja. A Noroeste de S. João de Tarouca, a cerca de 2km, situa-se a Quinta do Granjão, antes conhecida como Quinta do Salvador e que pertenceu ao conjunto inicial das granjas deste mosteiro.

Infelizmente, as edificações da respectiva granja encontram-se em completa ruína. Pode observar-se os alçados principal e lateral para apreciação da sua composição arquitectónica.

3.3.2.3. Granjas do mosteiro de Santa Maria de Salzedas

Passemos à observância de algumas das propriedades de Santa Maria de Salzedas no início do século XII. Assim, do património rural dos monges brancos desta abadia, surge a Quinta do Pinhô, próxima de Salzedas, a mata do Telo, onde existe uma quinta do mesmo nome, a Quinta da Folgosa ou Quinta dos Frades, pertencente ao concelho de Armamar, próxima do rio Douro. Pertencia ainda ao mosteiro a Quinta de Monçul, situada na freguesia de Cambres, concelho de Lamego, a Quinta da Tulha ou do Convento, nas imediações do mosteiro, cujas instalações lhe pertenceram, a granja de Cimbres, a granja de Granja Nova e a granja da Ucanha.

3.3.2.4. Vestígios das granjas do mosteiro de Santa Maria de Salzedas

Para além das quintas que se referirão posteriormente nesta dissertação, resistem ainda ao passar do tempo vestígios da:

Antiga Granja de Cimbres

Situada a cerca de 2km a Este/Sudeste de Salzedas, encontra-se nesta localidade e na zona central desta, sendo limitada a poente pela Rua 25 de Abril e circundando todo o quarteirão a Rua das Figueiras, um edifício ou conjunto de edifícios, dada a sua extensão, que pertenceram aos monges de Santa Maria de Salzedas. Parece ser o que resta da antiga granja.

Granja da Ucanha

Situada a 3km a Sudoeste de Salzedas, encontra-se um edifício de grandes dimensões, que foi o lagar dos monges. Na mesma margem do rio Varosa, existe também uma azenha. Na outra margem do rio encontra-se outro lagar.

3.4. O Topónimo granja

Algumas das granjas dos monges cistercienses deram origem a nomes de localidades que ainda hoje existem (ver anexo, fig.8). Como exemplo apresento quatro localidades: Granja do Tedo, Granjinha, Granja Nova e Granja.

3.4.1. Granja Nova

Granja Nova é uma freguesia do antigo Couto de Salzedas, onde ainda no início deste século existia uma fábrica de fundição de sinos. Como o seu próprio nome indica, Granja Nova foi das últimas granjas a serem constituídas entre o vasto conjunto que compõe o couto contíguo de Salzedas, reaproveitando a crescente e natural fixação num cruzamento de fluxos, de gentes e bens.

Situada num alto, a meio caminho entre Lamego e Moimenta da Beira, dista 10 quilómetros da sede do concelho. É limitada por Salzedas, a Norte e Oeste, Vila Chã da Beira, a Norte, Mondim da Beira, a Sul, Ucanha, a Oeste, e Paçô, a Este.

O topónimo dá uma perfeita indicação dos remotos princípios de povoamento deste território. Granja Nova era parcela da "vila" rural de Argeriz, doada e coutada a Dona Teresa Afonso, viúva de Egas Moniz, por D. Afonso Henriques, em 1153.

Quando aquela fidalga, em 1155, doou o seu couto de Argeriz ao Mosteiro de Salzedas, situado dentro dos limites da "vila", que se passou a chamar "couto do mosteiro de Salzedas", os frades cistercienses aforaram os dois lugares, renovando-se a enfiteuse nos séculos seguintes, o que D. Manuel I confirmou no foral ao "couto de Salzedas".

3.4.2. Granja do Tedo

Granja do Tedo é uma freguesia que se localiza a Sul do concelho de Tabuaço, que faz a ligação entre o Douro e a Beira Alta e pertenceu inicialmente ao couto do mosteiro de S. Pedro das Águias. É delimitada a Ocidente pelo concelho de Armamar, Sul com concelho de Moimenta da Beira, a Leste com a Freguesia de Longa, Pesqueira e a Norte a Freguesia de Pinheiros. Está situada no vale do rio Tedo que a atravessa ao meio, constituindo dois povos,

Povo de Cima e o Povo de Baixo, que se unem por uma ponte de teor românico do século XVII.

A fundação da povoação de Granja do Tedo encontra-se envolta em lendas que se entrelaçam com factos históricos, sendo difícil destringir a realidade. A sua fundação é atribuída a D. Tedon, filho de D. Ermigio Albumazar Ramires, que era filho ilegítimo de D. Ramiro o segundo Rei de Leão.

No tempo de D. Afonso Henriques, terá existido um mosteirinho de monges beneditinos na actual Granja do Tedo, dedicado a São Fraústo, e que D. Dórdia Gomes (esposa de Garcia Rodrigues, Senhor de Leomil) e seus filhos terão beneficiado com carta de herdade, dentro do Couto de Leomil, "aos que na ermida de São Fraústo vivem ou viverem", e que acabou, pouco depois, por ser anexado ao mosteiro de São Pedro das Águias por falta de rendas suficientes para o seu sustento, continuando estes religiosos, no entanto, a administrar os sacramentos aos moradores do lugar até os confiarem ao pároco da abadia de São Cosmado, à qual a paróquia andou anexa até ao séc. XIX.

3.4.3. Granjinha

A sua designação, originalmente "Granja Nova", talvez tenha surgido para distinguir este lugar da povoação de Granja do Tedo.

Em 1527, com o Cadastro do Reino, é confirmada a sua origem como unidade de exploração agrícola, ao ser referida como "qymtã da gramja nova", dentro do termo do "comcelho de Paradela", contando, então, com 6 fogos habitacionais (www.cm-tabuaco.pt). Do mesmo modo, era feita referência ao "moesteiro de sam pedro das Ageas" que também estava dentro do "comcelho de Paradela".

No ano de 1537, a actual povoação de Granjinha, e o concelho de Paradela onde se inseria, pertenciam a Luís Álvares de Távora. O seu templo terá sido edificado entre os séculos XVI e XVII, sendo possível destacar no seu interior a actual pia baptismal, cuja decoração remonta a esse período. No séc. XVII terá sido acrescentada a torre sineira primitiva e executado um dos retábulos laterais, que contém painéis pintados retratando S. Bernardo e S. Bento, devendo remontar à mesma época a feitura das imagens de vulto de Santo Amaro, de Santo António e de Santa Bárbara.

No ano de 1708, o Pe. Carvalho da Costa refere, na sua *Corografia Portuguesa*, a existência da "Ermida de S. Amaro" dentro de "hum lugar" no termo do concelho de Paradela, "que chamaõ a Granja", o qual tinha 40 fogos habitacionais. O pároco de Paradela escreveu nas respectivas Memórias Paroquiais que no termo do concelho existia um lugar com o nome de "Granjinha de Sam Pedro das Águias", com trinta moradores (fogos), que pela justiça estaria obrigado a Paradela, e pelo espiritual estaria obrigado ao "Convento dos Religiosos de Sam Bernardo" [de São Pedro das Águias].

Durante a 2ª metade do séc. XVIII, o território cerca do mosteiro, incluindo a Granjinha, terá sido freguesia sobre si, denominando-se de "Sam Pedro das Águias", e, juntamente com a freguesia da vila de Paradela, pertenciam ao concelho desta última. O pároco de São Pedro das Águias, vigário por título, era na realidade um cura com uns 50.000 réis de renda, apresentado anualmente pelo abade de S. Pedro das Águias. Talvez devido ao encerramento do mosteiro, a mando do Marquês de Pombal (provavelmente devido às ligações que o cenóbio tinha com a Casa de Távora, que o havia como panteão dos membros da sua ilustre família), e que se veio a revelar temporário, pois D. Maria I mandou reabri-lo, tenha sido criada a freguesia e paróquia para que os moradores do lugar não ficassem sem cura de almas. Nesta época foi edificado o primitivo altar-mor, em estilo neoclássico, hoje desaparecido.

Ainda no ano de 1828, a paróquia e freguesia continuava a aparecer referida como São Pedro das Águias, contando 50 fogos e 225 habitantes.

Com a extinção do concelho de Paradela, em 6 de Novembro de 1836, as suas duas freguesias de Paradela e de São Pedro das Águias terão sido anexadas ao concelho de Tabuaço, não sem sobressaltos para a freguesia de São Pedro das Águias cuja administração civil e eclesiástica andou bastante intermitente durante alguns anos, sem que a população da Granjinha e as freguesias limítrofes chegassem a acordo quanto à criação da respectiva paróquia e correspondente freguesia.

Para Norte estende-se o caminho antigo que ligava a povoação às quintas que cresceram sob a protecção e influência dos monges; um pouco mais a Norte, passava pela entrada da cerca do próprio mosteiro das Águias e depois pela Quinta da Aveleira até chegar a Távora.

Por esse sinuoso e deslumbrante caminho é possível ao visitante observar a Quinta das Cruzes, implantada sobre a Penha Amarela, à qual se segue a Quinta das Herédias (antiga quinta de Pontezellos), classificada como Imóvel de Interesse Municipal, e cujos terrenos, com diversos tipos de armação que o homem duriense foi experimentando ao longo dos

séculos para sustentar as vinhas, em conjunto com os pomares e as hortas, envolvem o núcleo edificado onde sobressai a elegante e romântica Casa do Senhorio e a novecentista capela da quinta, e cuja história está indelevelmente ligada ao cenóbio cisterciense e a famílias importantes da região que a arrendaram ao longo dos últimos 400 anos.

3.4.4. Granja

A localidade de Granja é um aglomerado rural, situado num cabeço e rodeado de chão agrícola, no extremo do concelho de Trancoso.

Nas Inquirições de D. Dinis respeitantes à “pobra” de D. Afonso III, de Póvoa d’El-Rei a Ervas Tenras, foi declarado não existir em termo de Trancoso qualquer honra, à excepção da honra da Granja, que era do Mosteiro de S. João de Tarouca. Ora a Granja é uma freguesia entre aquelas duas povoações, sedes de freguesia do concelho de Pinhel. O seu povoamento, conforme o nome “granja”, importação cisterciense, o indica, deve-se àquele grande mosteiro de Cister, por doações do século XII ou primeira metade do seguinte. Pensa-se mesmo que o povoamento ou fundação da dita “pobra” pelo rei bolonhês deve ter sido uma réplica à da Granja, na posse monástica, pois aquele soberano fazia muitas fundações com o propósito de hostilizar as ordens, as igrejas e os mosteiros.

3.5. Os aforamentos

Os aforamentos eram propriedades do mosteiro, muitas delas doadas, que se localizavam bem longe da abadia (por vezes a mais de 100 km) com cariz de transformação de produtos e bens urbanos (ex. salinas) e eram entregues em aforamento a uma ou várias famílias mediante pagamento de uma quota do produto, desvirtuando assim a regra inicial. O primeiro aforamento referenciado aos mosteiros durienses data do último quartel do século XII, quando o abade de Tarouca afora a Pedro Garcia e a seu filho Estevão Pais, a Diogo Torquides e a Martim Dias uma herdade em S. Cosmado (Gouveia), por renda de um oitavo da sua produção.

3.6. Vestígios dos troços viários cistercienses – os caminhos monásticos

A valorização económica e social das terras passava também pela maior ou menor facilidade de comunicação do mosteiro com o exterior e pela circulação de bens através do couto, bem como para fora ou para dentro do mesmo. As acessibilidades desempenharam um papel muito importante no sucesso da exploração agrícola.

No período medieval, os grandes eixos viários portugueses continuaram a seguir bastante de perto o traçado dos que os romanos nos legaram (ver anexo, fig. 9). Com estas grandes vias articulavam-se outras secundárias que, por sua vez, davam origem a outras menores, mas possivelmente mais movimentadas, porque frequentadas pelas populações locais, pelos mais variados motivos do seu quotidiano, bem como pelos monges que se deslocavam entre os diversos mosteiros e as suas propriedades.

Por isso, toda a região se encontrava sulcada de caminhos, em rede cujas malhas só alargavam nos espaços mais densamente florestados (ver anexo, fig.10).

Era, contudo, nas proximidades dos mosteiros, irradiando deles, cruzando-se neles, envolvendo-os em caprichosos anéis, que a malha desses caminhos se adensava, se complexificava ao máximo.

A maior parte destes caminhos eram em terra batida, sendo facilmente danificados pelas chuvas do inverno, criando, assim, dificuldades à circulação. Estes caminhos terrestres eram sistematicamente interrompidos pelos diversos rios, com uma orografia muito acentuada. Daí a necessidade de se estabelecer a ligação através de pontes, que se procuravam adequar não só aos caudais dos diferentes cursos de água, mas também ao volume que tradicionalmente atingiam na época das cheias.

Viajar por terra levantava muitos problemas, entre eles problemas de segurança de pessoas e bens, pelo que era frequente e aconselhável viajar em pequenos ou grandes grupos, conforme as circunstâncias o permitiam, não só por uma questão de entreajuda, mas até para evitar assaltos ou deles se defender.

Os vales que acolhem os moribundos mosteiros de São João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas ainda impressionam pelos vestígios da rede viária existente. A comprová-lo fazem-se notar alguns dos caminhos usados pelos monges que ligam os mosteiros aos seus vastos domínios patrimoniais (granjas, quintas) e a subsistência de elementos de defesa dos próprios coutos.

3.6.1. Torre e ponte murada da Ucanha

O génio cisterciense, através da mão dos abades de Salzedas, soube aproveitar o local para, ao mesmo tempo, estreimar o seu poder e tirar dividendos de um percurso que devia ser fulcral na rede de comunicações da Beira Douro. A torre portageira da Ucanha (ver anexo, fig.11) constituía a entrada monumental no couto do mosteiro cisterciense de Salzedas. A torre servia para cobrança de portagem, defesa e armazenamento de produtos. Foi sempre símbolo do poder abacial, de uma afirmação mais senhorial do que espiritual.

3.6.2. Ponte sobre o rio Galhosa e Calçada do Cano

Em terras da povoação da Granja Nova existe uma velha ponte sobre o rio Galhosa, antigo Torno. Com algumas alterações na parte superior do tabuleiro, mantém, no entanto, a meio do curso de água, em forma de cunha, o talha-mar, que se presume ser da primitiva construção, da Idade Média. Esta ponte, modificada, foi construída pelos frades do mosteiro de Salzedas. Era por aqui que passava a via medieval que ligava Cimbes à Granja Nova. Perto ainda se vêem alguns vestígios da calçada monacal, hoje designada por Calçada do Cano.

3.6.3. Ponte românica de Mondim da Beira

A ponte é composta por dois arcos, sendo o central de volta inteira e de grande dimensão e o lateral bem mais pequeno de arco de volta apontada. Servia de passagem aos monges do mosteiro de S. João de Tarouca para a povoação de Mondim da Beira.

Esta ponte representava também uma importante via medieval que ligava a cidade de Lamego, sede de bispado, a Trancoso e à região de Riba-Côa.

3.6.4. Troços de viação antiga na Granja do Tedo

No território da Granja do Tedo, existem vestígios arqueológicos que nos fazem recuar ao período romano, nomeadamente os troços de viação antiga que ligam a Granja do Tedo a Longa e a Leomil e talvez as fundações das actuais pontes que atravessam o Tedo e o

Tedinho, provavelmente recuperadas na Idade Média, que serviam de rede de viação aos monges que se deslocavam do mosteiro de Salzedas até ao hospício dos frades instalado nessa localidade.

3.7. As delimitações das propriedades – os muros e os marcos monásticos

Um muro, em senso comum, é um conjunto de pedras em altura. Ao longo da História os muros serviram para defender, proteger, abrigar, demarcar, decorar, passar, suportar, conter, subir/descer, evocar, etc. São gigantes solitários presos às origens da sedentária gesta humana. São um sinal desta perseverança humana da paisagem, símbolos do limite entre o espaço interior de alguns e o espaço exterior dos outros (Casella 2003:24).

Os muros de pedra são sinal da presença humana na paisagem, factor de definição de pequenos cosmos individuais e estruturas que nascem da geologia do próprio solo.

De acordo com a regra beneditina, um mosteiro deveria albergar água, um moinho e um jardim no seu interior. Deste modo, os mosteiros, à semelhança do mosteiro-mãe de Claraval, possuíam um muro alto à volta a que chamavam de cerca. Também as terras do mosteiro eram muradas. Os muros começaram por envolver os terrenos mais próximos e mesmo as propriedades distantes eram delimitadas por muros com o topo arredondado que identificam o espaço como uma pertença eclesiástica.

O património da Ordem era delimitado fisicamente de acordo com a delimitação inferida pelos diplomas medievais. Para além dos muros, os monges colocavam também marcos graníticos medievais, os chamados marcos monásticos, que assinalavam o limite da terra. Os marcos apresentavam estrutura cilíndrica, possuindo na face superior uma cruz inscrita em círculo (ver anexo, fig.12).

4. A importância do vinho na Idade Média e consequente produção por Cister

Em Portugal, a importância do vinho na economia remonta, sem exagero, aos primórdios da nacionalidade, chegando a ser moeda de troca. As populações chegaram a pagar os seus impostos com este produto, que foi ganhando prestígio e importância na economia local e nas trocas.

Na época medieval, o vinho, juntamente com os cereais e o azeite, constituiu um dos pilares da economia rural e uma das principais receitas da Coroa.

A actividade vitivinícola constituiu, durante grande parte da Idade Média portuguesa, a primordial forma de conversão e aproveitamento de terrenos incultos, através do qual se pretendeu fixar populações nas regiões despovoadas do território.

Na Idade Média, a Igreja Católica passa a ser a detentora das verdades humanas e divinas. Felizmente, o simbolismo do vinho na liturgia católica faz com que a Igreja desempenhe, nessa época, o papel mais importante do renascimento, desenvolvimento e aprimoramento dos vinhedos e do vinho. Assim, nos séculos que se seguiram, a Igreja foi proprietária de inúmeros vinhedos nos mosteiros das principais ordens religiosas da época, como os franciscanos, beneditinos e cistercienses, que se espalharam por toda Europa, levando consigo a sabedoria da elaboração do vinho.

Na realidade, muitas dessas antigas terras e granjas ainda permanecem ligadas à produção do vinho constituindo mesmo o núcleo de algumas das quintas de produção de vinho da região duriense, tais como a Quinta do Granjão e a Quinta do Monsul. Também as vinhas das terras do mosteiro de Salzedas permanecem como fonte de receita permitindo produzir o vinho e o espumante das Caves Murganheira (inseridas na Quinta da Abadia Velha).

Foi à volta do vinho que se construíram no Douro as quintas, os solares, os casebres, os lagares, os cardenhos, as pipas, os rabelos, até as igrejas e os mosteiros, que o vinho fez e que vinho fizeram.

No Alto Douro “uma raça de gigantes, ergueu o mais belo e doloroso monumento ao homem português” (Cortesão 1966:34) e, fez aparecer uma grande cultura vinhateira, pois o vinho é produto da cepa, do meio e do homem. Para fazer o vinho, os homens do Douro lutaram, moldaram a Natureza, desfazendo terra, galgando montes, desbravando mato, levantando muros, construindo socacos. Plantaram, enxertaram, podaram vides, colheram uvas. Depois da vindima vem a fermentação do mosto, seguindo-se toda uma série de

preparos e técnicas que, aliados à acção do tempo e da paciência, vão resultar, consoante a fortuna do clima e a casta das uvas, em diferentes vinhos frutados, brutos, secos, meio-secos, generosos, encorpados ou leves, brancos ou tintos.

A Natureza também foi pródiga ao dar o sol, o xisto, o rio e o abrigo das serras.

Como não podia deixar de ser, neste mundo vínico existem os que se destacam pelas suas qualidades únicas, sendo extremamente requintado o Vinho do Porto.

As primeiras exportações de que há notícia, levam-nos ao séc. XIII; já nesta altura o Douro atingia produções apreciáveis de vinho. O primeiro país a importá-lo foi a França.

Ainda hoje, o vinho mantém um lugar de destaque na produção agrária, assegurando um lugar de excelência nas exportações portuguesas.

4.1. A Regra de S. Bento e o vinho

Viver num mosteiro não era fácil. Tudo ali, desde as decisões mais banais do dia-a-dia, como o uso ou não de roupas íntimas, até ao complexo processo de escolha do abade, o líder máximo dessa comunidade, exigia extrema organização e dependia do esforço de uma liderança. Para isso foram criadas muitas normas e a chamada Regra de São Bento¹⁸, elaborada pelo monge italiano Bento de Núrsia (c.480-m.543/547), tornou-se um ponto de referência. O preceito essencial dessa Regra é *ora et labora* (em latim, ora e trabalha, entendendo-se por trabalho a lide manual). Se toda a vida na comunidade deveria resultar do esforço do próprio trabalho, os monges comiam e bebiam o que cultivavam, vestiam o que costuravam e usavam utensílios produzidos por eles mesmos.

Entre os setenta e três capítulos da Regra de São Bento há uma referência directa ao vinho, no capítulo XL, sobre a medida da bebida:

[...] É, por isso, com certo escrúpulo que nos pomos à determinar a medida da alimentação dos outros. Todavia, tendo em conta a debilidade dos fracos, parece-nos que deve bastar

¹⁸ Ela foi escrita para ordenar a vida no mosteiro de Monte Cassino, onde vivia S. Bento, mas foi também adoptada por outras casas monásticas.

uma hérmina de vinho por dia. Aqueles a quem Deus der a graça de poderem abster-se dele, fiquem sabendo que receberão especial recompensa. Se a necessidade do lugar, o trabalho ou o calor do estio exigirem maior quantidade, fica isso pendente do arbítrio do superior; mas tenha este todo o cuidado em que se não vá até a saciedade ou embriaguez.

Neste mesmo capítulo é permitida uma ração de vinho para cada monge. Não era obrigatório, mas era permitido, o que significa que cada mosteiro deveria suprir, na medida do possível, o seu próprio abastecimento deste produto. Era ainda fundamental que nos mosteiros não faltasse o vinho para uso litúrgico e para os visitantes, em muitos casos pessoas importantes que passavam pelas terras da abadia e para oferecer ainda aos viajantes pobres que aí procurassem apoio e abrigo.

O vinho deveria ser bebido com moderação, de forma a evitar excessos, permitindo a condução recta da vida monástica, o controle e a obediência. E se a bebida pode fazer até os sábios apostatarem, o que se dirá de um simples monge? Abjurar a religião significaria romper com o equilíbrio da vida em comunidade, não só daquele grupo religioso específico, mas da comunidade cristã como um todo. Não podemos esquecer-nos de que naquela época os cristãos viviam constantemente à espera do fim dos tempos. Preparar-se para esse momento da melhor forma possível era estar apto a desfrutar da eternidade na morada celeste e não no Inferno. Aos monges cabia orar e levar uma vida exemplar. Era preciso, portanto, observar os costumes.

No século IX, Bento de Aniane (m.822), chamado pelo imperador Luis, o Pio, foi conclamado a promover a reforma de todos os mosteiros francos. O consumo de vinho deixou de ser tolerado, a não ser para os doentes, velhos e monges sujeitos a disciplinas rigorosas. O vinho há muito era considerado uma espécie de medicamento, devido às suas propriedades revitalizantes. Há quem afirme que, nessa época, o consumo anual de cada monge chegava a atingir 1.132 litros. Num dia de festa, na abadia de Saint-Germain-des-Prés, em Paris, a ração de vinho para um monge seria de 3 litros. O seu consumo era sempre misturado à água, mas a medida da água variava de mosteiro para mosteiro. Muita água aparentemente deixava os monges decepcionados. E, de facto, era uma sociedade pouco habituada a beber água pura.

4.2. O negócio do vinho

Como já tivemos a oportunidade de observar, Cister surgiu com o intuito de reviver o ideal monástico de São Bento. A vida nas comunidades beneditinas tornara-se tão mundana quanto em qualquer domínio senhorial e feudal. As regras eram rígidas, mas nada acrescentavam à Regra de São Bento em relação ao vinho, pois foram justamente os cistercienses os que mais avançaram no *know-how* da produção de vinho.

A escolha das terras para o cultivo da vinha estava relacionada com a necessidade de administrar o problema do transporte difícil. Normalmente eram escolhidos locais próximos a cursos de água ou estradas, que nem sempre eram as terras mais propícias para o cultivo (caso, por exemplo, da região de Champagne).

Não tardou que os mosteiros percebessem que era interessante possuir uma fonte de renda facilmente convertível em numerário. A cultura da vinha era tão importante para um mosteiro que o seu encarregado, o *praepositus primus*, estava na hierarquia do mosteiro logo abaixo do abade. O excedente produzido passou a ser vendido para as regiões mais setentrionais.

4.3. Os monges e o cultivo da vinha

E os homens fizeram o vinho... Galgaram montes, quebraram a rocha, fizeram a terra, levantaram muros, seleccionaram castas, plantaram videiras. (...) Trataram das vides melhor do que das próprias vidas. (...) Podaram, enxertaram, cavaram, escavaram, redraram e nunca um desses trabalhos foi simples ou fácil. Encosta acima, foi sempre um calvário.

(Barreto 1993:137)

Um fruto dos prodígios da Natureza que o Homem descobriu na Terra, foi sem dúvida, o vale do Douro, que também é o resultado da energia despendida por ele (Homem) na sua transformação. Nas palavras de Eugénio de Andrade:

(...) obra construída palmo a palmo por camponeses que transformaram matagais e pedregulhos em vinhedos de fama universal – porque o vinho fino, o Porto, o Port Wine, faz-se de fragas esfareladas por homens com a alma cozida e recozida pelo sol mais inclemente e a pobreza mais estreme (Andrade, 1990:12).

A vinha que gera as castas do célebre Vinho do Porto é a causa e a razão maior de todo esse árduo trabalho. O vinho sempre foi e será, no Douro, o estímulo e a força de toda a dinâmica que comanda e impulsiona as gentes da região.

De ocupação muito antiga, desde a Pré-História, o vale do Douro constitui um corredor de povos e culturas que, pelo menos desde a época da romanização, desenvolveram o cultivo da vinha. Nos primeiros séculos da nossa era, a romanização veio redefinir em todo o vale do Douro as linhas de ocupação do território e as actividades económicas. Fundindo-se com as populações locais, os romanos reutilizaram, desde o século I, os espaços de ocupação castreja, transformando muitos deles em pontos de defesa militar ou simples atalaias de vigilância. Paralelamente, desceram aos vales, introduziram ou fomentaram a cultura da vinha, da oliveira e dos cereais (a triologia cultural da agricultura mediterrânica), aproveitaram as inúmeras fontes de água termais (Entre-os-Rios, Aregos, Moledo, Longroiva, Vilariça, Cambres, Goujoim, etc.), desenvolveram a mineração, construíram estradas e pontes, unificaram as populações pré-existentes. Fragmentos de cerâmica usados para armazenar o vinho, lagaretas cavadas na rocha, vestígios de lagares e até adegas que remontam aos séculos III e IV comprovam a produção de vinho e a prática da viticultura na época romana. Desde então, a viticultura duriense desenvolveu-se a um ritmo irregular mas contínuo.

No início dos tempos medievais, quase até ao nascimento de Portugal como nação, o vale do Douro será dominado sucessivamente por suevos (séc. V), visigodos (séc. VI) e muçulmanos (séc. VIII-XI).

A Reconquista Cristã não parece ter quebrado a longa tradição de abertura e miscigenação cultural no vale do Douro. Considerada tradicionalmente como terra de fronteira na luta entre godos cristianizados e mouros, sujeita a ermamento, a faixa duriense revela, nos vestígios arqueológicos, uma forte continuidade do povoamento, sem sinais de interrupção prolongada, nos principais centros de ocupação castrejo-romana até à Idade Média. A cultura da vinha na região perde-se na poeira dos tempos, sendo conhecido o seu incremento no período da ocupação romana. Desde o século V que a procura de vinhos mais

encorpados e fortes catapultaram o “Vinho Cheirante” de Lamego – o primeiro Vinho do Porto – para um futuro de êxito, que levaria o seu nome além fronteiras.

Com a Idade Média a produção vitícola intensificou-se. As constantes conquistas aos mouros e a consolidação do Condado Portucalense fizeram com que os reis de Leão concedessem privilégios às populações desta região, concedendo foral a um conjunto de povoados, uma vez que o vale oferecia resistência às invasões mouriscas e fixavam as populações, evitando que estas se unissem aos inimigos.

Em finais da Idade Média as trocas comerciais intensificam-se, a agricultura desenvolve-se e acelera-se o povoamento. As vilas e as cidades nascem e crescem. Ao mesmo tempo, fixam-se e crescem diversas comunidades religiosas, destacando-se, pelo seu papel económico, desde meados do século XII, os mosteiros filiados na Ordem de Cister, que contribuem fortemente para a produção, melhoria da qualidade e do comércio do vinho que se faz pelo rio Douro até Gaia.

De acordo com Newman (1998:271-272), as razões que levaram à produção de vinho monástico são diversas, sendo que a principal se radica na exigência do acto da Comunhão dispor de vinho. O seu principal objectivo era o fabrico de vinho puríssimo para a celebração das missas. E não só, pois a dieta dos monges compreendia alguns bons copos de vinho por dia e a hospedagem de visitantes ilustres obrigava à manutenção de uma bem fornecida garrafeira. Dado que o transporte era difícil para as zonas isoladas e de difícil acesso onde os monges se instalavam, o plantio da vinha e o fabrico próprio do vinho era menos custoso e assegurava as provisões necessárias. Este facto leva a que os cistercienses difundam a plantação da vinha até zonas de difícil alcance, como é o caso das montanhas durienses ou terrenos impróprios para o seu cultivo. Outras razões ainda prendem-se com a teologia, no sentido em que na Bíblia as referências lexicais ao vinho são em grande número, com antecedentes históricos, pelo facto de, na Antiga Roma, o vinho se associar a poder e vitória e, por fim, com a consideração geral da sociedade da Idade Média com o vulto terapêutico desta bebida.

Os monges de Cister tiveram um papel fundamental, na zona duriense, no desenvolvimento agrícola da região, particularmente nos mosteiros de Santa Maria de Salzedas, S. João de Tarouca e S. Pedro das Águias, na expansão da viticultura e no comércio de vinhos do Porto. Estes mosteiros, apesar de se localizarem nos limites ou fora da região produtora de vinhos de qualidade, investiram em grandes explorações vitícolas nas melhores zonas, fundando várias quintas, muitas delas famosas e ainda hoje existentes. Em 1522, os

vinhos de Lamego eram os mais excelentes vinhos que no reino se podiam achar e os mais “cheirantes”, daí a designação de “Vinho Cheirante de Lamego”, já referida.

A marca dos monges cistercienses na região do Douro, logo nos primórdios da nacionalidade, contribuiu para a colonização espiritual e material do campo. Aparentemente, os cistercienses levaram a cabo um trabalho encarado como um desafio de Deus. Os monges treinaram irmãos leigos e implementaram técnicas que logo se tornaram modelos de produção. Faziam experiências com podas, seleccionavam estacas e enxertos. Desenvolveram esmerado processo de fabricação e empenharam-se na degustação. A sua grande contribuição parece ter sido a elaboração do conceito de cru, "um sector homogéneo do vinhedo que ano após ano produz vinhos similares em termos de qualidade e sabor" (Johnson 1989:141).

Os monges não se contentaram em fazer vinho. Eles melhoraram-no. Na Idade Média, os cistercienses da Borgonha foram os primeiros a estudar o solo da Côte d'Or e a transformar os vinhedos seleccionando as melhores plantas, experimentando a poda e escolhendo as parcelas não expostas ao gelo, aquelas que davam as uvas mais maduras. Eles cercaram os melhores vinhedos com muros: os cercados que sobrevivem, ainda que apenas por meio do seu nome, testemunham a perspicácia desses monges vinhateiros.

Assim se vê que, durante a Idade Média, o vinho foi um negócio importante, mesmo durante os períodos mais difíceis, como o das invasões bárbaras. Graças ao cristianismo, nascido na confluência de tradições distintas, o vinho nunca deixou de ser consumido e em largas quantidades. Para o historiador Y. Renouard, a Idade Média "é o grande período da história do vinho, aquele em que o seu consumo foi maior, aquele em que ele se constituiu um dos produtos dominantes do comércio mundial" (Y. Renouard 1953:314).

É certo também que bebidas como a cerveja, a cidra e o hidromel continuaram a ser consumidas em momentos e escalas regionais diferentes e por distintos meios sociais, inclusive monásticos. No entanto, apenas o vinho se tornou, para algumas dessas comunidades, um grande negócio, ao mesmo tempo, sagrado e mundano.

Portanto, foi a partir do século XII, depois da independência de Portugal, que se iniciou o desenvolvimento sustentador da viticultura no vale do Douro e as primeiras exportações, para França, remontam ao século XIII, expandindo-se no século XIV. Não obstante, é só no século XVII que surge a primeira referência à denominação “Vinho do Porto”, aplicada ao Vinho do Douro.

Num ambiente mediterrânico, de solos pobres e relevo acidentado, fortemente condicionantes da humanização e do desenvolvimento, a paisagem duriense constitui, sobretudo, um exemplo extraordinário da intervenção humana na natureza. Ao longo de

séculos, criaram-se e aperfeiçoaram-se técnicas de valorização do espaço agrário que possibilitaram o cultivo da vinha nas encostas mais íngremes e evitaram a erosão. São exemplo os socacos suportados por extensos muros de xisto, pedra sobre pedra, ou, mais recentemente, os patamares e a “vinha ao alto”. Valorizaram-se ainda os solos de melhores aptidões vitícolas, seleccionaram-se e adaptaram-se castas nobres tradicionais aos diversos terrenos. Esta adaptação da natureza a um sistema produtivo ancestral modelou uma paisagem vitícola com uma imagem inconfundível, uma dramática escultura dinâmica, cuja singularidade universal é reconhecida.

4.3.1. As vinhas

A cultura da vinha achava-se profundamente disseminada no território dos coutos, embora as maiores vinhas monásticas se distribuíssem preferencialmente num aro geográfico envolvente aos mosteiros. As vinhas monásticas distinguiam-se pela área que abraçavam, pelo extenso número de pés plantados, pelo ordenamento e compasso de plantação, pela separação entre brancas¹⁹ e tintas e pela recusa da consociação com árvores de fruto.

Os monges eram extremamente cuidadosos com as alfaías aratórias (arados, aravessas e charruas) para não danificarem as cepas e nas colheitas diferenciadas de uvas brancas e tintas.

¹⁹ Dominantes no povoamento.

4.3.2. As castas

As castas cultivadas na região não são célebres pela sua elevada produção, contudo têm uma história secular, já que algumas provêm da época de instalação da Ordem de Cister.

O que se cultivava nas vinhas do séc. XV/XVII é, de certa forma, uma surpresa, já que algumas variedades ainda hoje existem. Repare-se no elenco de castas enumeradas por Rui Fernandes: bastardo, trincadente (trincadeira), agudelho (na região espanhola de Valdeorras existe hoje uma variedade chamada godello mas o autor diz que o agudelho será uma variante do trincadente), malvasia, castelão, lourel (loureiro), verdelho preto, verdelho branco, donzelinho, terrantes (terrantez), abelhal, buoval (bual), samarrinho, mourisco, ferral, ceitão e felgoso (folgoso)²⁰.

4.3.3. A elaboração do vinho monástico

Os mosteiros estavam apetrechados de ferramentas e espaços destinados ao fabrico do vinho, desde lagares, balsas, tonéis, pipas, etc. Através destes instrumentos os monges podiam produzir o seu próprio vinho e, ao mesmo tempo, conservá-lo até ao seu consumo ou comercialização.

Após a vindima feita, era necessário proceder à extracção do néctar. O fabrico do vinho seguia, predominantemente, o método de bica aberta (sangrando imediatamente o mosto da lagariça para tonéis de atesto).

Os vinhos produzidos nos lagares e nas adegas dos mosteiros eram vinhos de mistura. O primeiro vinho a ser fabricado era o vinho a partir de uvas brancas, pois estas eram as primeiras a serem vindimadas. O povoamento das vinhas dos mosteiros assentava no monopólio de castas brancas, relegando as tintas para uma função exclusiva de cobertura. Brancas e tintas fermentavam à parte. Para rosar os brancos, adicionavam-se as tintas ou utilizavam-se a baga do sabugueiro fortemente introduzida no vale do Varosa.

²⁰ As designações colocadas entre parêntesis são as actuais, encontrando-se uma relação evidente entre os nomes primitivos e os nomes hoje utilizados.

O vinho das uvas tintas era feito por curtimenta (entre seis a sete dias) em dornas e balseiros. Para fortalecer e aromatizar o vinho mosto adicionavam-lhe “folhelho torrado, camoesas assadas com açúcar e cascas de laranjas”, que acabaram por desempenhar um papel importante na conservação dos vinhos, devido ao ácido cítrico de que são ricas (Maduro 2007:40-41).

Os monges cistercienses tinham ainda o cuidado de arrobar²¹ os vinhos (Vandeli 1813:76). O arrobe era obtido a partir do mosto de uva fresco que era fervido em lume brando até evaporar cerca de metade a dois terços do líquido. Para além de adubar os vinhos, tinha a função de os conservar, daí a necessidade de arrobar os vinhos que tivessem de ser embarcados²². A partir destes procedimentos e técnicas, os monges obtinham um vinho ligeiramente corado, macio de beber, e de alto teor alcoólico.

4.3.4. “O Vinho Cheirante de Lamego”

...e soom os mais excelentes vinhos, e de mais dura, que no Regno se podem achar, e mais cheirantes, porque há vinhos de quatro, sinco, e sete annos, e de quantos mais annos he, tanto mais excelente, e mais cheirozo, e há hi alguns amaraes ainda, que pouco d'arvores, que pode ser a decima parte do outro; e a mor parte dos vinhos de todo este compasso se carregão pello Douro em barcas para o Porto, e para Entre-Douro-e-Minho.

(Rui Fernandes, ed. por Barros 2001:84)

"O Doiro, rio e região, é certamente a realidade mais séria que temos", é Miguel Torga quem o diz.

As potencialidades deste "excesso da natureza", também assim caracterizado por Miguel Torga, são muitas, genuínas e algumas delas de carácter único. É o caso do Vinho do Porto, que no séc. XVI era conhecido como "Vinho Cheirante de Lamego" ou ainda generoso, fino, ou de embarque, cuja receita original se encontra no Centro de Estudos do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, na posse do Pe. Seixeira.

²¹ Arrobe era um produto já utilizado pelos gregos, cartagineses e romanos.

²² Por tonel (equivalente a duas pipas ou superior) acrescentava-se meio almude de arrobe no período em que decorria a fermentação tumultuosa.

Mas já então era evidente que havia duas qualidades diferentes de vinho. O mais vulgar, feito a partir de várias castas, aqui todas identificadas como Amarais (da casta Amaral, ainda hoje existente) seguia pelo rio Douro até ao Porto, abastecia a cidade, ia para Aveiro e Lisboa, Ilhas e para as armadas do Reino (Fernandes, ed. por Barros 2001:18). Pela descrição do autor, tratar-se-ia de variedades que cresciam como trepadeiras junto às árvores, o que na região do Minho se passou a chamar (ainda hoje) «vinha de enforcado». Os vinhos de melhor qualidade, os «cheirosos» iam por terra para as Cortes de Portugal e Castela.

Rui Fernandes dá-nos também algumas dicas sobre a viticultura, dicas que duraram até meados do séc. XX. A ideia-chave é a seguinte: as vinhas eram plantadas com as castas misturadas, incluindo brancas no meio de cepas tintas, esperando-se assim que na altura da vindima, e colhendo-se tudo de uma vez, se encontraria o equilíbrio: algumas variedades ainda não estariam totalmente maduras mas confeririam mais aroma e acidez; outras estariam demasiado maduras mas contribuíam com açúcar e álcool. E se num ano uma variedade fosse mais atacada por qualquer moléstia ou desaire climático, outra poderia sobreviver. O lote era por isso feito na vinha: «se não vingam umas, vingam outras». Actualmente no Douro ainda se encontram destas velhas vinhas com as castas misturadas e, diz quem sabe, dão um vinho de melhor qualidade.

4.4. As granjas cistercienses transformadas em quintas do Douro históricas

4.4.1. Definição do termo quinta

O vocábulo quinta procede do português arcaico *quintã* que, segundo Alberto Sampaio (1903:62), juntamente com outras formas de propriedade, como o *casal*, derivou da desagregação da *villa* romana, sendo composta por habitações, pomares, terras, soutos, vinhas, etc. Uma hipótese proposta por este autor aponta para que a *quintã* possa proceder da divisão romana *Cardo/Decumanus*, sendo esta quinta parcela. Este tipo de divisão pode ter sido aplicado à *villa* resultando a quinta de uma fora de agrimensura agrária (Frauvelle 2001:14).

O *casal* também deriva de *villa* romana, distinguindo-se da “quinta” por ser um prédio rústico não nobre e possuir campos de cultivo separados da habitação. A sua designação inicial está ligada à habitação isolada do trabalhador romano (*casarii*), que depois passa a designar também a terra que este trabalha. A quinta controlava diversos casais, dela dependentes, sendo composta por “grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões, eventualmente mesmo numa torre” (Sampaio 1903:59). Alguma documentação medieval faz referência a “quinta com seus casais” ou “casais que a ela rendem”, o que demonstra que a quinta tinha uma função administrativa, ficando o seu dono superintendente das restantes parcelas. Por outro lado, a designação *quintã* também parece estar directamente ligada ao terreno onde se situavam as casas do senhor e os terrenos que eram cultivados sob a sua orientação directa (Frauvelle 2001:14).

Durante a Idade Média uma significativa quantidade de terrenos faz parte do património das ordens monásticas, estando a zona em estudo (Douro) sob a influência dos mosteiros de S. João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas e S. Pedro das Águias. O esquema de exploração da propriedade adoptado para a grande maioria dos seus bens foi o da exploração indirecta, entregando as quintas e os casais a rendeiros que se encarregaram de enriquecer e trabalhar os seus campos.

Com a extinção das ordens religiosas em 1834, as suas propriedades foram adquiridas pelos burgueses mais abastados, que também compram os bens da velha aristocracia arruinada.

Algumas das granjas, nas quais monges se dedicaram à exploração vitícola, ainda hoje persistem nessa actividade vinhateira, como se verá a seguir.

4.4.2. Quintas do domínio do mosteiro de S. João de Tarouca

4.4.2.1. Quinta do Paço de Monsul

Situada na freguesia de Cambres do concelho de Lamego, na zona vinhateira, em frente à Régua, a Quinta do Paço de Monsul pertenceu desde o século XII ao mosteiro de Salzedas. É uma das muitas propriedades que o mosteiro possuía na região do Douro. Nos seus cerca de 22 hectares, a maioria dos quais plantados com vinha, destacam-se os edifícios da casa dos proprietários e dos caseiros, os armazéns e adegas, conservando-se uma bela capela quinhentista.

O primeiro proprietário desta quinta foi Pedro Viegas, que a recebeu de D. Afonso Henriques e a vendeu a D. Teresa Afonso, que doará a dita quinta ao mosteiro de Salzedas. Uma vez na posse do mosteiro, foi emprazada em 1331, ao conde de Penela, Afonso de Vasconcellos e Menezes, sendo citada como *Granja do Moçullo*²³. A próxima referência data de 1469, quando é emprazada a Gonçalo Afonso e sua mulher, Beatriz Dias, referindo o documento a existência de lagares na dita Quinta do Moçullo. O prazo feito a Paulo Rodrigues, filho de Ana Gonçalves, e a Leonor Nunes, sua mulher, em 1541, é a primeira descrição da quinta, onde se refere a existência da casa do Paço e de moradas que “forão emprazadas a Gonçallo Affonço”. Mais pormenorizado é o prazo de 1578, feito a Ana Rodrigues, viúva de Domingos Leitão, de Armamar, em que lhes

emprazarão humas cazas que estão na Quinta do Moçullo. Primeiramente huma caza sobradada que tem em comprimento seis varas e de largo quatro; Outra caza que serve de Cozinha a qual he terreira que tem sette varas de comprido e quatro varas de largo; Outra Caza sobradada que chamão Torre que tem sette varas de comprido e sinco de largo. Uma outra caza que chamão Paço que tem sette varas de comprido e de largo sinco. Outra caza terreira com hum pardieiro que tem tudo de comprido treze varas de largo quatro. Outras cazas sobradadas com suas lojas que tem de comprido nove varas e de largo seis varas. Huma caza que tem dentro dous lagares que tem de comprido sinco varas e meia e de largo sette. Hum pardieiro pegado a esta caza que tem sette varas de comprido e oito de largo.

²³Arquivo Histórico da Quinta do Paço do Monsul – Livro dos Prazos, fl. 2. Cf. Doc. 4

Mais outra caza derrobada que tem seis varas de comprido e três de largo, partem estas cazas, digo outra cozinha sobradada que tem sinco varas craveiras em comprido e três e meia de largo, partem estas cazas com Anna Gonçalves moradora na mesma Quinta e com Pantalião Francisco morador em Sande, tem estas cazas huma serventia para hum terreiro que esta adiante dos portaes das dittas cazas.²⁴

No documento de 1541 a casa era alvo de um pagamento especial e neste último há uma clara distinção dos edifícios, sendo os mais notáveis o Paço e a Torre, como já vinham referidos no empraçamento feito ao conde de Penela. Na Idade Média este tipo de designação só era dado à morada de nobres ligados ao rei, o que revela a importância que esta propriedade assume. A palavra paço tem a sua raiz em *palatium*, que designa o palácio real e, em última análise, o símbolo máximo do poder régio no norte da Península, como aponta José Mattoso (1991:128). A sua existência está claramente ligada ao meio rural, à posse da terra, pois esta era a organização da sociedade e da economia medievais. Ao contrário do que se passou em França, onde o paço tinha uma função militar, em Portugal tem sempre uma função civil, logo de habitação. Por outro lado, a torre, ligava-se inicialmente à defesa do território e às quintas, tornando-se a partir dos finais da Idade Média num valor simbólico indissociável da linhagem familiar.

Um outro pormenor que revela a importância desta casa na História medieval portuguesa é uma sentença do rei D. Pedro I, em que este proíbe as «cassadas ou ajuntamentos por qualquer guiza nem notheficações ou outras malfeitorias nas Geiras do Moçullo»²⁵. Esta mesma resolução foi um dos pontos que o Infante D. Henrique quis esclarecer ao mandar fazer um tombo no mosteiro de Salzedas, em 1445.

Mantendo-se na mesma família desde o século XIV, esta quinta está hoje na posse de um grande número de proprietários. Tal facto não tem significado a sua descaracterização. Pelo contrário. Como é comum na sociabilidade duriense há um gosto pela preservação da tradição e da memória familiar.

²⁴ Arquivo Histórico da Quinta do Paço de Monsul - Livro de Prazos, fl. 44 a 48.

²⁵ Arquivo Histórico da Quinta do Paço de Monsul - Livro das Sentenças, fl. 6.

4.4.2.2. Quinta de Mosteirô

A Quinta de Mosteirô está situada numa das mais belas paisagens da margem esquerda dos rios Douro e Varosa e sintetiza de uma forma admirável, tudo o que a região do Douro pode oferecer. É das encostas verdejantes de Cambres que sobressai a agricultura do vinho: o cenário é extenso, de uma beleza deslumbrante ao longo de 10 hectares de vinha.

O primeiro registo conhecido da Quinta de Mosteirô reporta a meados do século XVI, na obra de Rui Fernandes *Descrição do Terreno ao redor de Lamego duas Léguas (1531-1532)*.

Dela se diz que pertence a S. João de Tarouca, que os seus vinhedos são todos de carregação e ainda que poucas quintas deste compasso se acham no reino tão boas.

Foi adquirida em 1983 por José Arnaldo Coutinho e feita nova plantação em 1991, seguindo-se todo um processo de organização dos solos, desenvolvimento da produção e consequente fase da remodelação da casa da quinta.

Sendo uma quinta de referência do Douro, encontra-se inscrita na Rota do Vinho do Porto e é bastante referenciada em programas turísticos da região.

4.4.3. Quintas do domínio do mosteiro de Santa Maria de Salzedas

4.4.3.1. Quinta do Convento ou da Tulha

Segundo a descrição dos louvados feita à data da extinção do mosteiro, esta quinta albergava as principais dependências do extinto convento, compondo-se de “grandes arquitecturas de pedraria” com dois claustros quadrados e grandes, assim como dormitórios, hospedaria, refeitório, cozinha, adega, celeiraria, uma grande casa de tulha pegada ao mosteiro e outras mais comodidades com um grande terreiro no centro do convento que serve de jardim e tem no meio um grande lago; na principal entrada tem outro terreiro e dentro do mesmo, há casas para forno, palheiros e casas para lenha, alambique, cavalariças para bois e para outros mais gados, tudo com grandeza, bem como dois moinhos dentro desta cerca, que produz milho, uvas e fruta. Algumas destas casas estão em ruína. Além disto, havia dentro da referida cerca um lameiro chamado do Forno da Telha e ainda outro que produzia também milho, vinho e fruta.

Com toda a abundância de bens, os louvados declaram a sua incapacidade de avaliar com justiça este conjunto. Atente-se nas declarações dos mesmos no auto de avaliação:

E pois ouvidos os louvados a examinar qual seria o cálculo e valor do referido edifício e de tudo o mais dele concernente e que já foi relacionado: declararam que as suas forças não serão suficientes para poderem fazer arbítrio do seu conjunto e total valor porque até seria impossível de poder se lhe dar com acerto por um que para satisfazerem ao que determinam as Régias ordens disseram o seguinte:

Que tendo visto e examinado o mesmo Mosteiro com todas as suas pertenças na forma acima declarada lhe não podiam dar rendimento algum em atenção à sua localidade e que por isso somente lhe davam o total valor pela sua estimação mesmo sem atenção às grandes somas que nele se gastaram na sua construção, na quantia de quarenta contos de réis.²⁶

Após a extinção das ordens religiosas, esta quinta foi comprada primeiro pela família Nápoles e nos finais do século XIX por um avô da actual proprietária, recém-chegado do Brasil, mantendo-se a quinta na família Souza Taveira Rebocho até a actualidade.

A tulha foi transformada em casa de habitação, com mais de 20 divisões repartidas por quartos, salas, casas de banho e cozinha mantém-se habitada e em bom estado de conservação. A cerca foi também adquirida pelos mesmos e ainda hoje se encontra delimitada pelos muros imponentes do tempo dos monges.

É uma propriedade que tem cerca de trinta hectares que continua a produzir vinho; na altura em que na região se começou o plantio de pomares, finais dos anos sessenta, parte dos terrenos foram plantados com macieiras, pessegueiros e outras árvores de fruto, estando agora alguns deles a ser novamente reconvertidos em vinha, cujo cultivo está de novo a ser incentivado.

Para esta região, esta quinta é uma grande propriedade, uma das maiores do concelho de Tarouca e também das mais valiosas.

As actuais produções são vinho, maçã, pêssigo e outras frutas de mesa, baga de sabugueiro, uma cultura quase exclusiva de algumas aldeias do concelho de Tarouca e de que esta quinta já foi a maior produtora.

²⁶ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças – Fazenda Pública, Caixa 2249 Santa Maria de Salzedas.

A quinta possui uma capela hexagonal que terá sido projectada por Nasoni e tem as paredes cobertas por lindíssimos painéis de azulejos azul e branco, setecentistas, com cenas da vida da Sagrada Família.

4.4.3.2. Quinta da Folgosa

Localizada na freguesia da Folgosa do Douro, concelho de Armamar, sendo actualmente conhecida por Quinta dos Frades é uma das quintas mais antigas do Douro. O terreno adjacente muito extenso, plantado de videiras, oliveiras e árvores de fruto, produzia do mais especial vinho do Douro; foi avaliada em 23 de Agosto de 1836 pela quantia de 42 contos de réis, o que fez com que fosse várias vezes à praça, devido ao seu elevado preço.

A quinta pertenceu, por doação, ao mosteiro de Salzedas desde 1256, razão por que ficou a denominar-se Quinta dos Frades (com cerca de 300 hectares), cujo topónimo indica claramente propriedade monástica. Incluída na Região Demarcada do Douro desde 1757, produzia nessa altura entre 40 a 50 pipas de vinho de feitoria. Após a extinção das ordens religiosas a quinta foi arrematada em hasta pública a 6 de Novembro de 1841, pelo 1º barão da Folgosa, Jerónimo de Almeida Brandão e Souza. A famosa quinta, em 1911, produzia 300 pipas de vinho. Passou à posse do industrial e capitalista nortenho, Comendador Delfim Ferreira, sendo actualmente pertença da Empresa Predial Ferreira & Filhos, S.A.R.L.. É constituída por um prédio misto com horta, olival, oliveiras, cultura diversa de sequeiro, pastagens, mata mista, amoreiras, vinha, sobreiros, pereiras, ameixoeiras, cerejeiras, figueiras, pessegueiros, nogueiras, amendoeiras, pomar de citrinos e macieiras, pinhal e dependências agrícolas: armazém de lagares, alambique, azenha e vários armazéns. Além disso há outras casas de habitação e anexos.

4.4.3.3. Quinta da Pacheca

É num documento datado de Abril de 1738 que pela primeira vez se faz referência à quinta chamada “da Pacheca” por ser sua proprietária D. Mariana Pacheco Pereira. Nessa altura, a quinta era um conjunto de vinhas adquiridas através dos tempos aos conventos de Salzedas e de S. João de Tarouca.

Sobranceira ao rio Douro, mesmo em frente à cidade da Régua, situa-se esta quinta com grande tradição no centro da Região do Douro. O primeiro nome conhecido a ela ligado é o de Bastião Pereira, de Pomarelhe, que empraça ao mosteiro de S. João de Tarouca, em Maio de 1551, uma vinha em Peradanta, abaixo de Tourais, nome pelo qual era então conhecida a quinta.

O casco da quinta era prazo ao mosteiro de Santa Maria de Salzedas, sendo constantemente alargado durante o século XIX por sucessivas compras de prazos e propriedades, dispersas pelas imediações de Tourais, algumas das quais ainda na posse desta casa. Em certos casos chegaram a trocar-se terrenos, de forma a conseguir unir as terras.

A situação da quinta terá declinado com as pragas do século XIX, tendo sido vendida em Setembro de 1903 a José Freire de Serpa Leitão Pimentel e a António Francisco Machado Mendia. Os novos donos investiram na recuperação das vinhas e das áreas construídas e mesmo no alargamento da propriedade, que se tem mantido na posse desta família.

A recuperação dos vinhedos foi empreendida de tal modo que alguns autores da época dão conta da forma como a replantação foi levada a cabo de forma científica. De facto, nesta quinta existiu uma nitreira, como na quinta de Paço do Monsul, sendo levados a cabo vários testes. Os resultados eram depois comparados com os de Afonso Coelho Cabral, dono do Monsul.

Por se localizar numa zona plana não foi necessário recorrer aos tradicionais socalcos, como na maior parte do Douro, sendo já possível a mecanização de uma área considerável. Os bardos foram colocados de forma tradicional, sendo o seu perímetro marcado por oliveiras e ciprestes e os caminhos internos bordados por árvores de fruto, principalmente pereiras.

4.4.4. Quintas do domínio do mosteiro de S. Pedro das Águias

4.4.4.1. Quinta da Aveleira

A Quinta da Aveleira está implantada numa encosta com declives acentuados e solos cascalhentos de xisto, conjugados em alguns locais com massas graníticas, no concelho de Tabuaço.

No séc. X, os ascendentes dos Távoras, nomeadamente Rosendo Hermiges, povoador e senhor da beetria de Távora, possuíam inúmeras propriedades na área geográfica de Távora, sendo algumas doadas aos monges do antigo mosteiro beneditino de São Pedro das Águias.

Em 1103, o conde D. Henrique e D. Teresa, em visita ao local, fazem doação de várias "hereditas" ao mosteiro de São Pedro das Águias, em que se incluía a quinta da Aveleira, confinante com a cerca do mosteiro. Por volta de 1221, a doação é confirmada pelo Papa Honório III. No ano da graça de 1472, celebrou-se um prazo entre os monges do mosteiro de São Pedro das Águias e Gil L. Rebello sobre a quinta da Aveleira, prazo esse que foi sendo renovado até ao séc. XVIII. No início do séc. XVI, Pedro de Távora, casado com Violante Borges aparece referido como "Senhor da Quinta da Avelleira". Em 1527, no cadastro do reino surge a referência à "Quintã da Velleira", como sendo um lugar do concelho de Paradela, limítrofe do concelho de Távora. Em 1732, vários terrenos contíguos são incorporados à Quinta da Aveleira, com celebração de um prazo adicional entre o enfiteuta e o mosteiro de São Pedro das Águias.

Na 1ª metade do século XVIII, D. Jerónimo de Távora e Noronha Leme Cernache, enquanto proprietário (ou enfiteuta), manda reedificar a Quinta da Aveleira, conforme inscrição em lápide embutida no muro que resguarda o terreiro, sendo possível que alguns dos planos da mesma fossem da autoria de Nicolau Nasoni, que trabalhava para o mesmo no Palácio do Freixo. Em 1754, por falecimento de D. Jerónimo, herda os seus bens o irmão mais novo Vicente de Távora e Noronha Leme Cernache. Em 1755 assiste-se à renovação do emprazamento sobre a propriedade da Quinta da Aveleira, entre o enfiteuta e o mosteiro das Águias, com foro estimado em 1\$400, um carneiro e prebenda anual de 60 pipas de vinho, pão, azeite e frutas. O procurador da Coroa suscita dúvidas sobre a validade dos aforamentos feitos pelo mosteiro, uma vez que a propriedade seria da Coroa, devendo o foro reverter a esta e ser feito novo prazo com sua autorização. Em Novembro de 1758, nas demarcações do Douro Vinhateiro surge a referência ao sítio da Aveleira e quinta do deão do Porto "hoje de Vicente de Noronha", como tendo vinhos de primeira qualidade de 19\$200 réis a pipa, com colocação de, pelo menos, dois marcos graníticos. Em Maio de 1761, devido a reclamações, é autorizada uma nova adição aos terrenos anteriormente demarcados para vinho de feitoria, sendo colocado junto ao rio Távora, no ponto onde desaguava o ribeiro da Quintã, um novo marco, no canto da quinta de Vicente de Noronha Leme Cernache, da cidade do Porto, no sítio das Aveleiras. A 18 Abril de 1789, a propriedade da Quinta da Aveleira passa a Ana Rosa de Noronha Leme e Cernache, filha do anterior proprietário. Em 1794 assiste-se à edificação ou reedificação da oficina vinária e lagares da Quinta da Aveleira, segundo inscrição epigráfica neles existente. Na primeira metade do século XIX, as casas e a capela da Quinta da Aveleira são votadas ao abandono, apenas sendo utilizados os edifícios com função agrícola. Em 1881, a Quinta da Aveleira aparece referida por Pinho Leal na obra

Portugal Antigo e Moderno, como pertencendo a herdeiros de Joaquim Machado Ferreira Brandão, que foi juiz do Tribunal da Relação do Porto. No século XIX, final da década de 80, D. Maria da Glória Machado Ferreira Brandão, que herdou a Quinta da Aveleira, casa-se com Adriano Augusto d'Azevedo Pimentel Mesquita, passando o casal a residir na quinta. Esta sofre obras de vulto que retiram quase por completo o aspecto original do edifício de habitação, que se encontrava em ruínas, através da alteração das volumetrias da parte habitacional e de parte do frontão da capela. Em 1947, Sebastião Ferreira Mendes, do Porto, compra a quinta a António Augusto Pais, residente em Lisboa. Em 1974, Artur dos Santos Parente compra a quinta ao anterior. Em 1989, um incêndio consome o edifício habitacional e respectivo recheio, acentuando-se a degradação a que o mesmo já se encontrava sujeito. Maria Fernanda Soeiro Parente Macedo, casada com António Manuel Macedo, tendo herdado a Quinta da Aveleira, compra a parte que pertencia ao irmão, tornando-se a única proprietária e procede à 1.^a fase de replantação dos vinhedos. Em 2001, assiste-se à nova replantação de algumas áreas de vinhedos. A produção de vinhos quantifica-se, no momento actual, em 100 pipas.

4.4.4.2. Quinta das Herédias

A Quinta das Herédias localiza-se na Granjinha, perto de Tabuaço, no Alto Douro, numa encosta íngreme do rio Távora. Com uma história de 900 anos terá sido uma das propriedades fundadas pelo mosteiro cisterciense de São Pedro das Águias, dentro do espírito que presidiu à ordem de S. Bernardo, de fazer povoar e cultivar áreas que terão sido doadas ao cenóbio pelos ascendentes dos Távoras, pelo conde D. Henrique e sua esposa D. Teresa, bem como por outras ilustres estirpes.

Cerca de 1100, Frei Bernardo de Brito, autor da *Crónica de Cister*, refere na sua obra a dotação, nesta data, do Mosteiro de São Pedro das Águias pelos ascendentes dos Távoras, D. Pedro e D. João Ramires, filhos ou netos de D. Rosendo Hermiges, de um casal em Távora, "com vinhos e árvores e soutos, e com terras e com linhares e com fontes, e com suas entradas e saídas e pertenças ... e como parte pelo souto dos monges". Com o casal doavam vários haveres nos lugares de Germelos, Pontezelos (actual quinta das Herédias), Espinhosa, Paço, Ervedosa, etc.

Em 1103, o Conde D. Henrique e sua mulher D. Teresa, entre a doação já referida de várias "hereditas" ao mosteiro de São Pedro das Águias, terão incluído a área da actual quinta das Herédias, confinante a Sul com o antigo eremitério beneditino, doação também confirmada em 1221, bem como os demais privilégios e isenções do mosteiro de São Pedro das Águias, pelo Papa Honório III, entre as atrás notadas.

Durante os sécs. XII a XV, o mosteiro de São Pedro das Águias cria diversas quintas de exploração agrícola, onde se incluiria a antiga Quinta de "Ponte Izellos" ou "Pontezellos", celebrando posteriormente contratos de enfiteuse das mesmas propriedades com particulares, cujo directo senhorio pertencia aos religiosos do mosteiro de São Pedro das Águias da Ordem de São Bernardo. Posteriormente, essas mesmas propriedades terão sido arrendadas pelo mosteiro a famílias da região, algumas delas da nobreza rural.

A 22 Outubro de 1782 dá-se a venda da Quinta a Francisco Herédia Falcão Sarmento, pelo valor de 600\$000 réis. A 29 Fevereiro de 1784 é concedida a respectiva autorização pelo abade do mosteiro de São Pedro das Águias.

Será a última descendente da família Herédia, D. Leonor Amália Falcão Sarmento, a primeira pessoa a tornar-se proprietária da quinta após a extinção das ordens religiosas em 1834.

Dever-se-á ao proprietário seguinte e aos seus descendentes, o projecto de recuperação das vinhas e socacos, a edificação da oficina vinária, da casa do azeite, da nova casa do senhorio e, por último, da capela.

Veio a ser adquirida, em 1963, pela família dos actuais proprietários que, em Dezembro de 2003 obtiveram a sua classificação como Imóvel de Interesse Municipal e, em Maio de 2007, concluíram os trabalhos de restauro e de remodelação das casas com vista à sua adaptação a unidade de Turismo no Espaço Rural (www.cm-tabuaco.pt).

5. Os Monges e o comércio do vinho

O vinho é de moscatel, alvarelhão, penaguiota, malvasia fina, emana das fragas à ordem de vozes imperiosas como a de Moisés quando feria a pedra do Horeb – a vara mágica do patriarca substituída agora por um alvião de saibramento.

(Torga 2007:26)

Devido à necessidade litúrgica do emprego do “fruto da videira e do trabalho do homem”, o cultivo do vinho tinha forte motivação junto dos eclesiásticos. Para além do vinho usado na missa, os monges começaram a incluí-lo também na sua alimentação como contributo nutritivo, já que apenas consumiam produtos hortícolas, frutas e cereais. Este consumo deveria ser moderado e o vinho misturado com grandes quantidades de água. Cada monge não deveria beber mais do que uma hérmina (cerca de 28 cl).

Como os monges não tinham capacidade de consumir todo o produto vinícola que produziam, teriam de colocar os excedentes no mercado.

A sua venda foi, no princípio, expressamente proibida. O vinho do mosteiro não podia ser vendido por ninguém, nem monge, nem converso, nem homem algum em lugar nenhum e muito menos nas tabernas. Mas como se tratava de um produto muito lucrativo, o vinho sempre teve um papel privilegiado na legislação monástica. Como tinha que arranjar uma solução para os excedentes, a proibição foi levantada para pequenas quantidades ou outorgadas a um ou mais servos, para realizarem as vendas em casas que possuíam fora do mosteiro, junto aos centros urbanos. Os monges deram por isso grande importância às casas nas localidades próximas de mercados, como Lamego, Numão, Viseu, Pinhel, Guarda, Tarouca, a par de outras de menos importância como Várzea, Almofala, Armamar, Mesão Frio e Cambres. É interessante reparar que a maior parte destas casas/propriedades foi quase sempre comprada, sendo escassas as doações recebidas em centros urbanos.

As primeiras exportações ²⁷ do hoje denominado Vinho do Porto, datam do século XIII, sendo a França o país que primeiro importou os vinhos desta região.

²⁷ Há descrições do século XVI que falam em 750 pipas de vinho, (cada pipa corresponde a 550 l) todo para exportação, produzidas nas terras pertencentes ao mosteiro de Tarouca.

5.1. Os monges e o aproveitamento do rio Douro para o escoamento do vinho

As notícias sobre a navegação do Douro remontam à Antiguidade. Estrabão dava-o como navegável numa distância de 800 estádios²⁸ próximo de S. João da Pesqueira.

Nos finais da Idade Média, o movimento do rio era intenso. Os monges cistercienses não eram alheios a essa realidade. A Regra recomendava o afastamento, a solidão e a contemplação. Mas o isolamento não implicava o desconhecimento da realidade e os monges de Salzedas, S. João de Tarouca e S. Pedro das Águias reconheceram as potencialidades do rio.

Boa parte do seu património ficava ribanceiro ao Douro e os monges utilizavam-no como via principal de escoamento das suas produções. Foram proprietários de canais e pesqueiras e conseguiram isenções nas taxas de tráfego do rio. Muitos mosteiros possuíam embarcações que faziam viagens de longo curso.

Nas Inquirições de 1258, refere-se que “as barcas de Tarouca e as barcas de Salzedas nada pagavam”²⁹.

A utilização do rio é particularmente visível no escoamento da produção da Quinta de Mosteirô, propriedade cisterciense. De acordo com Rui Fernandes (ed. por Barros 2001:18) essa quinta rendia anualmente entre 15 a 16 mil almudes de vinho que os monges de Tarouca enviavam em barcas para a cidade do Porto. O destino do vinho passava obrigatoriamente pelo Porto. Refira-se, por isso, como o mosteiro de S. João de Tarouca adquiriu algumas propriedades na área do Porto, em Santa Eulália, Lordelo do Ouro, que para além de lhe garantir peixe e sal, constituía um ponto estratégico na comercialização do vinho e outros produtos.

O mosteiro de Salzedas prezava de igual modo o aproveitamento do rio. Em 1189, o concelho de Armamar doa ao mosteiro, sendo abade D. João Fernandes, a metade dos canais de Ariana, no rio Douro, para fazer vinhas. Em 1197, Gonçalo Pires, Pero Soares e outros mais do mesmo concelho “fizeram doações [...] de sinquo quinhões que tinham nos dittos canaes” (Reis 2002:103).

²⁸ Estádio provém do grego *stádion*, através do latim *stadium*. *Stádion*, em grego, era inicialmente uma medida itinerária equivalente a 125 passos, ou 1/8 de milha, ou ainda 600 pés gregos ou 625 pés romanos, correspondendo a cerca de 180 metros

²⁹ PMH, Inquisitiones, Afonso III, 3ª alçada, pág. 969.

Nas Inquirições de 1258 abundam referências a propriedades dos monges. É o caso do lugar de Ulvaira, onde se refere a existência da barca de Salzedas isenta de pagamento de portagens³⁰.

No lugar de Entre-os-Rios, localizava-se o principal ponto de cobrança de portagens. Os direitos de passagem de mercadorias eram partilhados entre as freiras de Santa Clara, S. João de Alpendorada, Paço de Sousa, a Igreja de Eja e a abadia cisterciense de Salzedas que tinha direito a 180 reais.

Vemos assim como os monges brancos de Cister participaram de uma forma muito intensa na construção do Douro.

³⁰ PMH, Inquisitiones, 3ª alçada, pág. 969 e 1093 e 4ª alçada, pág. 1245, 1248 entre outras.

6. Outros sabores e saberes cistercienses do Douro

6.1. Licor e compota de baga de sabugueiro

O sabugueiro é uma planta que terá sido trazida e desenvolvida em Portugal pelos primeiros monges da Ordem de Cister, no século XII. Trata-se de uma cultura que tem como primordial objectivo a produção de uma baga que foi alvo, ao longo do tempo, de múltiplas utilizações.

O sabugueiro é uma planta com origem na Europa Central, no oeste da Ásia e no Norte da África. O interesse pela sua cultura, principalmente pela extracção do seu fruto, a chamada baga, levou a que o sabugueiro se espalhasse por quase todo o mundo. E terão sido os primeiros navegadores espanhóis e portugueses os responsáveis pela propagação da planta e do conhecimento sobre as utilizações medicinais e gastronómicas da baga do sabugueiro.

A cultura do sabugueiro em Portugal, principalmente a variedade “Sambucus Nigra”, o Sabugueiro Negro, deve-se principalmente às primeiras ordens religiosas. Terão sido os primeiros monges de Cister, que vindos de França trouxeram a planta para Portugal, no século XII. E a partir do primeiro mosteiro cisterciense, de S. João de Tarouca, a planta terá sido expandida para uma ampla região, tendo actualmente expressão em cinco concelhos do chamado Douro Sul – Lamego, Armamar, Tarouca, Tabuaço e Moimenta da Beira.

6.1.1. Tradição monástica

A produção de baga do sabugueiro foi desenvolvida pelos monges cistercienses que, tal como outros produtos da planta (casca e flor), a utilizaram na doçaria conventual, no fabrico de bebidas espirituosas e sumos, e na aplicação da medicina preventiva e curativa.

Em Salzedas pode-se saborear uma das receitas mais antigas e bem guardadas da tradição monástica da Ordem de Cister do mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o licor de baga de sabugueiro. A fórmula deste licor só há pouco tempo foi desvendada sendo actualmente comercializada sob o nome de “Sambuco”.

A baga do sabugueiro, ou baga do Varosa, tem múltiplas utilizações, desde fins medicinais (também associada a elementos místicos e lendários), a corante de vinhos e alimentos, originando ainda sumos, doces, compotas, licores e chás. A versatilidade da sua

utilização deve-se ao facto de quase todas as partes desta árvore/ arbusto serem indicadas para múltiplos usos.

Como alimento, a baga de sabugueiro é muito apreciada para sobremesas e compotas e pode conservar-se como suco, geleia e seco.

6.2. O biscoito de Salzedas

Nas feiras e romarias na região do Douro poderá facilmente encontrar-se o biscoito de Salzedas ou, como outros lhe chamam, biscoito da Teixeira. Contudo, apenas em Salzedas poderá apreciar-se este biscoito segundo a receita tradicional dos monges de Cister do mosteiro de Santa Maria de Salzedas.

Muito famoso entre a população local, tanto hoje como no passado, relaciona-se com as comemorações e festas religiosas, altura em que é mais facilmente encontrado, podendo ser saboreado e comprovada a sua qualidade, assistindo-se, em simultâneo, às variadas festividades de Salzedas.

6.3. O espumante do Varosa

A par dos aromáticos e frutados vinhos de mesa, brancos e tintos, nascem nesta região alguns dos melhores espumantes nacionais. Sabores e aromas inimitáveis que a natureza ofereceu e que os homens souberam apurar ao longo dos tempos.

As vinhas das terras do mosteiro de Salzedas permanecem como fonte de receita permitindo produzir o espumante das Caves da Murganheira.

Para produzir estes vinhos, são seleccionadas as mais nobres castas e levados a cabo rigorosos processos de vinificação, de acordo com técnicas ancestrais permanentemente aperfeiçoadas.

Profissionais experientes cruzam a tecnologia de vanguarda com um conhecimento no tratamento da vinha cuja origem estará na sabedoria medieval dos monges de Cister.

Ainda hoje o espumante da Murganheira conserva no seu logótipo a nobre Flor-de-lis do Conde D. Henrique, que também se observa no brasão da Ordem de Cister.

7. A extinção da Ordem de Cister e a aquisição das suas propriedades por parte da aristocracia e da burguesia

Com o eclodir da Revolução Francesa (1789), surgem na Europa novos ideais que irão estar na base da transformação das estruturas eclesiásticas dando início à decadência das ordens religiosas. Os ideais revolucionários terão estado na origem da decisão de suprimir todos os mosteiros, expulsar os monges, assim como vender todos os bens conventuais. Em França a Ordem sofre um rude golpe e em Portugal, no início do séc. XIX, a situação das ordens religiosas agrava-se devido às Invasões Francesas e às lutas liberais, precipitando a sua extinção.

Após o período de despotismo pombalino, segue-se o final do absolutismo régio com D. Maria I e D. João VI, enquanto cresce o ideário liberal com uma dinâmica anticlerical, que culminará com a revolução liberal de 1820 originando a divisão de Portugal em dois partidos: o liberal e o absolutista.

Com a revolução e a vitória liberal de D. Pedro sobre os absolutistas de D. Miguel em 1834, assiste-se ao estabelecimento de uma nova ordem política empenhada na destruição das hierarquias sociais e na construção de uma sociedade individualista, em que a religião e o culto conhecem uma certa desvalorização (Mattoso 1992:266).

Assim, a 30 de Maio de 1834 é publicado o decreto redigido e promulgado por D. Pedro. Tal decreto³¹ estabelecia a extinção de todos os conventos, colégios e hospícios de religiosos de todas as ordens regulares no nosso país.

Após a extinção das ordens religiosas, os mosteiros são pilhados, incendiados e vendidos a particulares.

Por decreto de António Augusto Aguiar, todos os terrenos dos mosteiros foram avaliados e colocados em hasta pública. Os terrenos e as vinhas foram vendidos a particulares, na sua maioria por valores inferiores aos estimados.

³¹ O decreto é datado de 28 de Maio, mas apenas promulgado por D. Pedro a 30 do mesmo mês. O próprio monarca terá sido o responsável pela redacção do decreto, embora este surja ligado a António Augusto Aguiar, ministro da Justiça e das Instituições Religiosas, o que lhe valeu a designação de Mata-Frades. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão – *História de Portugal*. Vol.III, p.202 (Ver anexo, doc.1).

No entanto, continuaram a sua tradição vinhateira. Uma das quintas do mosteiro de Santa Maria de Salzedas mantém-se na mesma família desde o século XVIII, em que foi aforada pela primeira vez, a Quinta do Paço de Monsul.

A Quinta dos Frades ou Quinta da Folgosa foi vendida e replantada.

A Quinta de Mosteirô está também cultivada. Portanto, a tradição vinhateira dos monges de Cister manteve-se até à actualidade.

Apesar das terras de S. Pedro das Águias serem terras despovoadas e completamente abandonadas e descristianizadas no século XVI, são hoje também grandes vinhas.

Os compradores destas propriedades eram burgueses e nobres que depois se foram arruinando. No entanto, o que é certo é que o espírito de Cister se mantém. As propriedades continuam como excelentes unidades de produção vinícola, independentemente de quem as possui e das vicissitudes por que passaram e pode dizer-se que continuaram a ser espaços de trabalho, correspondentes ao *labora* de S. Bernardo.

Conclusão

No sentido de compreender a importância da Ordem de Cister na região duriense, procurou alargar-se o âmbito do seu estudo, recuando até às suas origens beneditinas, as quais estiveram na base de toda a reforma cisterciense e que permitiram estabelecer a nova observância monástica. A comunidade cresceu fervorosamente após um período de crise, devido ao seu impulsionador – S. Bernardo – que ficou conhecido como o pai de Cister. Com o passar do tempo, a Ordem foi-se espalhando pela Europa Ocidental, chegando até Portugal nos finais da primeira metade do século XII, coincidindo com um período histórico muito importante do ponto de vista da formação da nacionalidade. Estabelecida em Portugal, a Ordem dá um magnífico contributo na formação e consolidação do território português através do seu esforço colonizador e desenvolvimento agrícola em locais de reconquista recente.

A profusão de fundações e filiações cistercienses em Portugal significou um sinal revelador da boa aceitação e receptividade da Ordem por parte dos monarcas, os quais contribuíram para a implementação dos principais mosteiros cistercienses portugueses. A importância destes mosteiros no contexto geográfico do Douro e no âmbito das relações de poder e sociabilidades regionais pode não ser hoje muito perceptível, se bem que, no plano simbólico, os mosteiros exerçam ainda uma aura de fascínio. Deve-se este facto à historiografia, à memória local ainda viva, e a uma certa imagem reabilitada pela promoção turística dos dias de hoje que, embora por vezes distorça e desvirtue certas realidades históricas, vai mantendo acesa a necessidade de recuperar e educar através deste valioso património.

Estes mosteiros foram grandes em termos de potentado económico, pelo menos, sem mencionar o seu carácter eminentemente religioso e cultural. Essa grandeza foi possível enquanto as estruturas, infra-estruturas e a superestrutura o permitiu, ou seja, enquanto todo o “aparelho” erguido (material e simbólico) usufruiu do clima religioso, económico e social e, sobretudo, político, necessário à sua subsistência.

A instalação de Cister na região do Douro significou a vinda de um saber que se materializou com a introdução das melhores castas, tecnologias vitivinícolas e organização empresarial ('boas cepas') que acompanharam os monges desde o século XII. Assim se explica que os “vinhos de Lamego” tenham precedido a saga dos 'vinhos do Porto', antes da demarcação da região, logo que a excelente e abundante produção do vale do Varosa

começou a ser comercializada e exportada, através da barra do Douro. Muitos milhares de pipas, ainda na Idade Média.

Torna-se evidente que os mosteiros e empresas cistercienses do eixo Lamego-Tarouca assumem um estatuto cultural, económico e patriótico ímpar na História, na economia, na gestão do novo reino e na cultura de Portugal. Os mosteiros não se esgotavam nos limites da cerca, muito menos nos do couto que, embora cioso das suas prerrogativas (“dor de cabeça” dos bispos lamecenses e mesmo do braço régio) era apenas o âmago de um domínio bem mais terreno do que espiritual, repartido sobretudo pelo Douro e pela Beira e composto por casais, propriedades várias e múltiplos foros e direitos que asseguravam o funcionamento de uma engrenagem económica e financeira cuja cabeça era o mosteiro e a sua plêiade de funcionários – redactores, ouvidores, visitantes, etc.

O vale do Douro constituía espaço particularmente caro aos monges de Salzedas e de S. João de Tarouca e não parece de todo arbitrária a constituição de certo património -através de permutas, escambos e compras – ao longo deste rio. A sua posição privilegiada, como terreno fértil e via de ligação ao Douro deveria manifestar-se como rincão apetecível aos monacais. Numa fase inicial, os monges tratariam as terras por mãos próprias ou então, por sua supervisão, exploravam-nas pelo trabalho de conversos ou de colonos, como forma de pagamento pelos serviços devidos ao mosteiro. Contudo, com o aumento das áreas de exploração agrícola, a esmagadora maioria dos seus bens era trabalhada por exploração indirecta, encontrando-se emprazada a foreiros por prazos perpétuos no início e mais tarde por contratos de três vidas. Com certeza que, bem cedo, os monges viram na exploração vinícola fonte de rendimento seguro, assegurada por uma boa gestão e pelo rápido escoamento – possibilitado pelo acesso que tinham a determinados direitos de passagem e isenção de portagens. Rentabilizando espaços agrícolas que vinham da Alta Idade Média, como a Quinta do Paço de Monsul em Cambres, devem ter usufruído da posição estratégica do Varosa como trilho de penetração e corredor onde se processava o trânsito de indivíduos, o escoamento de bens e o intercâmbio de serviços e ideias.

O carácter organizativo e acentuadamente reformista dos monges brancos influiu na paisagem e na sociabilidade, de forma evidente, promovendo a edificação de infra-estruturas ou contribuindo para o avanço tecnológico ao nível das actividades agrícolas. Era, sobretudo, uma “influência de magistério” assinalada pela presença do báculo abacial, símbolo de um poder senhorial.

Hoje, o vale que acolhe o moribundo mosteiro de São João de Tarouca, ainda impressiona pelos vestígios da rede viária e infra-estruturas associadas, pela persistência da

implantação de uma intensa actividade agrícola (fruto da mão cisterciense). Mas é testemunho ténue e recordação descolorida do seu período áureo, quando foi confluência de homens da arte e da erudição, e local de irradiação da luz civilizadora.

Os cistercienses mostraram, então, grande vitalidade na região do Douro. O seu sucesso deveu-se à capacidade intelectual dos seus membros e teve como consequência o avanço no campo económico, social e político.

O espaço onde os cistercienses iniciaram o seu trabalho espiritual e material em Portugal, nos idos de 1143, foi em S. João de Tarouca, deixando, para o Douro e para a História, exemplos maiores de eficácia administrativa, de desenvolvimento técnico agrícola, particularmente no aperfeiçoamento e expansão da vitivinicultura, e vestígios patrimoniais de um valor histórico e artístico incomensurável.

Os monges de Cister foram os pioneiros do desbravamento e arroteamento das terras, da drenagem de pântanos, da construção de barragens e diques e precursores na utilização de novas energias (madeira e água) de que o Ocidente carecia, estando como estava em plena expansão demográfica e urbana.

Os saberes de Cister traduziram-se em sabores, nomeadamente no fabrico de doçaria, licores, ervas medicinais e no magnífico Vinho do Porto, cuja receita original se encontra, como atrás se escreveu, na posse do pároco da freguesia de Salzedas.

Os monges de Cister foram importantíssimos para toda esta região, não só no aspecto religioso mas também na dinamização agrícola destas terras e de toda a região do Douro. Sem o trabalho e dinamização dos monges porventura hoje não teríamos essa maravilha que dá pelo nome de Vinho do Porto, entre outras coisas.

A presença da Borgonha significou que as melhores castas, tecnologias vitivinícolas e organização empresarial ('boa cepa', a Borgonha) vieram com S Bernardo e a Ordem de Cister para o Douro de Egas Moniz, já desde o século XII.

Cister foi uma verdadeira civilização, quer religiosa, quer agrícola, quer mesmo social. Quantas actividades se desenvolvem ainda hoje que vêm desde a antiguidade, desde o tempo dos monges! Cister foi e é uma marca... que perdurará no futuro.

Referências Bibliográficas

Alação, Jorge (1974). *Portugal romano*. Coimbra: Ed. Verbo.

Albuquerque, Amélia, Vaz, João L. Inês, e Ferreira, Virgílio (2006). *Tarouca e Cister – Homenagem a Leite de Vasconcelos*. Lamego: Tipografia Voz de Lamego, Lda.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1973). “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”. In: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, tomo I, Lisboa: I.A.C.

Andrade, Eugénio de, Resende, Júlio, e Gonçalves, Dário (1990). *Canção do mais alto rio – Antologia literária do Douro*. Rio Tinto: Edições Asa.

Baldwin, John W. (1971) *The Scholastic Culture of the Middle Ages 1000-1300*. Lexington, MA: D.C. Heath.

Barreto, António (1993). *Douro*. Lisboa: Edições Inapa. S.A.

Barros, Amândio Morais, Leal, Paula Montes (2001). *Os pergaminhos medievais da Quinta da Pacheca*. Santa Maria da Feira: Rainho e Neves, Lda.

Braunfels, Wolfgang (1993). *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders*. London: Thames & Hudson.

Casella, Gabriella (2003). *Gramáticas de Pedra – Levantamento de tipologias de construção muraria*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.

Cocheril, Dom Maur (1989). *Alcobaça – Abadia cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____ (1971). *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cortês, Jaime (1966). *Portugal, a terra e o homem*. Lisboa: Artis.

Dias, Geraldo J. A. Coelho (2004). “A marca de S. Bernardo na espiritualidade e na cultura cistercienses “. In: *Tarouca e Cister: Espaço, Espírito e Poder*. I Seminário Internacional, Setembro 2002, Tarouca. 1ª Ed. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca.

Duby, Georges (1997): *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. Lisboa: Edições ASA.

Fernandes, A. de Almeida (1976). *Acção dos Cistercienses de Tarouca (As granjas nos sécs. XII e XIII)*. Barcelos: Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho.

Fernandes, Rui (2001). *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas: 1531-1532*, (introdução, transcrição actualizada e fixação crítica do texto de Amândio Morais Barros). Lamego: Beira Douro.

Frauvrelle, Natália (2001). *Quintas do Douro. As Architecturas do Vinho do Porto*. Santa Maria da Feira: Rainho e Neves, Lda.

_____, Pacheco Susana (2000). *Roteiro: Rotas medievais*. Porto: GEHVID

Gomes, Saul António (2000): “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça”. In: *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*. Colóquio Internacional (16-20, Junho, 1998, Mosteiro de Alcobaça) – Actas. Vol. I. Lisboa: IPPAR.

Gonçalves, Iria (1989). *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Honnecourt, Villard de (2001). *Cuaderno (siglo XIII)*. Madrid: Ed. Akal.

Johnson, Hugh (2001). *História do vinho*. São Paulo: Cia. das Letras.

Le Goff, Jacques (1990). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença.

Lencastre, José de (1953). *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (séculos IX a XV): subsídios para um estudo*. Porto: Anais do Instituto do Vinho do Porto.

Maduro, António Valério (2007). “Produção de bens e dieta alimentar dos Cistercienses de Alcobaça no século XVIII”. In: *Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense (séculos XVIII-XX)*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Mansilha, Armando (2002). *Alto Douro Vinhateiro*. São Mamede de Infesta: AGEPE – Artes Gráficas Lda.

Marques, A. Oliveira (1987). *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 5.^a ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Marques, Maria Alegria F. (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa. Edições Colibri.

Matos, Leonor Correia (1999). *A Ordem de Cister e o reino de Portugal*. Lisboa: Fundação Lusíada.

Mattoso, José (1971). *CISTER, Ordem de*, em *Dicionário de História de Portugal*. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

_____ (1982). “O Monaquismo Ibérico e Cultura”. In: *Religião e Cultura*. Lisboa: INCM.

_____ (1991). *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. vol. I. Oposição. 4a ed. Lisboa: Editorial Estampa.

_____ (1992). “A nobreza medieval portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XIII”. In: *Portugal medieval: Novas interpretações*. 2ª Edição. Lisboa: INCM.

_____ (1992). “Panorâmica da história beneditina portuguesa durante a Idade Média”. In: *Portugal medieval: Novas interpretações*. 2ª Ed. Lisboa: INCM.

_____ (1993). *História de Portugal*, 2º vol, Lisboa: Círculo de Leitores.

_____ (1997). “Eremitas portugueses no século XII”. In: *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

_____ (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.

Miccoli Giovanni (1989). “Os Monges”. In: *O Homem Medieval de Jacques Le Goff*. Lisboa: Editorial Presença.

Monteiro, Manuel (1998). *O Douro*. Porto: Emílio Biel e C.ª – Editores

Moreira, Vasco de Almeida (1924). *Monografia do Concelho de Tarouca*, Viseu: Tipografia do Jornal da Beira.

Nascimento, Aires A. (1999). *Cister: os Documentos Primitivos*. Lisboa: Edições Colibri.

Natividade, Joaquim Vieira (1994). *As Granjas do Mosteiro de Alcobaça*. Separata do Boletim da Junta da Província da Estremadura. nº 5.

Nemésio, Vitorino (1977). *O Monasticon*. Obras Completas. Lisboa: Bertrand.

Newman, John-Henry (1998). *La Civilizacion de los Monasterios Medievales*. Madrid: Encuentro.

Oliveira, Miguel (1958). *História Eclesiástica de Portugal*. 3ª edição. Lisboa: União Gráfica.

Os cistercienses: documentos primitivos (1997). Edição bilingue latim-português. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi.

Panofsky, Erwin (1989). *O significado nas artes visuais*. Lisboa: Editorial Presença.

Proença, Isaac Reis (2007). *Cimbres, o passado e presente*. Lamego: Tipografia Voz de Lamego, Lda.

Reis, Fr. Baltasar dos (2002). *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Regra de São Bento (1992). Singeverga: Edições Ora et Labora.

Renouard, Ives (1953). “O grande comércio de vinho na Idade Média”. In: *Revista de História*. n. 14. ano IV Abril/Junho. S. Paulo: Fundação Editora da UNESP.

Ribeiro, Orlando (1991). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 6ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

_____ (1995). *Introdução ao Estudo da Geografia Regional*. 2ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Rodrigues, José Ignacio de la Torre (1999). “A visão cisterciense do trabalho”. In: Dias, Geraldo J A. Coelho... [et al]. *Cister no Vale do Douro*. [Porto]: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto: Edições Afrontamento.

Rota das Vinhas de Cister (1999). São Mamede de Infesta: Greca – Artes Gráficas.

Santos, Júlio Eduardo dos (1919). *O vinho do Porto: seu passado, presente e futuro*. Lisboa: Tipografia Universal.

Sampaio, Alberto (1903). “As vilas do Norte de Portugal”. In: Sep. da Revista *Portugália*. Porto: Imprensa Moderna.

Serrão, Joel Veríssimo (1990). *Dicionário de História de Portugal*. vol. 1. Porto: Livraria Figueirinhas.

_____ (2001). *História de Portugal*. Volume 1. Lisboa: Editorial Verbo.

Silva, Oceana de Nazaré (1947). *Subsídios para o estudo da Ordem de Cister em Portugal*, Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Tarouca e Cister - Espaço, Espírito e Poder (Actas de Setembro 2002) (2004). Lamego: Tipografia Voz de Lamego, Lda.

Tarouca e Cister – Homenagem a Leite de Vasconcelos (Actas de Novembro 2006) (2006). Lamego: Tipografia Voz de Lamego, Lda.

Teixeira, Ricardo. (1999) - *Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro*. In Cister no Vale do Douro. Porto: GEHVID; Afrontamento.

Tereno, Maria do Céu Simões (2004): “Contributo para o estudo arquitectónico rural cisterciense”. In: *Tarouca e Cister: Espaço, Espírito e Poder*. I Seminário Internacional – 2002. 1ª Edição. Tarouca: Câmara Municipal de Tarouca.

Torga, Miguel (2007). *Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Vandeli, Alexandre António (1813). *Resumo da Arte da Destilação*. Lisboa: Editorial Império.

Vasconcelos, J. Leite (1933). *Memórias de Mondim de Bastos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Verde, Cesário (1986). *O livro de Cesário Verde*. Introdução por Maria Ema Tarracha Ferreira. 3ª ed. Lisboa: Ulisseia.

Viti, Goffredo (dir.) (1995). *Architettura Cistercense*. Firenze: Edizioni Casamari.

Referências Electrónicas

<http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4408.pdf>, consultado no dia 1 de Junho de 2009, às 15h13m.

<http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4431.pdf>, consultado no dia 1 de Junho de 2009, às 15h36m.

<http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4443.pdf>, consultado no dia 1 de Junho de 2009, às 22h10m.

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/medieval/alcobaca.pdf>, consultado no dia 1 de Junho de 2009, às 19h05m.

http://www.ad-viseu.com/pdf/boletim_20.pdf, consultado no dia 28 de Maio de 2009, às 17h50m.

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70414, consultado no dia 28 de Maio de 2009, às 18h32m.

<http://www.tarouca.com/>, consultado no dia 27 de Maio de 2009, às 20h32m.

http://www.beiradouro.pt/media%5Cdownloads%5Croteiros%5CRoteirosMedievais_DouroSul_ItinerarioII.pdf, consultado no dia 28 de Maio de 2009, às 22h10m.

<http://www.ovinhoeavinhapatrimoniocultural.blogspot.com>, consultado do dia 23 de Fevereiro, às 17h45m.

<http://www.cm-tabuaco.pt>, consultado no dia 17 de Novembro de 2009, às 21h31m.

<http://www.cister.net/FR/accueil.aspx>, consultado no dia 17 de Novembro de 2009, às 22h21m.

<http://www.igespar.pt/media/uploads/trabalhosdearqueologia/36/3.pdf>, consultado no dia 22 de Março de 2010, às 18h32m.

<http://www.infovini.com/>, consultado no dia 24 de Março de 2010, às 17h55m.

<http://www.mosteirosalzedas.com/>, consultado no dia 12 de Janeiro de 2010, às 22h32m.

http://www.aph.pt/recursos/.../mosteiros/mosteiros_contextualizacao.doc, consultado no dia 28 de Janeiro de 2010, às 21h19m.

<http://www.rotascister.home.sapo.pt/P2.html>, consultado no dia 24 de Março de 2010, às 10h30m.

<http://www.vinhosulfranca.blogspot.com/>, consultado no dia 15 de Dezembro de 2009, às 23h07m.

Duarte, Luís Miguel (s/d). *Dos Licores aos Hospitais – as sugestões da Regra de São Bento*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand6/duarte.htm>, consultado em 17 de Novembro de 2009, às 21h30m.

Gama, Sebastião (s/d). *As ordens religiosas*. Disponível em: <http://www.cf-sebastiao-gama.rcts.pt/formacao/2002/pd7/trabalhos/tibaesf/ordens/ordensreligiosas.htm>, consultado em 17 de Novembro de 2009, às 21h04m.

Gonçalves, Carlos César Correia (s/d). *A escola de Alcobaça*. Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Estudos e Ensaios, disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt>, consultado no dia 2 de Janeiro de 2010, às 17h47m.

Lourenço Paulo B, Fernandes Francisco (2001). *Análise de Estabilidade da Igreja de São João de Tarouca*. Disponível em: http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ncr/de_civil/2001_Lourenco_Fernandes.pdf, consultado no dia 10 de Dezembro de 2009, às 23h08m.

Martins, Ana Maria Tavares Ferreira (s/d). *Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4408.pdf>, consultado no dia 17 de Novembro de 2009, às 21h03m.

Santos, Ana Carolina (2006). *A Presença dos Leigos na Ordem Cisterciense (século XII)*. Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de Julho de 2006. Cd-rom. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Ana%20Carolina%20dos%20Santos.pdf>, consultado no dia 28 de Janeiro de 2010, às 21h27m.

ANEXOS

Fig. 1 - Três monges da Ordem de Cluny: Alberico, Estevão Harding e Roberto de Molesmes



Fonte: <http://monasteriocarrizo.galeon.com/monjes.jpg>

Fig. 2 - S. Bernardo



Fonte: Autora

Fig. 3 - Luz milagrosa que indicou aos monges o local da fundação do mosteiro. Cena representada em azulejos na capela-mor



Fonte: Autora

Fig. 4 - D. Afonso Henriques analisando a plana do Mosteiro. Lançamento da 1ª pedra. Cena representada em azulejos na capela-mor



Fonte: Autora

Fig. 5 - Um dos afluentes coberto por túnel de abóbada de berço quebrada



Fonte: Autora

Fig. 6 – Fachada principal do mosteiro de Santa Maria de Salzedas



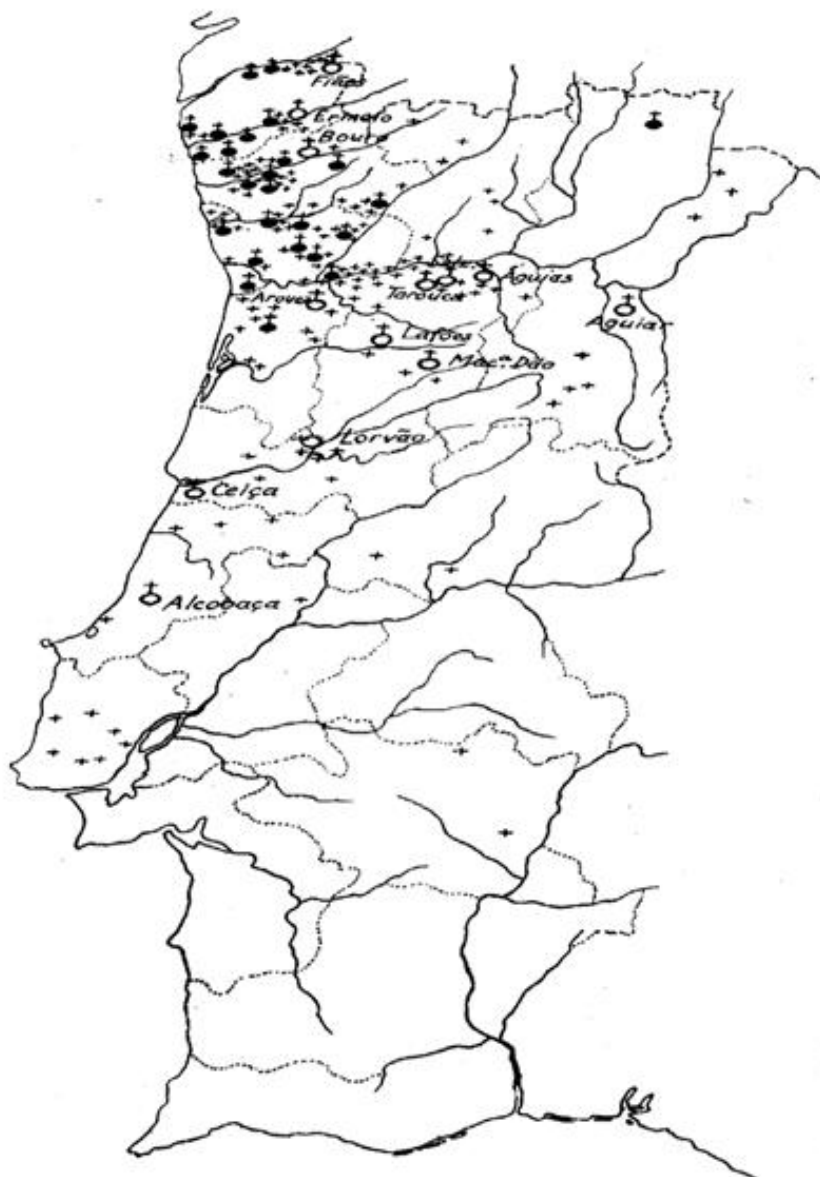
Fonte: <http://olhares.aeiou.pt/>

Fig. 7 –Igreja do mosteiro de S. Pedro das Águias



Fonte: <http://commondatastorage.googleapis.com>

Fig. 8 - Distribuição do topónimo granja (apenas povoações deste nome)



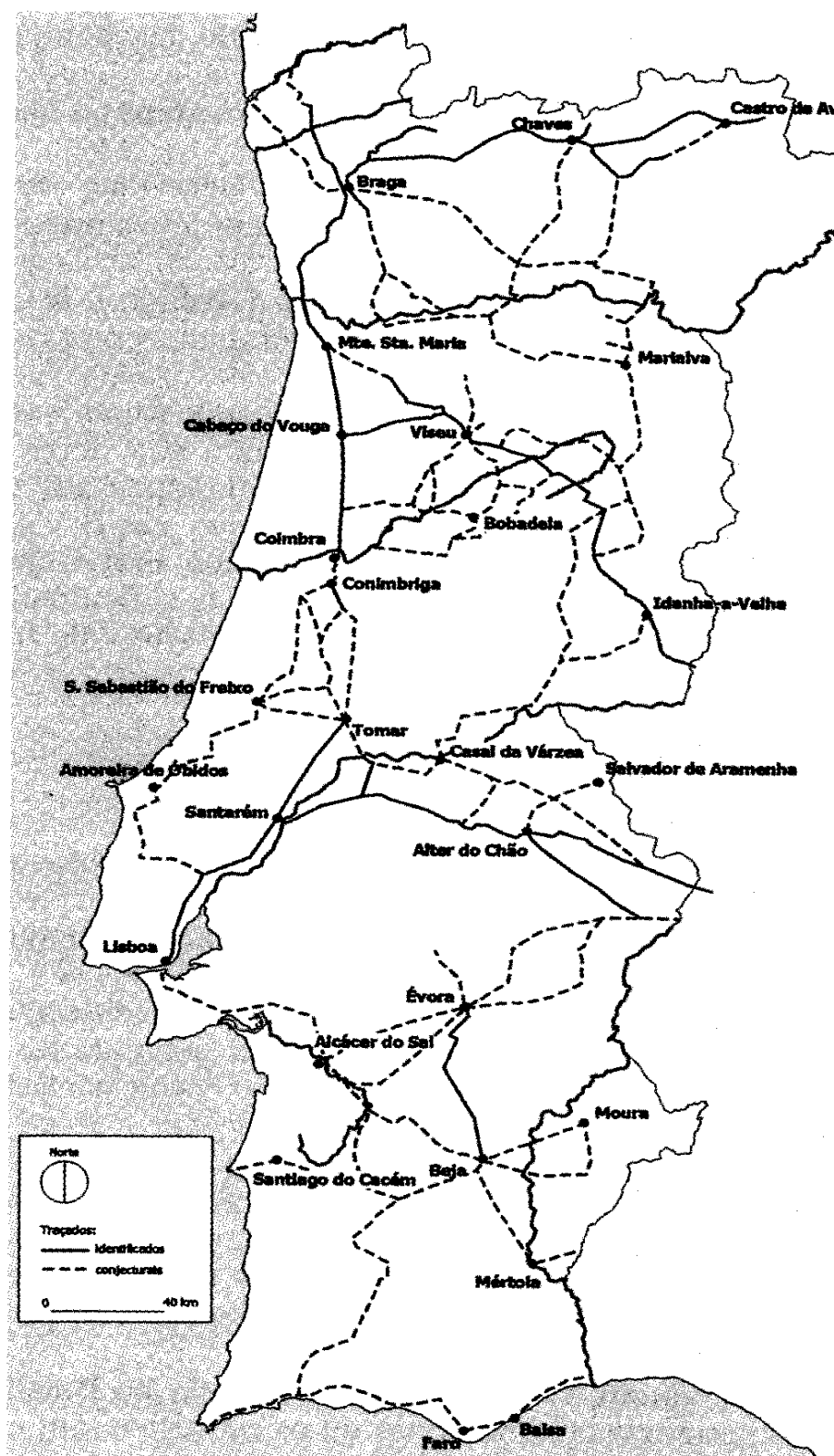
Círculos Pretos: abadias beneditinas principais

Círculos brancos: principais abadias cisterciences

Cruzes: povoações denominadas GRANJA

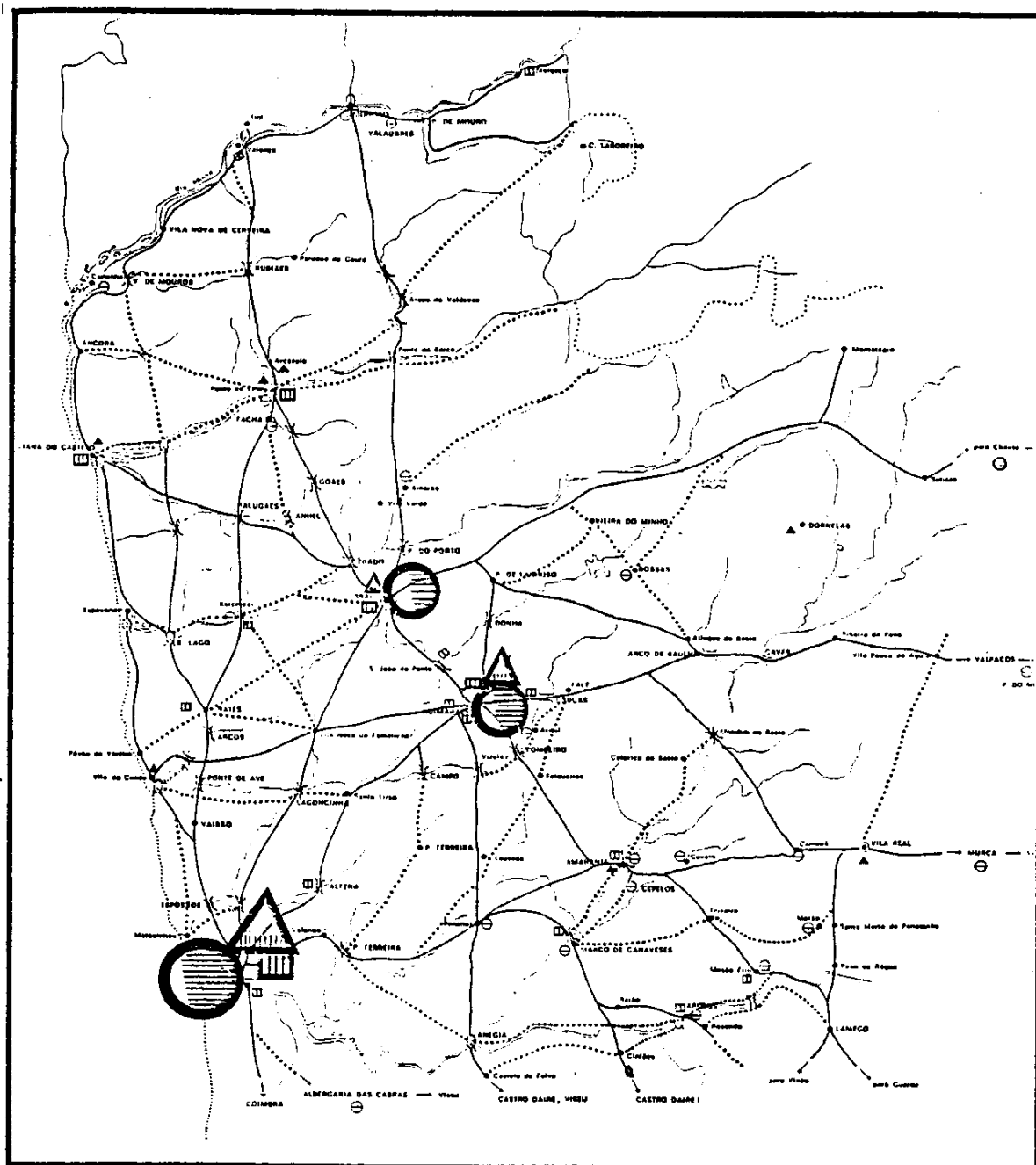
Fonte: Natividade, Joaquim Vieira (1994). *As Granjas do Mosteiro de Alcobaça*. Separata do Boletim da Junta da Província da Estremadura. nº 5.

Fig. 9 - Vias Romanas, segundo Jorge Alarcão



Fonte: Alarcão, Jorge (1974). *Portugal romano*. Coimbra: Ed. Verbo.

Fig. 10 - Os caminhos medievais do Entre-Douro-e-Minho, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida



Fonte: – Os caminhos e a assistência no norte de Portugal, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das 1.ªs Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, tomo I, Lisboa, I.A.C., 1973, entre as pp. 50-51.

Fig. 11 – Torre e ponte fortificada de Ucanha



Fonte: <http://spc.fotolog.com>

Fig. 12 – Marco monástico



Fonte: Proença, Isaac Reis. *Cimbres, o passado e o presente*. Lamego: Tipografia Voz de Lamego, Lda.

Marco monástico, centenário, emparedado, existente junto à E.M., próximo dos Covais de Baixo, assinalou a posse da Mata da Tamanqueira por parte do mosteiro de Salzedas, até ao ano de 1834.

O referido marco, com quatro faces, quase a passar despercebido da maior parte dos transeuntes, está inserido na parede, ao nível da estrada, com inscrição numa das faces quase indecifrável, mas que me atrevo a dizer, sem grande convicção, que será “N.º 4 – mosteiro de Salzedas”. A referida pedra está no trívio da estrada (Salzedas – Meixedo – Cimbres), no sentido de Cimbres. Próximo, vêem-se mais quatro marcos similares.

Doc. 1- DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1834

O decreto de 30 de Maio de 1834 promulgado por D. Pedro tem a seguinte redacção, tal como foi publicado na *Crónica Constitucional de Lisboa* e na Colecção oficial de legislação:

“Tomando em consideração o Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça e tendo ouvido o Conselho de Estado: Hei por bem, em nome da Rainha, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Domínios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra.

Artigo 2.º Os bens dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares, ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional.

Artigo 3.º Os Vasos Sagrados, e Paramentos, que serviam ao Culto Divino serão postos à disposição dos Ordinários respectivos para serem distribuídos pelas Igrejas mais necessitadas das Dioceses.

Artigo 4.º A cada um dos Religiosos dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, ou quaesquer Casas extinctas, será paga pelo Thesouro Publico para sua sustentação uma pensão annual, em quanto não tiverem igual, ou maior rendimento de Benefício, ou emprego publico. Exceptuão-se:

§ 1.º Os que tomaram armas contra o Throno Legitimo, ou contra a Liberdade Nacional.

§ 2.º Os que em favor da Usurpação abusaram do seu Ministério no Confessionário, ou no Púlpito.

§ 3.º Os que aceitaram Beneficio, ou Emprego do Governo Usurpador.

§ 4.º Os que denunciaram, ou perseguiram directamente os seus concidadãos por seus sentimentos de fidelidade ao Throno Legitimo, e de adesão à Carta Constitucional.

§ 5.º Os que acompanharam as Tropas do Usurpador.

§ 6.º Os que no acto do restabelecimento da Autoridade da Rainha, ou depois d'elle, nas Terras em que residiam abandonaram os seus Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, ou Casas respectivas.

Artigo 5.º Ficam revogadas todas as Leis, e Disposições em contrário. O Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Ecclesiasticos e da Justiça o tenha assim entendido, e faça executar.

Paço das Necessidades, em vinte e oito de Maio de mil oitocentos e trinta e quatro –
D. PEDRO, DUQUE DE BRAGANÇA – Joaquim António d'Aguar.”

